

Ofício nº 54/2018/GAB-ANA
Documento nº 00000.021226/2018-81

Brasília, 29 de março de 2018.

Ao Senhor
Jair Vieira Tannús Júnior
Secretário Executivo
Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH
Ministério do Meio Ambiente
SEPN 505 - Lote 02 Bloco B - Ed. Marie Prendi Cruz - sala 112
70.730-542 – Brasília – DF

Assunto: **Encaminha cópia da Nota Técnica nº 38/2018/CPLI/2018 e relatoria do Gerente Geral de Estratégia.**

Referência: 02501.000313/2018-80

Senhor¹ Secretário,

1. Informo que a Diretoria Colegiada da ANA, em sua 693ª Reunião Ordinária realizada em 28 de março de 2018, aprovou o "Relatório Anual de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água – exercício 2017", no âmbito da Resolução CNRH nº 189, de 29 de junho de 2017, conforme Nota Técnica nº 38/2018/CPLI/GGES (Doc. 18.815/2018) e relatoria do Gerente Geral de Estratégia.

2. Por oportuno, encaminho em anexo, cópia da referida Nota Técnica e do Relatório Anual de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
THIAGO SERRAT
Chefe de Gabinete

¹ Os documentos destinados a ANA devem, preferencialmente, ser encaminhados por meio do serviço de protocolo eletrônico disponibilizado no endereço www.ana.gov.br

Nota Técnica nº 38/2018/CPLIN/GGES
Documento nº 00000.018815/2018-82

Em 22 de março de 2018.

Ao Senhor Gerente Geral de Estratégia - Substituto

Assunto: **Prestação de contas ao CNRH sobre a aplicação em 2017 dos recursos da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 9.648/1998.**

Referência: 02501.000313/2018-80

1. Em atendimento ao inciso VIII do art. 2º da Resolução CNRH nº 21, de 14 de março de 2002, com redação dada pelo art. 2º da Resolução CNRH nº 189, de 29 de junho de 2017, que estabelece que a Agência Nacional de Águas deve encaminhar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, até o dia 30 de março, as informações do exercício anterior sobre a aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo Art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000, esta Coordenação elaborou o Relatório em anexo e contou com contribuições da Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SAS e da Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos - SPR.
2. Caso esteja de acordo com as informações do Relatório em anexo, solicita-se encaminhá-lo para conhecimento, aprovação da Diretoria Colegiada e envio à Secretaria Executiva do CNRH até dia 29/03/2018.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
ELISA MONTEIRO MALAFAIA
Coordenadora de Planejamento Institucional

De acordo. Encaminha-se à SGE para apreciação da DIREC.

(assinado eletronicamente)
NAZARENO MARQUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Estratégia - Substituto

RELATÓRIO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA COBRANÇA - 2017

1. Em atendimento ao inciso VIII do art. 2º da Resolução CNRH nº 21, de 14 de março de 2002, com redação dada pelo art. 2º da Resolução CNRH nº 189, de 29 de junho de 2017, que estabelece que a Agência Nacional de Águas deve encaminhar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, até o dia 30 de março, as informações do exercício anterior sobre a aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo Art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000, são apresentados neste documento as informações relacionadas ao exercício de 2017.

2. A estrutura do documento está organizada da seguinte forma:

- A. Valores ANEEL versus dotação orçamentária da ANA;
- B. Prioridades definidas pela Resolução CNRH nº 166, de 29 de junho de 2015 e a correlação com o Plano Gerencial Interno da Agência;
- C. Destaques da implementação da PNRH em 2017 com recursos da cobrança;
- D. Dados orçamentários e financeiros da aplicação dos recursos da cobrança em 2017;
- E. Recursos alocados com atribuições precípua e exclusivas da Agência;
- F. ANEXO I - Monitoramento orçamentário 2017 – SIOP;
- G. ANEXO II - Monitoramento PPA 2016-2019 – ano base 2017 – SIOP;

A. Valores ANEEL versus dotação orçamentária da ANA

3. A Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que criou a Agência Nacional de Águas – ANA com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, em seu artigo 28 fez alterações no Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, tendo sido definido que 0,75% do valor da energia hidrelétrica produzida ($0,75\% \times \text{Energia gerada} \times \text{TAR}$) se constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos e devem ser aplicados na implementação da PNRH. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL é a instituição responsável pela apuração do valor a ser transferido à ANA.

4. O quadro abaixo apresenta os valores do Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos referentes ao exercício de 2017 divulgados no site da ANEEL, assim como a dotação orçamentária da Agência Nacional de Águas – ANA (UO 44205) para aplicação desses recursos prevista na Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (pág. 361 do Volume IV).

Quadro I – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos

Pagamento pelo uso dos recursos hídricos – setor elétrico	Valor
Site da ANEEL	R\$ 172.810.015
Dotação LOA 2017 – Fonte 183	R\$ 277.380.472

Fonte: SIOP e <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/>

5. Como pode ser observado há uma diferença expressiva entre os valores, que tem origem em dois fatores. Ocorre que a proposta de LOA de 2017 foi enviada ao Congresso pelo Poder Executivo em agosto de 2016, desse modo **a respectiva dotação é fruto de uma estimativa de geração de energia hidrelétrica para o ano seguinte feita pela ANEEL em maio/junho de 2016 (TAR = R\$ 93,35/MWh)**. O segundo fator refere-se à redução de 22,66% da Tarifa Atualizada de Referência – TAR, decorrente da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.177, de 29 de novembro de 2016, que fixou o valor revisado da TAR 2017 em R\$ 72,20/MWh (setenta e dois reais e vinte

centavos por megawatt hora). Desse modo, o valor do Pagamento pelo uso dos recursos hídricos em 2017, apurado pela ANEEL, foi 38% menor do que a dotação orçamentária autorizada na LOA 2017.

B. Prioridades definidas pela Resolução CNRH nº 166, de 29 de junho de 2015 e a correlação com o Plano Gerencial Interno da Agência

6. As prioridades para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água para o exercício de 2017 foram definidas pela Resolução CNRH nº 166, de 29 de junho de 2015, de acordo com seu art. 1º abaixo reproduzido:

"Art. 1º A aplicação dos recursos provenientes da cobrança de que trata o inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, deverá priorizar para os exercícios orçamentários 2016 e 2017 os Programas e Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos listados no anexo desta Resolução."

7. Com intuito de apresentar os dados da aplicação de recursos da cobrança do exercício de 2017 foi elaborado um quadro esquemático a partir do anexo da Resolução CNRH nº 166/2015, em que foram inseridos uma descrição resumida do Objetivo e Escopo Básico do Subprograma, de acordo com o Volume 4 – Programas Nacionais e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH e com a Resolução nº 99, de 26 de março de 2009, que aprova o detalhamento operativo do Programa X – Gestão Ambiental de Recursos Hídricos na Região Amazônica. Após a apresentação dessas informações foi feita uma correlação entre os Subprogramas Priorizados do PNRH e as ações do Plano Gerencial Interno da Agência Nacional de Águas, conforme apresentado no Quadro I a seguir:

Quadro II – Correlação dos Programas Priorizados do PNRH (Res. nº 166) com as Ações do Plano Gerencial Interno da ANA

RESOLUÇÃO CNRH nº 166, de 29 de junho de 2015		PNRH - Programas nacionais e metas		Plano Gerencial Interno da ANA
PROGRAMAS	SUBPROGRAMAS	Objetivo/EscoPO Básico do Subprograma	Subprogramas Relacionados	Ação
II. Desenvolvimento Institucional da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil	II.1 - Organização e apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	Refere-se à atuação do CNRH, de suas câmaras técnicas, de comitês federais e Agências de Água, além dos órgãos federais intervenientes, nomeadamente SRH, ANA e também Ibama, para os quais deve ser traçada uma adequada divisão de encargos e formas de mútua articulação e cooperação.		G008 - Apoio aos Comitês, Agências de Bacias Hidrográficas e Órgãos Gestores Estaduais
	II.2 - Apoio à organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	A principal linha de atuação será o fortalecimento de órgãos estaduais gestores e, por intermédio deles, a estruturação das demais instâncias que compõem os SEGRHs, como conselhos estaduais, comitês e Agências de Água.		2000 - Administração da Unidade
	II.4 - Sustentabilidade econômico-financeira da gestão de recursos hídricos.	Refere-se à: (i) identificação de fontes de receita e financiamento para ações em recursos hídricos; (ii) estruturação de linhas de crédito, com particular atenção para condicionantes que venham a induzir atitudes, práticas e intervenções do interesse da GIRH. No contexto da estruturação de linhas de crédito, merece atenção a possibilidade de criação do Fundo Nacional de Recursos Hídricos, como forma de otimizar e segregar – evitando contingenciamentos – aportes oriundos da cobrança pelo uso da água.		200A - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e requalificação
III. Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos	III.2 - Rede hidrológica quali-quantitativa nacional.			H002 - Operação da Rede Hidrometeorológica
				H003 - Rede Nac. de Monit. da Qualidade das Águas Superficiais
	III.4 - Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos.	Estabelecimento de um conjunto de regras de uso da água e de procedimentos de outorga, de forma articulada entre os órgãos gestores e com usuários de recursos hídricos, que possibilitem a regularização dos usos existentes e o fornecimento sustentável de água para os diversos fins, em um determinado horizonte de tempo, tendo como base as diretrizes emanadas de planos de recursos hídricos.	III.1 - Cadastro Nacional de Usos e Usuários III.5 - Subprograma Nacional de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos	F001 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
				F002 - Fiscalização do Uso de Rec. Hídricos e da Seg. de Barragens
				R001 - Regulação dos Usos de Rec. Hídr., dos Serv. de Irrigação e Adução de Água Bruta e Seg. de Barragens
				R002 - Intervenções emergenciais para efetivação dos processos de alocação de água
	III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de águas em classes de uso.	No âmbito federal, o subprograma deve financiar a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias de rios de domínio da União. Já no que concerne aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, o financiamento por parte da União deve manter-se seletivo para regiões e Estados com menor capacidade institucional instalada.		E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos

RESOLUÇÃO CNRH nº 166, de 29 de junho de 2015		PNRH - Programas nacionais e metas		Plano Gerencial Interno da ANA
PROGRAMAS	SUBPROGRAMAS	Objetivo/Escopo Básico do Subprograma	Subprogramas Relacionados	Ação
IV. Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos	IV.1 - Desenvolvimento, consolidação de conhecimento, inclusive os conhecimentos tradicionais, e de avanços tecnológicos em gestão de recursos hídricos.	O subprograma possui forte articulação com o CT-Hidro, incorporando o desenvolvimento tecnológico à gestão dos recursos hídricos e apoiando-o, abrindo linha de difusão e apoio aos Estados pela via dos convênios de cooperação. O subprograma inclui, portanto, linhas adicionais às investigações do CT-Hidro, com forte viés de aplicabilidade prática com o SINGREH. Este subprograma deverá contribuir para o preenchimento das lacunas de conhecimento detectadas sobre as disponibilidades, os usos e os impactos nos recursos hídricos do país, particularmente em relação às águas subterrâneas, assim como suas relações com as águas superficiais. Além disso, registra-se a necessidade de suprir as deficiências de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação na utilização da água pelas diversas atividades econômicas.	VIII - Nacional de Águas Subterrâneas	P002 - Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais
	IV.2 - Capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão de recursos hídricos.	As ações da União estarão focadas em programas de capacitação, contemplando a perspectiva de formar agentes multiplicadores para diferentes públicos-alvo, dentre os quais merecem destaque os membros do CNRH, as câmaras técnicas, os comitês de bacias federais e das respectivas agências, além de técnicos da SRH, da ANA e do Ibama (inclusive escritórios regionais), para que a Política Nacional de Recursos Hídricos seja difundida no país.		G007 - Capacitação para a Gestão de Rec. Hídricos
VI. Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos	VI.2 - Gestão da oferta, da ampliação, da racionalização e do reúso de água.	Ampliar as disponibilidades hídricas, seja mediante alternativas estruturais que propiciem o armazenamento e o controle de vazões, seja por medidas de racionalização de uso e de tecnologias de reúso de águas servidas, como também pela captação de águas de chuva, ou, ainda, por intermédio da adoção de mecanismos institucionais e econômicos que induzam a mudanças de comportamento por parte dos usuários de recursos hídricos. Contempla um amplo leque de ações relativas a: – desenvolvimento e difusão de tecnologias de produção de maior eficiência no uso da água para indústria e sistemas de irrigação; – critérios e tecnologias para reúso da água; – revitalização de bacias, incluindo a recuperação de matas ciliares e várzeas, a proteção e a recuperação das áreas de nascentes e a proteção de áreas de recarga de aquíferos; – ações de recuperação e conservação que promovam a integridade dos ecossistemas aquáticos, assim como as funções representadas pelo papel estratégico das florestas e das unidades de conservação na melhoria do regime hídrico; – indução de recarga natural e recarga artificial de aquíferos; – sistemas de armazenamento e distribuição de águas subterrâneas; – otimização de regras operacionais da infra-estrutura hidráulica, promovendo o gerenciamento da distribuição de águas acumuladas nos grandes reservatórios; – obras de infra-estrutura para regularização de vazões e ampliação da oferta de água bruta; – soluções alternativas de baixo custo, como barragens subterrâneas no Semi-árido, pequenos sistemas com energia fotovoltaica acoplada a dessalinizadores; – disseminação prática e socialização de pesquisas acadêmicas para uso racional da água; – tecnologias para captação, tratamento, armazenamento e uso de água de chuva, dentre outras.	IV.1 - Desenvolvimento, consolidação de conhecimento, inclusive os conhecimentos tradicionais, e de avanços tecnológicos em gestão de recursos hídricos. VI.5 - Conservação de solos e águas – manejo de microbacias no meio rural.	P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água
VI. Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos	VI.5 - Conservação de solos e águas – manejo de microbacias no meio rural.	Implementar programas integrados no meio rural que propiciem o ajustamento entre os padrões produtivos de atividades da agropecuária e da aquicultura à conservação dos recursos naturais, em especial dos solos e das águas – e para a recuperação de matas ciliares, inclusive –, concorrendo complementarmente para o incentivo ao associativismo e à consolidação de arranjos institucionais que assegurem a adoção e a sustentação de tecnologias de produção ambientalmente adequadas. ... Esses subprogramas contemplam a recuperação da capacidade produtiva dos agroecossistemas com utilização de técnicas sustentáveis de uso e ocupação do solo. Incluem o controle da erosão, o retraçado de estradas rurais, a recomposição de matas ciliares, o plantio direto e em curvas de nível, a revisão de procedimentos para aplicação de agroquímicos, o manejo e a aplicação adequada de dejetos animais, a implantação de corredores de biodiversidade, além de estimular a instituição de associações de produtores rurais por microbacias.		P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água

RESOLUÇÃO CNRH nº 166, de 29 de junho de 2015		PNRH - Programas nacionais e metas		Plano Gerencial Interno da ANA
PROGRAMAS	SUBPROGRAMAS	Objetivo/Escopo Básico do Subprograma	Subprogramas Relacionados	Ação
VI. Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos	VI.3 - Gestão de demandas, resolução de conflitos, uso múltiplo e integrado de recursos hídricos.	Atuar de modo proativo sobre a gestão de demandas por recursos hídricos com intuito de mitigar conflitos instalados e potenciais, proporcionando o uso múltiplo e integrado das águas, sempre tendo em vista a ampliação de benefícios sociais e a redução de impactos sobre o meio ambiente. ... Refere-se a intervenções sobre situações específicas que exigem a interferência do Estado para a resolução de conflitos, particularmente quando estão em foco obras estruturais que propiciem o uso múltiplo e integrado dos recursos hídricos. No limite, a resolução de conflitos pode resultar nas modificações dos padrões de consumo e em adequação da base econômica, como a relocação de empreendimentos da suinocultura de alta densidade regional ou a substituição de culturas irrigadas quando forem evidentes as discrepâncias com a capacidade de suporte do território. A modernização e a inovação tecnológica para a diminuição do consumo e da geração de efluentes são recepcionadas no âmbito deste subprograma. A gestão de demandas deve contemplar, também, ações não estruturais, como mecanismos tarifários (escalonamento por faixas de consumo), dentre os quais deve ser incluída a própria cobrança pelo uso da água.	VI.1 - Gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos. IV.1 - Desenvolvimento, consolidação de conhecimento, inclusive os conhecimentos tradicionais, e de avanços tecnológicos em gestão de recursos hídricos.	P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água
				U001 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos
VI. Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos	VI.1 - Gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos.	Definir áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos e organizar ações integradas e intervenções de natureza multidisciplinar que possibilitem a mitigação e a gestão apropriada de tais eventos, reduzindo seus impactos ambientais e socioeconômicos. ... Essa linha de atuação requer forte articulação intersetorial, seja pela alocação de água em situações de escassez, seja pelas intervenções e políticas multissetoriais requeridas para controle de cheias (uso do solo, por exemplo).		
VI. Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos	VI.4 - Saneamento e gestão ambiental de recursos hídricos no meio urbano.	Apoiar – em termos metodológicos, da complexa logística de implementação e do próprio financiamento – a execução de programas que contemplem ações institucionais e intervenções físicas integradas para a recuperação e a sustentabilidade da qualidade ambiental do meio urbano, a ser aferida por intermédio dos padrões de potabilidade dos corpos hídricos nele inseridos, incorporando perspectivas de inclusão social e combate à pobreza, dentre as metas a serem atingidas. ... Trata-se de empreender ações integradas que contemplem intervenções estruturais (tratamento de esgotos sanitários, drenagem, disposição de resíduos sólidos, (re)urbanização de ocupações desconformes, reassentamento de populações, proteção de mananciais e outras), além de ações institucionais para a instalação de sistemas de gestão de recursos hídricos em bacias urbanas.	VII.1 - Despoluição de bacias hidrográficas.	P003 - INTERÁGUAS
VII. Programas Setoriais voltados aos Recursos Hídricos	VII.1 - Despoluição de bacias hidrográficas.	Resgatar a experiência do Prodes que visava a subsidiar, com aportes condicionados de capital, a implantação de sistemas de tratamento de esgotos sanitários em bacias hidrográficas nas quais já houvessem comitês instalados e que assumissem compromissos para implementação da cobrança pelo uso da água. O Prodes foi concebido como mecanismo para viabilizar aportes financeiros à construção de estações de tratamento de esgotos (ETE), tendo suas contribuições de capital duplamente condicionadas por: <ul style="list-style-type: none">• resultados efetivos na redução de cargas lançadas aos corpos hídricos;• compromissos de implementação da cobrança pelo uso da água nas bacias onde se localizam os empreendimentos contemplados pelo programa;• a retomada e o aprimoramento do Prodes implicam o reconhecimento de que os esgotos domésticos não tratados constituem a principal fonte de poluição hídrica do país, merecendo atenção e prioridade do governo federal.	VI.4 - Saneamento e gestão ambiental de recursos hídricos no meio urbano.	P001 - Prodes

RESOLUÇÃO CNRH nº 166, de 29 de junho de 2015		PNRH - Programas nacionais e metas		Plano Gerencial Interno da ANA
X. Gestão Ambiental de Recursos Hídricos na Região Amazônica	X. Gestão Ambiental de Recursos Hídricos na Região Amazônica	<ul style="list-style-type: none">Fortalecer os Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, mediante a estruturação de um modelo de gestão de recursos hídricos adaptado às peculiaridades regionais;Implementar os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, adequados à região; eAumentar o nível de conhecimento sobre os recursos hídricos, condições climáticas e demais características ambientais da região.	II.2 - Apoio à organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos. III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de águas em classes de uso. III.4 - Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos.	H002 - Operação da Rede Hidrometeorológica H003 - Rede Nac. de Monit. da Qualidade das Águas Superficiais G008 - Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Ag. em BH
				TOTAL (1) -
Sem correspondência na Resolução CNRH nº 166			III.8 - Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos e Prioridade nº 5 - Res. CNRH nº 165	I001 - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos
			Prioridades 14 e 16 - Res. CNRH nº 165 e Eventos	D001 - Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos
				0000 - 8º Fórum Mundial da Água - Despesas Diversas
				12DS - Construção do Prédio Anexo ao Bloco M

FONTES: Resolução CNRH nº 166/2015; Volume IV do PNRH; Resolução CNRH nº 99/2009; SISPLANA.

8. A análise do Quadro II indica que as ações do Plano Gerencial da Agência - PGI da Agência contribuem para a implementação de mais de um subprograma do Plano Nacional de Recursos Hídricos, como é o caso da ação P002 – Gestão Integrada de Águas Subterrâneas, G007 – Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos, P006 – Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água, P001 – Prodes e as ações H002 e H003 relacionadas à Rede Hidrometeorológica quali-quantitativa.

9. Cabe ressaltar que atualmente encontram-se vigentes três resoluções do CNRH que tratam de prioridades:

- [Resolução nº 165, de 29 de junho de 2015](#): estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período 2016-2019;
- [Resolução nº 166, de 29 de junho de 2015](#): estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, para os exercícios orçamentários de 2016 e 2017.
- [Resolução nº 181, de 07 de dezembro de 2016](#): aprova as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020.

10. Como pode ser observado ainda no Quadro II, apenas 4 (quatro) ações do Plano Gerencial Interno da ANA não encontram correspondência nos Programas e Subprogramas definidos na Resolução nº 166/2016, quais sejam: I001 – Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH, D001 – Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos, 0000 – 8º Fórum Mundial da Água – Despesas Diversas e 12DS – Construção do Prédio Anexo ao Bloco M. No entanto, as ações I001 e D001 encontram correspondência nas Prioridades nº 5, 14 e 16 da Resolução CNRH nº 165, de 29 de junho de 2015, que estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período de 2016-2019. Ressalta-se que, conforme definido no art. 7º da Resolução CNRH nº 70, de 19 de março de 2007, "a ANA observará as prioridades definidas pelo CNRH na elaboração e execução de seus programas e ações no Plano Plurianual".

11. Ademais, é pertinente observar a relevância do SNIRH como um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, como definido no inciso VI do art. 5º da Lei nº 9.433/1997, sendo atribuição precípua da Agência sua organização, implantação e gestão, conforme inciso XIV do art. 4º da Lei nº 9.984/2000. Além disso, apesar de não priorizado na Resolução nº 166, o SNIRH é objeto do Subprograma III.8 do PNRH e seu adequado funcionamento é fundamental para a execução dos demais instrumentos da Política, assim como fonte relevante de informações para órgãos gestores estaduais de recursos hídricos e outros setores usuários.

12. Com relação ao Fórum Mundial da Água, cabe informar que é o principal evento sobre recursos hídricos na agenda internacional e reúne chefes de estado e representantes de governos, representantes de empresas privadas, organizações não governamentais, academia, bem como instituições internacionais e sociedade civil para debates em sessões estruturadas, de forma a contribuir para o diálogo global sobre o uso racional e sustentável desse recurso. O evento é organizado a cada três anos pelo Conselho Mundial da Água e por um país/cidade anfitriã, e contribui para o diálogo do processo decisório sobre água em nível global, visando o uso racional e sustentável desse recurso. Sua primeira edição aconteceu em 1997, na cidade de Marrakesh, no Marrocos.

13. Em 2012, o Brasil, por meio do Governo Federal, do Governo do Distrito Federal, da Seção Brasil do Conselho Mundial da Água e da Agência Nacional de Águas (ANA), apresentou sua candidatura para sediar o 8º Fórum Mundial da Água em 2018, apontando Brasília/DF como a cidade mais preparada para hospedar o evento. A proposta, apresentada durante o 6º Fórum Mundial da Água, na cidade de Marselha, França, foi aprovada em fevereiro de 2014, dando início ao planejamento do evento. O 8º Fórum será a primeira edição na história a realizar-se no hemisfério sul.

14. O país anfitrião do Fórum define e coordena, em articulação com o Conselho Mundial da Água, um amplo debate global sobre a água e, nessa condição, exerce um papel estratégico nas

discussões sobre soluções e políticas para a gestão dos recursos hídricos no planeta. O evento reúne as mais altas autoridades governamentais, técnicos, empresas, setor privado, setor acadêmico, usuários e a sociedade civil em um amplo processo de troca de experiências sobre o tema, subsidiando o aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos e sua inserção no desenvolvimento econômico e social em bases ambientalmente sustentáveis.

15. O Brasil assinou Memorando de Entendimentos (MoU) em abril de 2015 e esse documento definiu o modo pelo qual o Conselho Mundial da Água e o Brasil devem cooperar na preparação, organização e acompanhamento dos resultados desta edição. Posteriormente, em 2016, com a assinatura de uma nova versão do Memorando (processo ANA 02501.001794/2016), a ANA assumiu, juntamente com o Conselho Mundial da Água, o Governo do Distrito Federal e a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF - ADASA, a corresponsabilidade pela organização e realização do evento, arcando com compromissos relevantes, inclusive financeiros.

16. Uma das três fases do Fórum é a semana de diálogos e debates que acontecerá na cidade de Brasília/DF entre os dias 18 e 23 de março de 2018 e que tem público estimado de 40.000 pessoas de todas as partes do mundo, dentre altas autoridades governamentais, técnicos, empresas, setor privado, setor acadêmico e a sociedade civil. As atividades da oitava edição terão lugar no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, que abrigará as sessões técnicas, políticas e ministeriais, e no Estádio Nacional Mané Garrincha, onde serão montadas a Feira e a Expo, bem como a Vila Cidadã.

17. A Agência Nacional de Águas está diretamente envolvida no processo preparatório e de organização do 8º Fórum Mundial da Água, tanto no âmbito técnico quanto no operacional. Atualmente, o papel de Secretariado do 8º Fórum Mundial da Água está sob a incumbência da ANA, o que à Agência uma série de atribuições e responsabilidades no que se refere à realização do evento.

C. Destaques da implementação da PNRH em 2017 com recursos da cobrança

18. Para melhor compreensão do escopo das ações do Plano Gerencial Interno – PGI da ANA, é apresentado a seguir a finalidade e descrição das ações e planos orçamentários e os respectivos destaques da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH com recursos da cobrança em 2017. Informações detalhadas sobre a implementação da PNRH podem ser obtidas no Anexo II – Monitoramento PPA 2016-2019 – ano base 2017 – SIOP, onde está registrado o avanço dos indicadores, objetivos, metas e iniciativas do Programa 2084 – Recursos Hídricos sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente/Agência Nacional de Águas (atentar para o órgão responsável).

Quadro II – Descrição das Ações do PGI e Destaques da Implementação			
Plano Gerencial Interno da ANA	LOA 2017		Destaques da Implementação da PNRH em 2017 com Recursos da Cobrança
Ação	Ação/Plano Orçamentário	Descrição/Finalidade	
G008 - Apoio aos Comitês, Agências de Bacias Hidrográficas e Órgãos Gestores Estaduais	20WI. 0009	O fortalecimento do Singreh envolve várias frentes de atividades. Entretanto, o pilar central envolve tanto a atuação institucional, quanto interinstitucional, na medida em que a estrutura de governança do referido sistema tem como uma de suas características principais a descentralização e interdependência. Nesse sentido, a abordagem requerida envolve as seguintes ações: - Apoiar, técnica e financeiramente, as iniciativas voltadas para criação e funcionamento de comitês de bacia e de agências de águas; - Estruturar e fortalecer os órgãos gestores estaduais visando à implementação e integração dos processos de gestão dos recursos hídricos; - Implementar e operacionalizar a cobrança, em articulação com os comitês de bacia; e - Promover e implementar a articulação com os setores usuários de recursos hídricos, visando ao fortalecimento do Singreh em bacias hidrográficas.	Apoio aos 9 CBHs interestaduais em funcionamento: 6 contratos de gestão celebrados com entidades delegatárias das funções de agência água; 2 Termos de Parceria; e 1 Termo de Colaboração. Adesão de 18 unidades da federação ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS, totalizando 21 unidades participantes do Programa. Iniciado o segundo ciclo do PROGESTÃO com a participação de 9 estados e continuidade da implementação do primeiro ciclo nos 18 demais estados, tendo havido avanço nas metas de 17 unidades da federação.
2000 - Administração da Unidade	2000	Com a finalidade de constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas, a ação compreende: serviços administrativos ou de apoio; manutenção e uso de frota veicular; manutenção e conservação de bens imóveis próprios da União, cedidos ou alugados; despesas com tecnologia de informação e comunicações, sob a ótica "meio", que incluem o desenvolvimento de sistemas de informações, aquisição de equipamentos e contratação de serviços técnicos e administrativos de apoio, desde que voltados à administração geral de cada Órgão; capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral; despesas com viagens e locomoção, incluindo aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins; realização de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas; demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração da unidade.	
200A - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e requalificação	2000.0001	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.	Realização de 288 eventos de capacitação com a participação de 330 servidores e resultando numa carga horária média de capacitação de 92,22 horas por servidor no ano.
H002 - Operação da Rede Hidrometeorológica	2378.0000	A Rede Hidrometeorológica Nacional é composta atualmente por cerca de 22.300 estações pluviométricas e fluviométricas (onde se monitoram nível, vazão, sedimentos e qualidade da água dos rios, bem como a precipitação atmosférica distribuída pelo território nacional). Desse total, 4.660 estações são de responsabilidade da ANA das quais aproximadamente 40% possuem equipamentos automáticos para a coleta e armazenamento de dados. As estações de responsabilidade da ANA são operadas, sob sua coordenação, por meio de parcerias com entidades públicas que recebem todo suporte e equipamentos para a operação da Rede e sua modernização, ou por meio de contratos com entidades privadas. A Rede Hidrometeorológica da ANA tem a finalidade de gerar dados e informações hidrometeorológicas para o gerenciamento dos recursos hídricos, objetivando disponibilizar tais informações no portal de Internet do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) para subsídios a estudos de inventário de potenciais energéticos, planejamento de projetos objetivando a utilização dos recursos hídricos, estudos hidrológicos, elaboração de planos de bacias, estudos específicos, etc. Além disso, a automatização das estações de monitoramento hidrológico permitirá uma melhoria significativa no monitoramento das bacias hidrográficas brasileiras e na qualidade das informações, uma vez que possibilita um acompanhamento em tempo real da situação hidrológica, visando facilitar a gestão desses recursos hídricos. Desse modo, a manutenção da estrutura operacional da Rede Hidrometeorológica se dá por meio da aquisição, instalação e operação de equipamentos operacionais de campo, bem como os dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e sistema de transmissão de dados, melhorando assim a qualidade dos dados e minimizando o tempo para sua disponibilização. Atividades importantes que estão sendo executadas no âmbito das ações da Rede Hidrometeorológica Nacional são: o monitoramento hidrométrico de nível dos rios e açudes em cerca de 500 pontos no Nordeste Brasileiro, a atualização das curvas Cota x Área x Volume de 30 açudes existentes no norte do Estado de Minas Gerais e no Nordeste Brasileiro, a parceria com o Serviço Geológico dos Estados Unidos – USGS visando a ampliação das metodologias de monitoramento hidrológico, bem como a ampliação da qualidade do monitoramento hidrológico com a implantação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência – RHNR e por fim o acompanhamento do monitoramento hidrológico realizado pelo Setor Elétrico Brasileiro com cerca de 3000 estações hidrométricas.	Modernização de 88 estações da RHN com a instalação de sensores automáticos e Plataformas de Coleta de Dados – PCDs com transmissão de dados por satélite ou celular para atendimento das salas de situação, realização de levantamentos aerofotogramétricos da parte seca e batimétricos da parte submersa, com o fim de atualização das curvas Cota x Área x Volume de 22 açudes da região do semiárido e instalação de réguas em 500 açudes. Nas bacias em que o processo de modernização encontra-se mais avançado, é possível o acompanhamento em tempo real de eventos hidrológicos críticos, a fiscalização do cumprimento das regras definidas em outorga para uso de recursos hídricos e pactuadas em marcos regulatórios, bem como da operação de reservatórios utilizados pelo setor elétrico, com possibilidade de interação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além do monitoramento do volume armazenado e da qualidade da água nos açudes do Semiárido brasileiro. A partir da identificação da necessidade de se aprimorar o monitoramento realizado no âmbito da RHN, firmou-se Memorando de Entendimento entre a ANA, CPRM e United States Geological Survey - USGS, com o objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de uma Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência – RHNR, a partir da revisão estruturada da rede fluviométrica nacional em operação sob responsabilidade da ANA, considerando as demandas de interesse da União. No ano de 2017 foram implementadas 105 estações da RHNR, adotando premissas de excelência na operação da rede e uso de modernas tecnologias de monitoramento. Todos os dados podem ser verificados no Sistema GESTORPCD – www.snirh.gov.br/gestorPCD . E foi dada continuidade à fabricação de duas embarcações para uso nas atividades na RH Amazônica, com o objetivo de garantir deslocamento eficiente e seguro das equipes de campo e transporte de material durante as medições e operações técnicas.

Plano Gerencial Interno da ANA	LOA 2017		Destaques da Implementação da PNRH em 2017 com Recursos da Cobrança
Ação	Ação/Plano Orçamentário	Descrição/Finalidade	
H003 - Rede Nac. de Monit. da Qualidade das Águas Superficiais	20WI.000D	Disponibilização, no país, de uma Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais que permitirá a definição mais precisa dos investimentos a serem realizados para a redução da poluição hídrica, bem com a avaliação dos resultados dos investimentos já realizados. Para tanto, o projeto está estruturado em 4 componentes, a saber: 1 - Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais: objetiva eliminar as lacunas geográficas e temporais no monitoramento da qualidade da água no país e será executada por meio da aquisição de equipamentos de monitoramento em campo e laboratório, bem como no custeio das campanhas sistemáticas de coleta de amostras de qualidade de água, em conjunto com os Estados da Federação; 2 - Padronização: visa a dotar o país de procedimentos padronizados de coleta e análise de amostras de qualidade da água, fomentar a adoção de parâmetros mínimos a serem monitorados em todo o território nacional, de forma a permitir a comparação dos resultados e uma avaliação da evolução temporal da qualidade das águas; 3 - Laboratórios e Capacitação: visa aumentar a confiabilidade dos resultados obtidos nas análises de qualidade de água, capacitando equipes de campo e de laboratório na utilização dos equipamentos e incentivando programas de controle de qualidade interlaboratoriais; 4 - Avaliação da Qualidade da Água: com base nos resultados dos demais componentes, essa etapa visa disponibilizar à sociedade avaliações da qualidade de água, por meio da publicação de relatórios e disponibilização dos dados em sítio da internet. Os Estados possuem metas semestrais mínimas de monitoramento que serão utilizadas para avaliação do cumprimento e premiação por resultados alcançados.	No âmbito do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados da Qualidade da Água – QUALIÁGUA, foram assinados contratos com 5 estados em 2017, totalizando 20 até o momento (AC, AL, BA, CE, ES, MA, MT, MS, MG, PA, PE, PB, PR, RN, RS, RO, RR, SP, SE e TO), e 7 Acordos de Cooperação Técnica (AC, AL, ES, PA, PB, PE e RJ). Estão sendo disponibilizados periodicamente dados de qualidade da água de 20 unidades da federação no SNIRH. E foram realizadas visitas técnicas e campanhas de monitoramento da qualidade de água na bacia do rio Doce.
F001 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	20WI.0008	A ação contempla: - apoio à atualização, aperfeiçoamento e manutenção do sistema computacional e do banco de dados de usuários de água (CNAHR), que deve estar interligado ao sistema federal de regulação de uso e ao módulo de cobrança; - articulação com os órgãos estaduais e do Distrito Federal gestores de recursos hídricos para verificação dos dados dos usuários de recursos hídricos regularizados no CNAHR, além da consistência dos dados ali existentes. - realização de campanhas de cadastramento e de atualização de dados cadastrais de usuários.	Em 2017 a ANA atuou em estreita articulação com órgãos estaduais para incorporação e migração de bases de dados estaduais ao sistema CNAHR atual. Todas as unidades da federação iniciaram de forma gradativa a disponibilização dos dados por esta interface. Em 2017, foram inseridos no sistema CNAHR cerca de 11.170 novos usuários estaduais e 1.250 novos usuários federais, contabilizando um total de cerca de 12.420 novos usuários. Um avanço significativo em relação aos outros anos é que os usuários estaduais que estão sendo inseridos no CNAHR são os já regularizados pelos estados. Outro avanço significativo é que a ANA está atualizando a plataforma de cadastro para facilitar o cadastramento do uso de recursos hídricos pelo usuário e propiciar mecanismos mais eficazes de gestão dos dados pelos os órgãos gestores, visando a melhoria na consistência dos dados e informação a serem geradas a partir destes dados.
F002 - Fiscalização do Uso de Rec. Hídricos e da Seg. de Barragens	4926.0002	A fiscalização do uso dos recursos hídricos, por meio de vistorias técnicas, é planejada com base em critérios preestabelecidos, tais como: bacia hidrográfica, criticidade da bacia, tipo de uso e porte dos empreendimentos. São realizadas também para atendimento às denúncias, além da estruturação de um trabalho articulado com os órgãos estaduais, municipais e outras entidades gestoras, fortalecendo o sistema integrado de fiscalização. Tem-se buscado utilizar alternativas tecnológicas para a melhoria da eficácia da fiscalização como o emprego de imagens de satélites, sobrevoos de helicópteros para monitoramento dos usos de recursos hídricos, testes com Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) e apoio ao planejamento das campanhas de fiscalização em campo. A fiscalização de segurança de barragens, ocorre por meio das vistorias técnicas às barragens, e consideram a priorização prévia definida com base na avaliação do nível de perigo das barragens e suas estruturas associadas, além de informações de capacidade de acumulação e altura da barragem e do conhecimento da equipe de fiscalização em decorrência de vistorias anteriores, e servem de orientação para a elaboração do plano anual de fiscalização de segurança de barragens. Complementarmente, são realizadas ações visando a identificação dos empreendedores de barragens irregulares, por meio de campanhas de regularização do uso destes barramentos para a obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos visando a garantia da segurança destas estruturas e da população localizada em suas áreas de influência. A articulação com outros órgãos fiscalizadores federais e órgãos estaduais de meio ambiente e recursos hídricos é feita, procurando-se identificar parceiros e aprimorar continuamente os procedimentos e metodologias visando a troca de informações, melhorando a parceria entre eles. A fiscalização da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, é feita por meio de visitas técnicas aos respectivos locais.	Neste ano, foram realizadas 34 campanhas de fiscalização de uso dos recursos hídricos e vistoriados 510 usuários, nas bacias hidrográficas dos Rios São Marcos (estados MG e DF), Verde Grande (estados MG e BA), São Francisco (estados de MG, BA, PE, SE e AL), Piranhas Açú (estados da PB e RN), Pardo (estados de MG e BA), Javaés (estados de TO e GO), Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão/PB) e do entorno do DF. O principal uso fiscalizado nas mencionadas bacias foi a irrigação. Com exceção, da Bacia do Rio Paraíba do Sul em que os principais usos são indústria e saneamento. Além das campanhas em campo, foram realizados 03 (três) sobrevoos, dois na bacia hidrográfica do Rio Piranhas açú (incluindo o reservatório Epitácio Pessoa- Boqueirão/PB), e um na região do Rio Descoberto/DF, para reconhecimento das regiões e dos usos da água e possibilitando o direcionamento de ações de fiscalização nas regiões. Na fiscalização de segurança de barragens, foram realizadas 07 campanhas de fiscalização em barragens localizadas nos estados de: Alagoas, Ceará, Piauí, Pernambuco, Bahia, Paraíba, São Paulo, Goiás e Distrito Federal, para vistorias na estrutura das barragens. E foram realizadas ainda 02 vistorias às obras do eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF com vistas a avaliar as obras e definir procedimentos para fiscalização das barragens do PISF.

Plano Gerencial Interno da ANA	LOA 2017		Destaques da Implementação da PNRH em 2017 com Recursos da Cobrança
Ação	Ação/Plano Orçamentário	Descrição/Finalidade	
R001 - Regulação dos Usos de Rec. Hídr., dos Serv. de Irrigação e Adução de Água Bruta e Seg. de Barragens	4926.0001	A regulação dos usos de recursos hídricos em corpos hídricos de domínio da União é realizada por meio de emissão de outorgas; definição de marcos regulatórios; alocações de água; emissão de Certificados de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica - CERTOH; regulação da prestação dos serviços públicos de irrigação, quando envolver corpos d’água de domínio federal, se em regime de concessão, e adução de água bruta; e regulação da segurança de barragens. Para o desenvolvimento dessas atividades são utilizados estudos e planos, sistemas de apoio à decisão, base de dados georreferenciadas de demanda e oferta hídrica, incluindo interferências hidráulicas como barragens de regularização, realizadas vistorias técnicas, reuniões e contratados serviços de apoio.	No ano de 2017, foram regularizados 2.547 usuários de recursos hídricos em corpos hídricos no domínio da União, sendo: 2.142 usuários outorgados diretamente pela ANA; 379 usos ou interferências que independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, incluindo usos insignificantes, assim manifestadas pela ANA nos termos da Resolução ANA nº 1.175/2013, alterada pela Resolução ANA nº 1.403/2013 e, a partir de 30 de outubro de 2017, nos termos da Resolução ANA nº 1.940/2017; 26 usuários outorgados por órgãos delegatórios, ressaltando-se que, em 2017, apenas o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo - DAEE/SP encaminhou relatório de outorgas emitidas para a ANA. E foi implantado o Sistema Federal de Regulação de Usos – Regla, com o objetivo de simplificar o pedido de solicitação de outorga, que passa a ser totalmente eletrônico e exige um conjunto mínimo de informações necessárias para a realização da análise, bem como também automatiza parte do processo de análise, o que reduz o prazo para emissão das outorgas.
R002 - Intervenções emergenciais para efetivação dos processos de alocação de água	4926.0003	Sistemas hídricos assolados por estiagens intensas, por situações de emergência ou forte potencial de conflito pelo uso da água, notadamente aqueles situados no semiárido brasileiro, têm sido o objeto de processos de Alocação de Água. Em diversas situações o atendimento à alocação de água é viabilizado por meio de ajustes na vazão descarregada para o curso d’água a jusante ou mesmo por outro mecanismo/alternativa. A fim de minimizar as consequências negativas de secas e também em situações de cheias, e em alguns casos, garantir a integridade e a segurança de barragens, é imprescindível que as estruturas hidráulicas, elétricas e mecânicas de controle, medição e monitoramento de reservatórios e sistemas hídricos estejam em perfeitas condições de funcionamento. Em outros casos são necessárias intervenções nas calhas dos cursos d’água, tais como limpeza, desobstrução e dragagem, para conferir maior eficiência ao transporte de água, notadamente nos trechos perenizados por reservatórios. Uma vez identificadas e priorizadas as intervenções emergenciais fundamentais à efetivação de processos de alocação de água, sua execução é viabilizada por meio de descentralização de recursos da ANA em favor de instituições federais parceiras na gestão de recursos hídricos.	Foram recuperados os dispositivos de controle hidromecânicos dos reservatórios Cruzeta e Itans, no Rio Grande do Norte. As recuperações dos dispositivos de controle e da tubulação de descarga do reservatório Santo Antônio (Sabugi), também no Rio Grande do Norte, foram suspensas devido ao aumento do nível da água quando do início dos trabalhos e, também, devido a constatação da necessidade de se recuperar previamente a estrutura de concreto da torre de tomada de água. Foi instalada a comporta para controle do fluxo da água no canal de ligação entre os reservatórios Estreito e Cova da Mandioca (BA-MG), foram recuperados os dispositivos de controle do reservatório Ceraíma (BA) e está em andamento a instalação de dispositivo de medição da vazão efluente do reservatório Bico da Pedra (MG). Acredita-se que com essas intervenções concluídas as regras operacionais definidas nas alocações de água poderão ser efetivamente praticadas e controladas naqueles sistemas hídricos beneficiados, o que permitirá um melhor gerenciamento dos recursos hídricos e a mitigação de conflitos pelo uso da água.
E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	20WI.0004	A ação contempla o desenvolvimento dos seguintes conteúdos: (a) diagnóstico consolidado da realidade dos recursos hídricos no país; (b) cenarização quanto à situação dos recursos hídricos; (c) planos de recursos hídricos em bacias hidrográficas e áreas de especial interesse para gestão; (d) propostas de enquadramento, que consistem na definição de padrões de enquadramento de corpos d'água, estabelecendo metas ou objetivos de qualidade da água (classes estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 357) a serem alcançados ou mantidos em um segmento de corpo de água, de acordo com os usos preponderantes pretendidos, ao longo do tempo; (e) desenvolvimento de estudos de recursos hídricos ou subsídios técnicos para o processo de planejamento dos setores relacionados a recursos hídricos; (f) desenvolvimento de relatórios e informações sobre a conjuntura dos recursos hídricos no país; (g) estudos hidrológicos e de avaliação da qualidade da água.	Foram lançadas as seguintes publicações: • Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas; • Levantamento da Cana-de-Açúcar Irrigada na Região Centro-Sul do Brasil; • Atlas Irrigação: Uso da Água na Agricultura Irrigada; • Água na Indústria: Uso e Coeficientes Técnicos; • Reservatórios do Semiárido Brasileiro: Hidrologia, Balanço Hídrico e Operação; • Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – 2017. Foram aprovados dois planos de recursos hídricos de bacia hidrográfica: • Plano Integrado de Recursos Hídricos da bacia do rio Grande, aprovado pelo Comitê de Bacia na plenária realizada no dia 14/11/2017, em Jaboticabal/SP; • Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai, aprovado pelo CNRH na reunião realizada no dia 08/03/2018. A partir da experiência exitosa do Plano do Paranapanema e visando dar maior efetividade à implementação das ações previstas nos planos, destaca-se os esforços investidos na elaboração de manuais operativos contendo o detalhamento das principais ações dos Planos de Recursos Hídricos.
P002 - Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	20WI.0002	Elaboração de estudos hidrogeológicos em aquíferos de regiões metropolitanas, interestaduais e transfronteiriços para fomentar a gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas, conforme previsto no Programa Nacional de Águas Subterrâneas-PNAS/PNRH; o planejamento e a coordenação da rede nacional de monitoramento de águas subterrâneas; a formulação de ferramentas específicas para a gestão integrada de recursos hídricos, apoio aos Estados no gerenciamento de aquíferos compartilhados	Estão em execução os estudos "Avaliação hidrogeológica da região metropolitana de Belém-PA ", "Avaliação hidrogeológica da região metropolitana de São Luis-MA" e "Estudos Hidrogeológicos das Regiões Urbana e Periurbana de Manaus-AM - Subsídios para o Uso Sustentável dos Recursos Hídricos”, esses dois últimos realizados em parceria com a CPRM.

Plano Gerencial Interno da ANA	LOA 2017		Destaques da Implementação da PNRH em 2017 com Recursos da Cobrança
Ação	Ação/Plano Orçamentário	Descrição/Finalidade	
G007 - Capacitação para a Gestão de Rec. Hídricos	20WI.0006	Promoção de cursos e outras ações educativas para conselhos de recursos hídricos, comitês de bacias hidrográficas, órgãos gestores de recursos hídricos, formadores de opinião, setores usuários e sociedade em geral. Fomento a formação de pessoas em nível de pós graduação, como especialização, mestrado profissional, mestrado e doutorado acadêmicos, por meio de parcerias com Instituições de fomento e de ensino.	Capacitação de cerca de 16 mil pessoas com cursos presenciais e ensino à distância. Lançamento do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Regulação e Gestão de Recursos Hídricos – Pró-Recursos Hídricos (Chamada Capes-ANA no 16/2017). Em dezembro de 2017, foram selecionados 12 projetos que serão desenvolvidos em rede, dentre os 87 submetidos, para formação de mestres (24-60), doutores (24 a 26) e pós doutores (até 36) em oito áreas temáticas. Ampliação da Rede Nacional do Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua), que passou de 6 para 14 universidades em 2017. Tanto o ProfÁgua como o Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Ambientais (ProfCiamb), com 11 Universidades, realizaram novos processos seletivos em 2017 para inclusão de alunos nos Programas.
P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	20WI.0007	Apoio ao desenvolvimento de práticas conservacionistas tendo como foco de planejamento o manejo integrado de sub-bacias hidrográficas, prevendo-se controle de processos erosivos, a redução da poluição gerada pelo aporte de sedimentos e produtos químicos lançados por atividades agrícolas em águas superficiais e subterrâneas, possibilitando o aumento da infiltração e a retenção da água no solo viabilizando a recarga de aquíferos, a redução do escoamento superficial, e o incremento da disponibilidade hídrica para múltiplos usos, além da preservação e conservação da biodiversidade. Promoção do desenvolvimento da agricultura e da pecuária sustentável, tendo a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e a organização dos produtores como estratégia para promover a melhoria da produtividade agrícola e o uso de tecnologias adequadas sob o ponto de vista ambiental, econômico e social. Desenvolvimento de projetos pilotos ou demonstrativos e experiências visando o uso racional da água e o reúso em suas múltiplas aplicações como práticas que possam ser adotadas como difusoras e multiplicadas nas bacias hidrográficas. Apoio ao desenvolvimento de ações voltadas ao combate à desertificação e a identificação de fontes alternativas de abastecimento de água. Apoio a realização de diagnóstico-sócio ambiental e elaboração de projetos no âmbito do Programa Produtor de Água. Realização e apoio a eventos voltados para a conservação, os usos racional e múltiplo e o reuso de água e outros que tenham os recursos hídricos como tema, visando a promoção da sua disponibilidade para atendimento aos diversos usos.	Em 2017 foram celebrados 14 repasses, a saber: Brasil Novo - PA; Lajeado – SP; Santa Teresa – ES; Resende – RJ; São José dos Campos – SP; Piracaia – SP; São Joaquim de Bicas – MG; Consórcio Intermunicipal Rio Guandu – ES; Passos – MG; Serviço de Água e Esgoto de Piumhi – MG; Capitólio – MG; Nova Serrana – MG; Formiga – MG; Frei Gaspar – MG. Os projetos foram selecionados por meio de chamada pública lançada em 2017.
U001 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	20WI.000B	A gestão de secas e inundações tem passado por uma mudança de abordagem: de medidas emergenciais e reativas para ações de prevenção e preparação para a ocorrência dos eventos, com uma visão mais alinhada à gestão de riscos, em que o monitoramento, a identificação de vulnerabilidades, a articulação e o fortalecimento institucionais são fundamentais para a atuação proativa. Nesse sentido, encontram-se em andamento ações no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos que preveem o acompanhamento das condições hidrológicas dos principais sistemas hídricos nacionais de modo a identificar possíveis ocorrências de eventos críticos, permitindo a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos efeitos destes eventos. Em gestão de secas, atua-se na identificação e no monitoramento dos diferentes estágios da seca, bem como na definição de gatilhos para tomada de decisão. Com foco na articulação e no fortalecimento institucional, apoia-se a operacionalização de salas de situação em todos os estados brasileiros, nos moldes da Sala de Situação da Agência Nacional de Águas, que funciona como um centro de gestão de situações críticas e subsidia a tomada de decisões. Além disso, são desenvolvidos estudos em situações específicas de eventos hidrológicos críticos, como o mapeamento de manchas de inundação e a implantação de sistemas de alerta, por exemplo. Parte desse acompanhamento é materializada através de boletins mensais de monitoramento de bacias ou de sistemas prioritários. Em alguns casos, quando verificada situação crítica ou com potencial para tal, também são elaborados boletins de monitoramento com frequência maior. Na gestão de secas, no âmbito do Monitor de Secas do Nordeste do Brasil, são elaborados mapas mensais com indicadores que refletem o curto e o longo prazos para mostrar a evolução da seca na região.	Ao longo de 2017, foram realizadas reuniões semanais da Sala de Crise do São Francisco cujo objetivo é acompanhar a condição de armazenamento dos reservatórios e promover a articulação necessária para a implementação das medidas de adaptação, em especial aquelas voltadas para a manutenção do abastecimento das cidades, face a redução da vazão defluente dos reservatórios de Sobradinho e Xingó. Com o agravamento da seca em diferentes regiões do País, outras duas salas de crise foram instaladas durante 2017: a Sala de Crise do Tocantins e Sala de Crise da Hidrovia Tietê-Paraná. Esta teve como finalidade evitar a interrupção da navegação na hidrovia como ocorrido em 2014. Já a Sala de Crise do Tocantins tem como foco a definição de condições de operações dos reservatórios instalados no rio Tocantins de modo a não prejudicar as captações de água para abastecimento de cidades como Imperatriz e Marabá, por exemplo. Em 2017, foi lançado o aplicativo do Monitor de Secas do Nordeste - MSNE para smartphones, disponível gratuitamente para os sistemas Android e iOS e foi firmada parceria da ANA com a Universidade Federal do Ceará (UFC) para apoio técnico, científico e operacional à implementação do MSNE, de forma a garantir sua continuidade e a integração entre as entidades estaduais e federais relevantes. Os próximos passos compreendem, principalmente, o fortalecimento das redes de validação dos mapas de seca.

Plano Gerencial Interno da ANA	LOA 2017		Destaques da Implementação da PNRH em 2017 com Recursos da Cobrança
Ação	Ação/Plano Orçamentário	Descrição/Finalidade	
P003 - INTERÁGUAS	20WI.0003	Compreende a implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, visando o fortalecimento institucional dos órgãos de planejamento e gestão de recursos hídricos por meio do apoio técnico à atualização e adequação da legislação, criação/implementação e fortalecimento de órgãos gestores, organizações de usuários e comitês de bacia e criação, regulamentação ou operacionalização de fundos estaduais de recursos hídricos, regulamentação da outorga, implantação de cadastro de usuários de águas de bacias hidrográficas e de sistemas de outorga e cobrança, estabelecimento da cobrança pelo uso da água, elaboração de estudos técnicos e Planos de Recursos Hídricos, inclusive a elaboração de estudos e diagnósticos intersetoriais, bem como detalhamento de programas previstos nos planos de bacias para compatibilização dos usos múltiplos das águas, o desenvolvimento e implantação de sistemas de informações hidrometeorológicas, preparação de estudos de recursos hídricos ou pesquisas aplicadas e capacitação de técnicos.	Encontram-se em execução os seguintes projetos: Convênio com RN para elaboração do estudo de viabilidade do Sistema Adutor do Seridó; Conclusão do Plano de Segurança Hídrica em parceria com o MI; Desenvolvimento de metodologia para estimar o custeio administrativo de Entidades Delegatárias (EDs) de funções de Agência de Água. E foram concluídos os seguintes projetos: Avaliação hidrogeológica dos sistemas aquíferos cársticos na RH do São Francisco; Elaboração do Estudo Modelagem Quantitativa e Qualitativa de trechos de rio em Bacias Hidrográficas consideradas críticas; Elaboração do Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas: Tratamento de Esgotos; e Serviços de avaliação de processos pedagógicos para analisar o impacto das ações de capacitação e educação realizadas diretamente ou fomentadas pela ANA para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH.
P001 - Prodes	20WI.000A	A Agência Nacional de Águas - ANA busca implementar ações voltadas para a recuperação e a gestão de cursos d'água. Dentre as ações, destaca-se a remoção de cargas poluidoras de Bacias Hidrográficas integrantes do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas -PRODES, que incentiva os municípios a implantarem e a operarem sistemas de tratamento de esgotos visando reduzir as cargas de poluição lançadas nos rios e córregos nacionais. O PRODES também é conhecido como "programa de compra de esgoto tratado", sendo uma iniciativa inovadora, pois em vez de financiar obras ou equipamentos, paga-se pelo esgoto efetivamente tratado, ou seja, pelo resultado alcançado. Consiste, portanto, no pagamento ao prestador de serviço de saneamento, de até 50% do valor do investimento estimado para a implantação de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). Os pagamentos são liberados somente a partir do início da operação da ETE, mediante o cumprimento de determinadas metas de eficiência de tratamento e de carga poluidora abatida.	Em 2017 não houve novas contratações, mas há 15 contratos com certificações em andamento e 28 contratos com certificações ainda não iniciadas. Em relação à carga abatida e certificada em 2017, foi de 27.531,77 ton. de DBO. Ressalta-se que este é um valor estimado, visto que foram utilizados os valores reais certificados até o mês de outubro e os valores referentes aos meses de novembro e dezembro e, em alguns casos, setembro, foram estimados pela média mensal dos meses já certificados, tendo em visto que somente serão enviados à ANA a partir de janeiro, fevereiro e março, a depender do vencimento dos trimestres.
I001 - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos	20WI.0001	Desenvolvimento e implementação de novos subsistemas e módulos do SNIRH e demais sistemas de apoio à Política Nacional de Recursos Hídricos. Execução de manutenções corretivas e evolutivas dos subsistemas e módulos implementados, por meio da adição de novas funcionalidades, alteração nas funcionalidades já existentes e evolução tecnológica. Sustentação e monitoramento dos subsistemas e módulos implementados, a fim de atender aos níveis de serviço estabelecidos. Aquisição, atualização, manutenção e administração da infraestrutura computacional de apoio aos sistemas implantados.	Em 2017 deu-se continuidade a ampliação de informações no Sistema, com base nos estudos realizados pela Agência que geraram novas bases de dados ou atualização das bases existentes. Como exemplo pode-se citar as informações sobre saneamento oriundas do Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas; informações sobre irrigação oriundas do Atlas de Irrigação e o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – 2017.
D001 - Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos	20WI.000E	Apoio a projetos, iniciativas e eventos que visam à conservação e gestão de recursos hídricos, com a participação de setores usuários de água e instituições internacionais de interesse comum, por meio de ações de: comunicação, capacitação de recursos humanos, intercâmbio de informações e experiências relativas à gestão de recursos hídricos, participação em fóruns e eventos, relacionamento com agências do Sistema ONU, organismos multilaterais, tratados e blocos governamentais, além de iniciativas bilaterais que contribuem para o cumprimento do papel institucional da Agência. Esses projetos possibilitam a qualificação dos servidores da ANA, ao permitir o intercâmbio de conhecimentos e de experiências com outras instituições similares e com desafios semelhantes.	As ações de cooperação técnica e intercâmbio de informações hidrológicas entre os Países da Bacia Amazônica tiveram uma grande evolução em 2017, tanto no que se refere à implementação de projetos bilaterais com Bolívia, Equador, Guiana e Peru, como nas ações implementadas na iniciativa regional do Projeto Amazonas: Ação Regional na Área de Recursos Hídricos (ANA/ABC/OTCA). Os principais resultados dos projetos bilaterais corroboram para o fortalecimento das instituições responsáveis pela gestão de recursos hídricos, em projetos que apoiam o intercâmbio de informações técnicas, a doação de equipamentos (Plataformas de Coleta de Dados - PCDs e Sala de Monitoramento) e a capacitação de técnicos especialmente em temas tais como o planejamento de recursos hídricos, o monitoramento hidrológico e a prevenção e mitigação de eventos hidrológicos críticos. Todos esses projetos terão atividades a serem realizadas em 2018.
0000 - 8º Fórum Mundial da Água - Despesas Diversas	20WI.0000	A Agência Nacional de Águas está diretamente envolvida no processo preparatório e de organização do 8º Fórum Mundial da Água, tanto no âmbito técnico quanto no operacional. Atualmente, o papel de Secretariado do 8º Fórum Mundial da Água está sob a incumbência da ANA, o que dá Agência uma série de atribuições e responsabilidades no que se refere à realização do evento.	Realização do 2nd Stakeholders Meeting em Brasília do 8º Fórum Mundial da Água; Patrocínio para o projeto Green Move Festival; Serviços de comunicação para o 8º Fórum Mundial da Água e contratação da Empresa Brasileira de Comunicação - EBC
12DS - Construção do Prédio Anexo ao Bloco M	12DS	Construção de prédio anexo ao Bloco M, onde está instalada a administração central da Agência Nacional de Águas. O novo prédio será construído em terreno de propriedade do Ministério da Ciência e Tecnologia, no Setor Policial Sul, em Brasília - DF. Com área total de 4.760 m², dispostos em dois pavimentos, a construção visa à ampliação e adequação das instalações da ANA, para abrigar seu corpo de servidores e a implantação de dispositivos e equipamentos de segurança para toda a organização. Objetiva-se, com isso, ampliar a área predial da Agência Nacional de Águas para instalação de corpo de servidores aprovado em concurso público e remanejamento de parte do quadro de pessoal ativo da Agência, hoje instalado em prédios de outros órgãos, assegurando condições adequadas para a integração entre os servidores e o desenvolvimento organizacional, proporcionando boas condições de trabalho para propiciar agilidade e qualidade aos processos desenvolvidos.	A construção dos prédios está em fase de conclusão com 97% de execução física e há previsão de ocupação no primeiro semestre de 2018.

FONTE: SIOP, SISPLANA e documentos do Relatório de Gestão 2017

D. Dados orçamentários e financeiros da aplicação dos recursos da cobrança em 2017

19. Por fim são apresentados os dados de execução orçamentária/financeira do exercício de 2017 e dos Restos a Pagar em 2017 relacionados às prioridades. Dos dados constata-se que 78% dos recursos da cobrança foram alocados nas prioridades definidas na Resolução CNRH nº 166, o que corresponde a R\$ 215.948.465 (duzentos e quinze milhões, novecentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais).

20. Se agregada a essa análise as prioridades definidas na Resolução nº 165, a alocação de recursos da cobrança relacionada às prioridades do CNRH chega a 93%, o que corresponde a R\$ 257.688.581 (duzentos e cinquenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e oito mil e quinhentos e oitenta e um reais), de um total de R\$ 277.380.472 (duzentos e setenta e sete milhões, trezentos e oitenta mil e quatrocentos e setenta e dois reais).

21. Os dados da execução são apresentados por ação/plano orçamentário com valores globais e com dados segregados por grupo de natureza de despesa, sendo 3 – Outras Despesas Correntes e 4 - Investimentos. Os conceitos dos dois grupos são apresentados abaixo, segundo o Manual Técnico do Orçamento de 2018:

“3 - Outras Despesas Correntes

Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

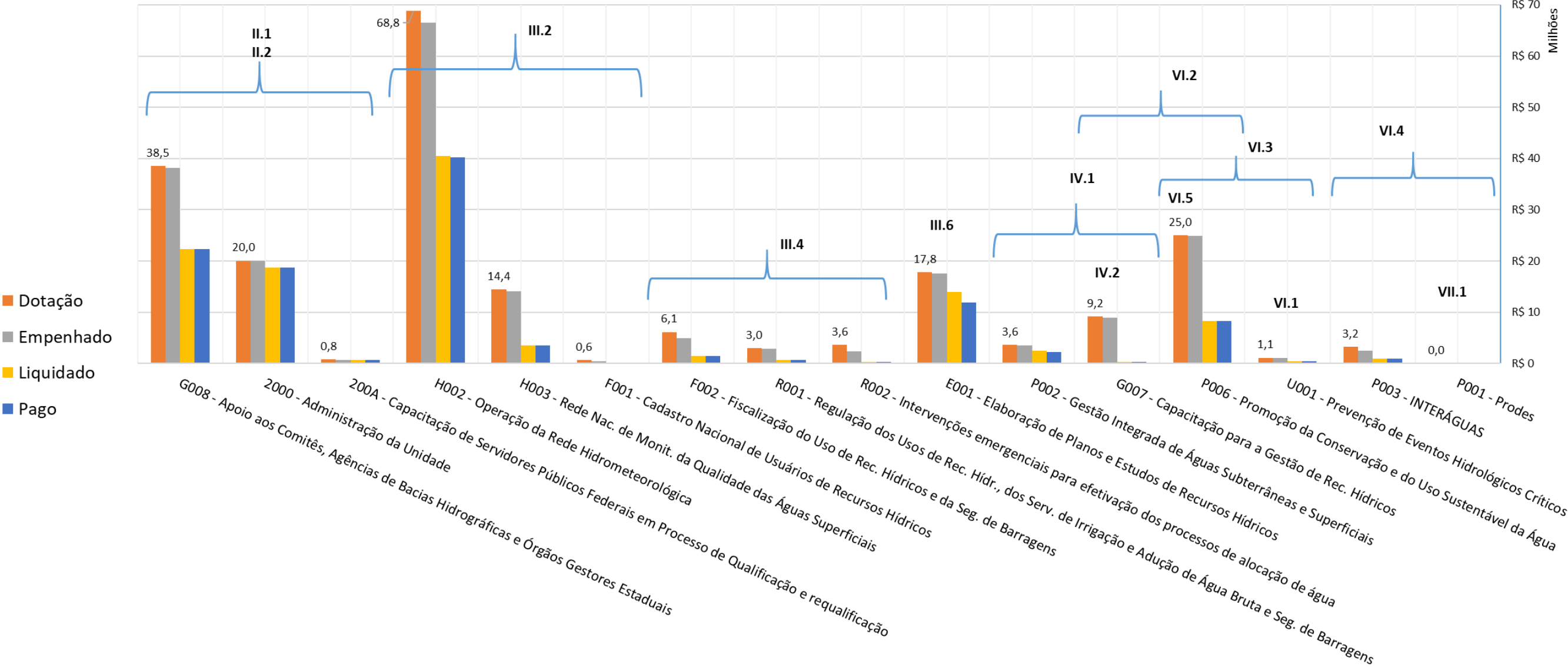
4 - Investimentos

Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. “

22. Cabe esclarecer que a execução de contratos de prestação de serviços como consultorias, elaboração de estudos e diagnósticos, licenças de software e os contratos do PROGESTÃO, RNQA etc são classificados como despesas correntes.

23. Com o intuito de facilitar a visualização, é apresentado gráfico com os valores de dotação, empenhado, liquidado e pago por ação do Plano Gerencial Interno da Agência e com a relação com os Programas e Subprogramas do PNRH contidos na Resolução nº 166/2015.

Alocação de Recursos nas Prioridades Definidas na Resolução CNRH nº 166/2015 - 2017



RESOLUÇÃO CNRH nº 166, de 29 de junho de 2015		Plano Gerencial Interno da ANA	2017						2017						
PROGRAMAS	SUBPROGRAMAS	Ação	Particip %	GND	Dotação	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP processados inscritos	RAP processados inscritos pagos	RAP exercícios anteriores	RAP não processados inscritos	RAP não processados cancelados	RAP não processados pagos	RAP não processados a pagar
II. Desenvolvimento Institucional da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil	II.1 - Organização e apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	G008 - Apoio aos Comitês, Agências de Bacias Hidrográficas e Órgãos Gestores Estaduais	14%		R\$ 38.514.615	R\$ 38.186.525	R\$ 22.297.229	R\$ 22.297.229	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 5.488.715	R\$ 72.754	R\$ 4.455.655	R\$ 960.306
				3	R\$ 38.014.915	R\$ 37.866.648	R\$ 22.297.229	R\$ 22.297.229	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 5.488.715	R\$ 72.754	R\$ 4.455.655	R\$ 960.306
				4	R\$ 499.700	R\$ 319.877	R\$ 0	R\$ 0							
		2000 - Administração da Unidade	7,2%		R\$ 20.041.850	R\$ 19.953.263	R\$ 18.701.959	R\$ 18.701.959	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 2.606.458	R\$ 1.164.831	R\$ 1.441.627	R\$ 0
				3	R\$ 20.041.850	R\$ 19.953.263	R\$ 18.701.959	R\$ 18.701.959	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 1.358.501	R\$ 679.971	R\$ 678.529	R\$ 0
				4					R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 1.247.957	R\$ 484.860	R\$ 763.097	R\$ 0
	II.2 - Apoio à organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	200A - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e requalificação	0,3%	3	R\$ 761.685	R\$ 706.429	R\$ 696.139	R\$ 696.139	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
	II.4 - Sustentabilidade econômico-financeira da gestão de recursos hídricos.	A implementação dessa prioridade é realizada por meio de Programas de Pagamento por Resultados, como o PROGESTÃO, PNQA e PROCOMITÊS													
III. Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos	III.2 - Rede hidrológica quali-quantitativa nacional.	H002 - Operação da Rede Hidrometeorológica	25%		R\$ 68.783.757	R\$ 66.479.361	R\$ 40.542.929	R\$ 40.245.128	R\$ 149.322	R\$ 141.297	R\$ 337.817	R\$ 21.595.343	R\$ 1.769.205	R\$ 19.941.810	R\$ 222.145
				3	R\$ 56.025.851	R\$ 54.122.813	R\$ 38.865.137	R\$ 38.567.336	R\$ 149.322	R\$ 141.297	R\$ 239.390	R\$ 7.939.727	R\$ 1.403.206	R\$ 6.756.993	R\$ 18.919
				4	R\$ 12.757.906	R\$ 12.356.548	R\$ 1.677.792	R\$ 1.677.792	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 98.427	R\$ 13.655.616	R\$ 366.000	R\$ 13.184.817	R\$ 203.226
		H003 - Rede Nac. de Monit. da Qualidade das Águas Superficiais	5%		R\$ 14.446.058	R\$ 14.136.077	R\$ 3.566.114	R\$ 3.554.680	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 7.291.882	R\$ 494.464	R\$ 6.797.418	R\$ 0
				3	R\$ 10.946.058	R\$ 10.736.440	R\$ 3.566.114	R\$ 3.554.680	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 4.338.167	R\$ 358.901	R\$ 3.979.266	R\$ 0
				4	R\$ 3.500.000	R\$ 3.399.636	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 2.953.715	R\$ 135.563	R\$ 2.818.152	R\$ 0
	III.4 - Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos.	F001 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	0%	3	R\$ 634.870	R\$ 479.199	R\$ 192.457	R\$ 192.457	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 127.643	R\$ 33.028	R\$ 94.615	R\$ 0
		F002 - Fiscalização do Uso de Rec. Hídricos e da Seg. de Barragens	2%		R\$ 6.142.643	R\$ 4.994.958	R\$ 1.443.894	R\$ 1.443.894	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 1.361.587	R\$ 134.911	R\$ 366.676	R\$ 860.000
				3	R\$ 6.132.643	R\$ 4.992.338	R\$ 1.441.274	R\$ 1.441.274	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 1.361.587	R\$ 134.911	R\$ 366.676	R\$ 860.000
				4	R\$ 10.000	R\$ 2.620	R\$ 2.620	R\$ 2.620							
		R001 - Regulação dos Usos de Rec. Hídr., dos Serv. de Irrigação e Adução de Água Bruta e Seg. de Barragens	1%	3	R\$ 2.993.750	R\$ 2.831.482	R\$ 698.824	R\$ 698.824	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 106.571	R\$ 50.693	R\$ 55.878	R\$ 0
		R002 - Intervenções emergenciais para efetivação dos processos de alocação de água	1%	3	R\$ 3.626.249	R\$ 2.375.977	R\$ 341.390	R\$ 262.290	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 2.266.312	R\$ 107.058	R\$ 1.573.471	R\$ 585.782
	III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de águas em classes de uso.	E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	6%		R\$ 17.811.617	R\$ 17.559.248	R\$ 13.944.204	R\$ 11.864.204	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 141.468	R\$ 1.759.739	R\$ 189.533	R\$ 1.640.662	R\$ 71.011
				3	R\$ 17.770.200	R\$ 17.518.282	R\$ 13.915.183	R\$ 11.835.183	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 141.468	R\$ 1.759.739	R\$ 189.533	R\$ 1.640.662	R\$ 71.011
				4	R\$ 41.417	R\$ 40.966	R\$ 29.020	R\$ 29.020							

RESOLUÇÃO CNRH nº 166, de 29 de junho de 2015		Plano Gerencial Interno da ANA	2017						2017						
PROGRAMAS	SUBPROGRAMAS	Ação	Particip %	GND	Dotação	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP processados inscritos	RAP processados inscritos pagos	RAP exercícios anteriores	RAP não processados inscritos	RAP não processados cancelados	RAP não processados pagos	RAP não processados a pagar
IV. Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos	IV.1 - Desenvolvimento, consolidação de conhecimento, inclusive os conhecimentos tradicionais, e de avanços tecnológicos em gestão de recursos hídricos.	P002 - Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	1%	3	R\$ 3.641.240	R\$ 3.461.772	R\$ 2.497.752	R\$ 2.197.457	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 883.850	R\$ 10.607	R\$ 695.993	R\$ 177.250
		G007 - Capacitação para a Gestão de Rec. Hídricos	3%		R\$ 9.160.333	R\$ 8.951.682	R\$ 267.726	R\$ 267.726	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 3.806.855	R\$ 5.621.522	R\$ 421.389	R\$ 4.132.394	R\$ 4.874.594
	IV.2 - Capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão de recursos hídricos.			3	R\$ 8.164.333	R\$ 8.022.697	R\$ 267.726	R\$ 267.726	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 3.726.855	R\$ 3.678.381	R\$ 421.389	R\$ 2.689.252	R\$ 4.294.594
				4	R\$ 996.000	R\$ 928.985	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 80.000	R\$ 1.943.142	R\$ 0	R\$ 1.443.142	R\$ 580.000
VI. Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos	VI.2 - Gestão da oferta, da ampliação, da racionalização e do reúso de água.	P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	9%		R\$ 25.033.914	R\$ 24.898.804	R\$ 8.346.514	R\$ 8.346.514	R\$ 1.167.926	R\$ 1.115.915	R\$ 10.454.880	R\$ 8.986.784	R\$ 3.621.198	R\$ 9.271.543	R\$ 6.548.923
VI. Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos	VI.5 - Conservação de solos e águas – manejo de microbacias no meio rural.	P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água													
VI. Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos	VI.3 - Gestão de demandas, resolução de conflitos, uso múltiplo e integrado de recursos hídricos.	U001 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos		3	R\$ 21.191.880	R\$ 21.056.771	R\$ 6.628.866	R\$ 6.628.866	R\$ 1.167.926	R\$ 1.115.915	R\$ 7.221.319	R\$ 6.840.344	R\$ 2.210.704	R\$ 9.036.477	R\$ 2.814.483
				4	R\$ 3.842.034	R\$ 3.842.033	R\$ 1.717.647	R\$ 1.717.647	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 3.233.560	R\$ 2.146.440	R\$ 1.410.494	R\$ 235.066	R\$ 3.734.440
VI. Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos	VI.1 - Gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos.														

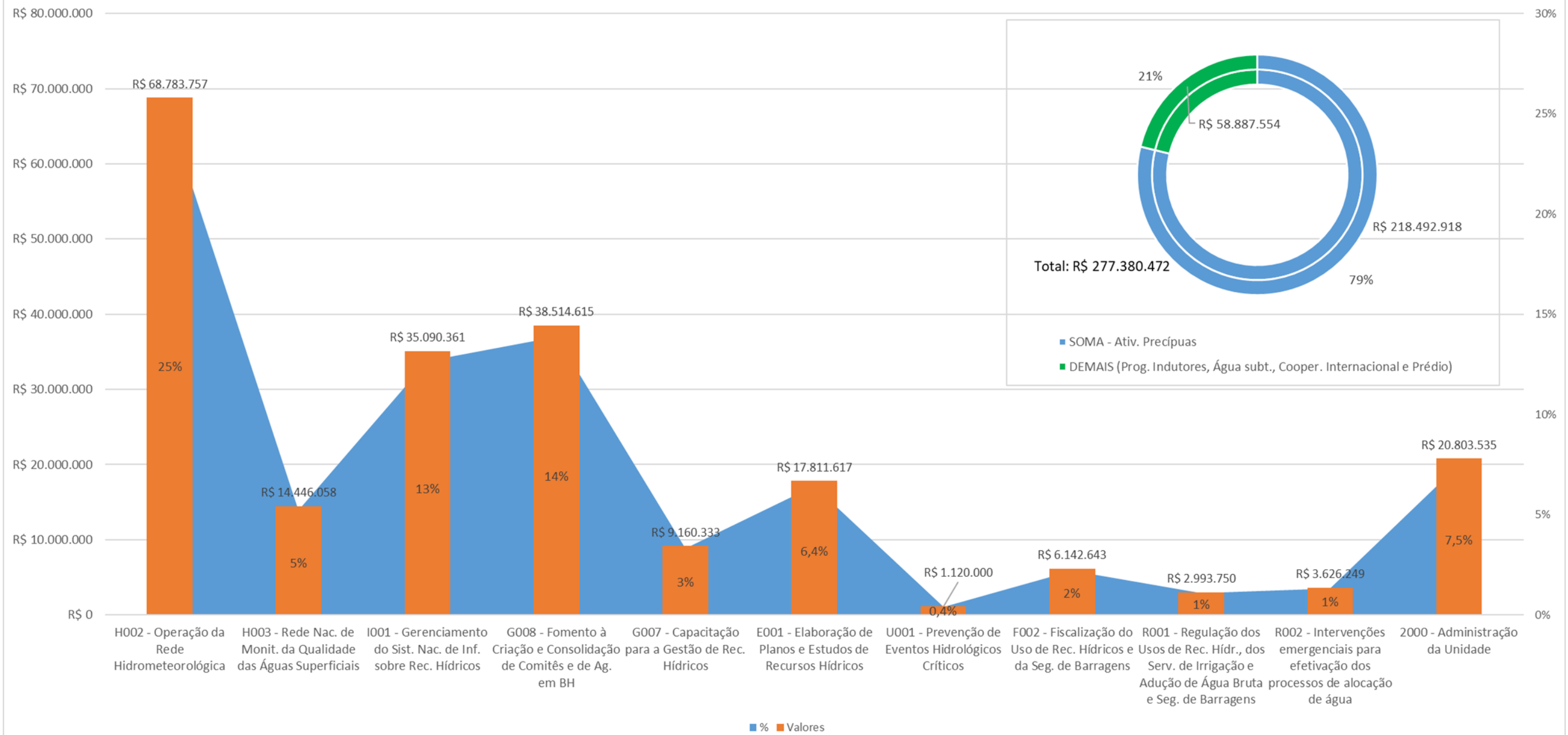
RESOLUÇÃO CNRH nº 166, de 29 de junho de 2015		Plano Gerencial Interno da ANA	2017						2017						
PROGRAMAS	SUBPROGRAMAS	Ação	Particip %	GND	Dotação	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP processados inscritos	RAP processados inscritos pagos	RAP exercícios anteriores	RAP não processados inscritos	RAP não processados cancelados	RAP não processados pagos	RAP não processados a pagar
VI. Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos	VI.4 - Saneamento e gestão ambiental de recursos hídricos no meio urbano.	P003 - INTERÁGUAS	1%	3	R\$ 3.235.884	R\$ 2.464.402	R\$ 979.943	R\$ 979.943	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 262.318	R\$ 1.287.343	R\$ 0	R\$ 928.416	R\$ 621.245
		P001 - Prodes							R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.392.273,08	R\$ 0,00	R\$ 14.392.273,08	R\$ 0,00
VII. Programas Setoriais voltados aos Recursos Hídricos	VII.1 - Despoluição de bacias hidrográficas.														
X. Gestão Ambiental de Recursos Hídricos na Região Amazônica	X. Gestão Ambiental de Recursos Hídricos na Região Amazônica	H001 - Modernização da Rede Hidrometeorológica H002 - Operação da Rede Hidrometeorológica H003 - Rede Nac. de Monit. da Qualidade das Águas Superficiais G008 - Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Ag. em BH	Ver acima												
TOTAL (1) -			78%		R\$ 215.948.465	R\$ 208.514.645	R\$ 114.950.780	R\$ 112.182.152	R\$ 1.317.247	R\$ 1.257.212	R\$ 17.256.834	R\$ 74.013.121	R\$ 8.299.062	R\$ 67.105.632	R\$ 15.865.262
Sem correspondência na Resolução CNRH nº 166		I001 - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos	13%		R\$ 35.090.361	R\$ 34.339.560	R\$ 23.230.984	R\$ 23.230.984	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 14.095.802	R\$ 441.008	R\$ 13.654.794	R\$ 0
				3	R\$ 33.625.337	R\$ 33.580.270	R\$ 22.471.694	R\$ 22.471.694	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 10.036.184	R\$ 441.008	R\$ 9.595.176	R\$ 0
				4	R\$ 1.465.024	R\$ 759.290	R\$ 759.290	R\$ 759.290	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 4.059.617	R\$ 0	R\$ 4.059.617	R\$ 0
		D001 - Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos	2%		R\$ 6.649.755	R\$ 6.502.248	R\$ 6.054.208	R\$ 6.054.208	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 306.292	R\$ 560.514	R\$ 272.719	R\$ 594.087	R\$ 0
				3	R\$ 6.569.755	R\$ 6.502.248	R\$ 6.054.208	R\$ 6.054.208	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 306.292	R\$ 560.514	R\$ 272.719	R\$ 594.087	R\$ 0
				4	R\$ 80.000	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0							
		0000 - 8º Fórum Mundial da Água - Despesas Diversas	5%	3	R\$ 13.691.890	R\$ 4.053.889	R\$ 2.152.378	R\$ 2.152.378							
		12DS - Construção do Prédio Anexo ao Bloco M	2%	4	R\$ 6.000.001	R\$ 5.937.698	R\$ 5.826.227	R\$ 5.826.227	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 3.848.151	R\$ 0	R\$ 3.848.151	R\$ 0
TOTAL (2) -			22%		R\$ 61.432.007	R\$ 50.833.395	R\$ 37.263.797	R\$ 37.263.797	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 306.292	R\$ 18.504.467	R\$ 713.727	R\$ 18.097.032	R\$ 0
TOTAL (1+2) -			100%		R\$ 277.380.472	R\$ 259.348.040	R\$ 152.214.577	R\$ 149.445.949	R\$ 1.317.247	R\$ 1.257.212	R\$ 17.563.126	R\$ 92.517.588	R\$ 9.012.789	R\$ 85.202.663	R\$ 15.865.262

E. Recursos alocados com atribuições precípuas e exclusivas da Agência

25. Por fim, no último gráfico são apresentados os recursos alocados em atribuições precípuas e exclusivas da Agência Nacional de Águas, que em 2017 representaram R\$ 218.492.918 (duzentos e dezoito milhões, quatrocentos e noventa e dois mil e novecentos e dezoito reais) e 79% dos recursos disponibilizados na LOA.

26. É importante ressaltar que se os recursos da cobrança disponibilizados nas futuras Leis Orçamentárias atingirem patamar inferior ao valor acima indicado, o desempenho da instituição na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos será impactado.

Alocação de Recursos - Atribuições Precípua



Antes de imprimir este relatório, verifique se é realmente necessário. Desperdício não combina com meio ambiente.

Acompanhamento da Execução

Os dados deste relatório referem-se a seguinte seleção de filtros:

Exercício: 2017

Perfil: Unidade Orçamentária

Período: JAN-DEZ

Momento: Formalização Acompanhamento Orçamentário

Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

Programa: 2084 - Recursos Hídricos

Incluir Análise: Sim

Incluir PO: Sim



Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

Programa: 2084 - Recursos Hídricos

Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.				
	Localizador - Data da Apuração	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico	
												EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado	
Ação: 12DS - Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas																	Não possui alertas; Não possui pendências;		
Prédio construído - percentual de execução	17.487.468	6.000.001	0	5.937.698	5.826.227	5.826.227	97,10	29	29	29	102,98	0,00	100,00	100,00	3.848.151	3.848.151	29		
0053 - No Distrito Federal - 27/12/17	17.487.468	6.000.001	0	5.937.698	5.826.227	5.826.227	97,10	29	29	29	102,98	0,00	100,00	100,00	3.848.151	3.848.151	29		
Análise do Localizador																	Ana Christina Ramos do Patrocínio 27/12/17 15:42		
Todo valor empenhado no exercício foi liquidado e no dia 29/12/2017 será efetuado o pagamento do valor pendente na Nota de Empenho. Foi pago neste exercício o valor de R\$ 3.848.151,00 referente a Restos a Pagar de 2016. Inaugurados os Prédios "N" e "O" anexo do Bloco "M" da ANA.																			
0000 - Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas	17.487.468	6.000.001	--	5.937.698	5.826.227	5.826.227	97,10	0	--	--	--	--	--	--	3.848.151	3.848.151	--		

Legenda: EFLOA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)
ECLOA - Eficácia (Meta Física Realizada /Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.
" * " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.
" ** " - Campo com 'preenchimento opcional'.
- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

Programa: 2084 - Recursos Hídricos

Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.									
	Localizador - Data da Apuração	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico						
												EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado						
Ação: 20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos																			Não possui alertas; Não possui pendências;					
Bacia hidrográfica beneficiada - unidades por	168.554.877	181.696.996	0	156.068.872	83.963.216	81.571.488	46,21	81	81	11	29,39	0,00	13,58	13,58	39.423.561	49.707.397	4							
0001 - Nacional - 27/12/17	168.554.877	181.696.996	0	156.068.872	83.963.216	81.571.488	46,21	81	81	11	29,39	0,00	13,58	13,58	39.423.561	49.707.397	4							
Análise do Localizador																			Ana Christina Ramos do Patrocínio			27/12/17 17:17		
Com relação à execução do RAP, houve execução das seguintes atividades: 1.Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de apoio em campo às ações de gestão e regulação de usos da água na bacia do rio Piranhas-Açu 2.Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Grande; e Processo de mobilização e participação social - PIRH Grande e Apoio ao funcionamento do CBH-Grande 3.Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES na Estação de Tratamento de Esgotos Boa Vista, em Campinas/SP, na Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí; 4.Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES na Estação de Tratamento de Esgotos Águas Lindas/GO, na Bacia Hidrográfica do Rio Verde, na Região Hidrográfica do Tocantins.																								
Análise do Localizador																			Ana Christina Ramos do Patrocínio			27/12/17 17:17		
Em relação a meta física, cabe esclarecer que o Projeto de Lei do Orçamento 2017 enviado ao Congresso Nacional estipulava a meta em 10 bacias a serem atendidas, e esse valor foi alterado para 81 com a inclusão de uma emenda. Entretanto, essa emenda está relacionada aos preparativos para o 8º Fórum Mundial da Água e, portanto, não tem impacto em nenhuma bacia hidrográfica. Durante o exercício de 2017 foram realizadas atividades relacionadas à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos em 11 (onze) bacias hidrográficas, conforme abaixo indicado: 1.Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de apoio em campo às ações de gestão e regulação de usos da água na bacia do rio Piranhas-Açu; - Repasse a OSCIP - Adese/Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu; 2.Repasse a Entidade Delegatária - ABHA/Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba; 3.Apoio Técnico ao funcionamento do Comitê PCJ; 4.Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai; - Processo de mobilização social - PRH Paraguai; 5. Apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande/AGB Peixe Vivo; 6. Apoio ao funcionamento do CBH-Grande/ABHA; 7. Apoio ao CBH-Parapanema; 8. Repasse a Entidade Delegatária - AGB Peive Vivo – Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; 9. Repasse a Entidade Delegatária – AGEVAP - Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul; 10. Repasse a Entidade Delegatária – Instituto Bioatlântica/Bacia Hidrográfica do rio Doce; 11. Implantação do Produtor de Água na BH do Ribeirão João Leite (GO). Cabe ainda destacar, que além da realização das atividades indicadas acima por bacia hidrográfica, foram apoiadas as 27 (vinte e sete) unidades da federação por meio dos Programas PROGESTÃO (27 estados), PROCOMITÊS (14 Estados) e RNQA (21 estados).																								

Legenda: EFLOA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)

EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)

ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)

ECLOA - Eficácia (Meta Física Realizada /Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.

" * " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

" ** " - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

Programa: 2084 - Recursos Hídricos

Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.					
	Localizador - Data da Apuração	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico		
												EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado		
0000 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - Despesas Diversas		15.083.179	13.691.890	--	4.053.889	2.152.378	2.152.378	15,72	0	--	--	--	--	--	--	287.795	287.795	--		
0001 - Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH - Subsistema implementado - 27/12/17		38.449.130	35.090.361	--	34.339.560	23.230.984	23.230.984	66,20	4	--	4	151,05	--	100	--	13.654.794	13.654.794	--		
Análise do Plano Orçamentário												Ana Christina Ramos do Patrocínio							27/12/17 17:18	
<p>Análise da execução do plano orçamentário: este plano orçamentário é executado para o atendimento das demandas de tecnologia da informação da Agência, compreendo Sistema Finalístico, Sistema Administrativo, Apoio à Gestão e Governança de TI, e Operação da Infraestrutura.</p> <p>1. Foream realizados 26 projetos no Sistema Finalístico: DIGICOB 2, PROCOMITES–APEX, SABER–APEX, CNARH 40, CNARH HISTÓRICO, GESTOR PCD, HIDRO, HIDROSAT, HIDROWEB, SAMSE, SIADH, SVDT, GDH_SMS, SIS_HIDROLOGICO, FICHA_CAMPO, PRODUTOR AGUAS, IMPORTA_SIAGAS, CEIA-APEX, REGLA-ADM, REGLA, SNISB, SSDO, TANQUE REDE, DNE_CORREIOS, SEGURANÇA02_SSO, CONTRATOS-APEX.</p> <p>2. No Sistema Administrativo foram realizados 7 projetos: Internet e Intranet, SISPLANA, RH, Arrecadação/Boleto on-line, Próton Digital, Sistema Biblioteca, Sistema Patrimônio.</p> <p>3. No Apoio à Gestão e Governança de TI foram realizadas: medição de indicadores do PETI, Revisão do PDTI, Revisão do PETI, Elaboração de Plano de Governança 2017, Elaboração de Processo de Riscos de Infraestrutura de TI, Elaboração de Procedimentos de acompanhamento do PETI, Ações de treinamento no uso do software de governança, Acompanhamento de ações do PDTI e Ações de apoio à gestão de contratos de TI.</p> <p>4. Na Operação da Infraestrutura, com relação ao serviço de atendimento ao usuário da rede corporativa da ANA forma executadas cerca de 9.612 demandas de suporte técnico.</p>																				
0002 - Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais - Estudo elaborado - 27/12/17		3.453.986	3.641.240	--	3.461.772	2.497.752	2.197.457	68,60	2	--	3	218,67	--	150	--	695.993	873.243	--		
Análise do Plano Orçamentário												Ana Christina Ramos do Patrocínio							28/12/17 11:40	
<p>Estudos Hidrogeológicos da Região Metropolitana de São Luís – Subsídios para o Uso Sustentável dos Recursos Hídricos Os Estudos Hidrogeológicos de São Luís abrangem uma área de cerca de 1.400 km². Estão sendo desenvolvidos em parceria com a CPRM e visam à geração de conhecimento hidrogeológico, na escala 1:50.000, sobre os sistemas aquíferos Barreiras e Itapecuru, suas relações com os corpos d’água superficiais e a avaliação de locais com restrições de uso. Busca-se definir estratégias de gestão para preservação e uso sustentável das águas subterrâneas. TED 006/2016 Montante total: R\$ 4.865.748,00 (ANA: R\$ 2.258.893,00 + CPRM: R\$ 2.606.855,00) Processo: 02501.001008/2016 Previsão do encerramento: setembro de 2018. Estudos Hidrogeológicos dos Regiões Urbana e Periurbana de Manaus/AM - Subsídios para o Uso Sustentável dos Recursos Hídricos Os Estudos Hidrogeológicos de Manaus/AM também estão sendo desenvolvidos em parceria com a CPRM. Desde maio deste ano, ANA e CPRM trabalham em busca da ampliação do conhecimento técnico para subsidiar a apresentação de proposta de normas e procedimentos para a gestão das águas subterrâneas. Os estudos visam subsidiar a gestão integrada de recursos hídricos, bem como estabelecer normas, de curto prazo, para exploração sustentável. TED 02/2017 Montante total: R\$ 3.992.067,00 (ANA: R\$ 1.726.735,00 + CPRM: R\$ 2.265.332,00) Processo: 02501.000128/2017 Previsão do encerramento: outubro de 2018. Estudos Hidrogeológicos para a Definição de Estratégias de Gestão das Águas Subterrâneas da Cidade de Belém/PA e Municípios Adjacentes Os Estudos Hidrogeológicos de Belém abrangem uma área de cerca de 2.500 km², nos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará. Esses estudos visam à geração de conhecimento hidrogeológico sobre os sistemas aquíferos da região, a avaliação de locais com restrições de uso. O avanço do conhecimento otimizará a aplicação dos instrumentos de gestão de águas subterrâneas, com vistas a subsidiar a tomada de decisão pelo órgão gestor de recursos hídricos. Além disso, visa à articulação entre a gestão de recursos hídricos e o ordenamento do uso e ocupação da terra pelos municípios. Contrato nº 039/2016 Montante total: R\$ 2.877.022,63 (ANA apenas) Processo: 02501.001278/2015 Previsão do encerramento: julho de 2018.</p>																				

Legenda:

EFLOA

- Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)

EFREP

- Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)

ECREP

- Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)

ECLOA

- Eficácia (Meta Física Realizada /Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.

" * " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

" ** " - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

Programa: 2084 - Recursos Hídricos

Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.					
	Localizador - Data da Apuração	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico		
												EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado		
0003 - Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água - Interáguas - Projeto implantado - 28/12/17		9.286.107	5.218.284	--	2.464.402	979.943	979.943	18,78	2	--	2	532,51	--	100	--	1.190.734	1.811.979	--		
Análise do Plano Orçamentário											Ana Christina Ramos do Patrocínio								28/12/17 11:42	
Assinado o Contrato nº 26/2017/ANA com o Consórcio Engecorps/Typsa com vistas à Conclusão do Plano Nacional de Segurança Hídrica, no valor de R\$ 3.390.000,00. Término previsto novembro de 2018, e assinado o Contrato nº 30/2017 com a KPMG Consultoria Ltda, com vistas ao Desenvolvimento de Metodologia para Estimar o Custeio Administrativo de Entidades Delegatárias de Funções de Agência de Água, no valor de R\$ 398.348,00. Término previsto janeiro de 2018																				
0004 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos - Estudo elaborado - 27/12/17		22.594.880	17.811.617	--	17.559.248	13.944.204	11.864.204	78,29	3	--	3	127,73	--	100	--	1.640.384	1.711.395	--		
Análise do Plano Orçamentário											Ana Christina Ramos do Patrocínio								27/12/17 17:23	
A meta física já tinha sido alcançada quando da informação prestada em junho de 2017. Além daquelas ações, em dezembro de 2017 foi finalizado e lançado o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil - 2017 (Relatório Pleno).																				
0006 - Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos - Pessoa capacitada - 27/12/17		1.996.852	9.160.333	--	8.951.682	267.726	267.726	2,92	1.500	--	16.000	36.496,38	--	1.067	--	2.022.763	5.508.155	--		
Análise do Plano Orçamentário											Ana Christina Ramos do Patrocínio								27/12/17 17:29	
Em 2017, foram capacitadas mais de 16 mil pessoas nos cursos à distância, semi-presenciais e presenciais. O sucesso da parceria com a UNESP na formulação da nova plataforma de cursos a distância permitiu um alcance muito maior de pessoas do que estava inicialmente previsto (meta de 1.500 pessoas). Somente nesse projeto foram capacitadas 15.640 pessoas, em 266 turmas, até o preenchimento desse relatório. Entretanto, ainda existem turmas em andamento, podendo ter alterações nesse número até o final do ano. Nos cursos presenciais e semi-presenciais alcançamos cerca de 500 pessoas. A meta inicial foi significativamente superada. Percebe-se ainda que a demanda por cursos com o tema água é muito grande, foram 85.925 inscritos nos diversos cursos oferecidos em 2017. A diferença entre aprovados e inscritos se deve basicamente pela evasão nos cursos, um desafio a ser enfrentado no ano de 2018 com a retomada das tutorias nos cursos a distância.																				

Legenda:

EFLOA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)

EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)

ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)

ECLOA - Eficácia (Meta Física Realizada /Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.

" * " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

" ** " - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

Programa: 2084 - Recursos Hídricos

Produto (Unidade) Localizador - Data da Apuração Plano Oçamentario	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.		
	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico
											EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado
0007 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água - Projeto apoiado - 28/12/17	5.053.605	25.033.914	--	24.898.804	8.346.514	8.346.514	33,34	2	--	14	2.099,53	--	700	--	2.514.269	7.475.192	--

Análise do Plano Orçamentário

Ana Christina Ramos do Patrocínio

28/12/17 12:01

Após o fechamento do Chamamento Público para o Programa Produtor de Água referente as contratações (projetos apoiados) foram selecionados 40 projetos, muito além das expectativas da Agência Nacional de Águas - ANA, porém somente 13 foram aprovados (restrição orçamentária), os quais foram celebrados os Contratos de Repasse com:

- 1) Prefeitura Municipal de Lajeado/SP, no valor de R\$ 695.2090,85;
- 2) Prefeitura Municipal de Brasil Novo/PA, no valor de R\$ 959.626,80;
- 3) Prefeitura Municipal de Santa Teresa/ES, no valor de R\$ 962.137,00;
- 4) Prefeitura Municipal de Resende/RJ, no valor de R\$ 985.866,85;
- 5) Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP, no valor de R\$ 893.666,00;
- 6) Prefeitura Municipal de Piracaia/SP, no valor de R\$ 842.585,89;
- 7) Prefeitura Municipal de São Joaquim das Bicas/MG, no valor de R\$ 466.300,00;
- 8) Consórcio Guandu-Brejetuba/ES, no valor de R\$ 876.331,70;
- 9) Prefeitura Municipal de Passos/MG, no valor de R\$ 1.000.000,00;
- 10) Prefeitura Municipal de Piumhi/MG, no valor de R\$ 1.000.000,00;
- 11) Prefeitura Municipal de Capitólio/MG, no valor de R\$ 1.000.000,00;
- 12) Prefeitura Municipal de Nova Serrana/MG, no valor de R\$ 984.108,86;
- 13) Prefeitura Municipal de Formiga/MG, no valor de R\$ 542.249,60; e
- 14) Prefeitura Municipal de Frei Gaspar/MG, no valor de R\$ 330.000,00.

Legenda:

EFLOA

- Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)

EFREP

- Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)

ECREP

- Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)

ECLOA

- Eficácia (Meta Física Realizada /Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.

" * " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

" ** " - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

Programa: 2084 - Recursos Hídricos

Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.					
	Localizador - Data da Apuração	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico		
												EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado		
0008 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - Usuário cadastrado - 27/12/17		1.101.537	634.870	--	479.199	192.457	192.457	30,31	5.000	--	12.197	804,70	--	244	--	94.615	94.615	--		
Análise do Plano Orçamentário															Ana Christina Ramos do Patrocínio				27/12/17 17:33	
Meta física ano 2017: 12.197 novos usuários no CNARH. Diretamente no sistema CNARH, foram realizados aproximadamente 2.892 novos usuários estaduais e 465 novos usuários federais. No âmbito do contrato 63/2016/ANA (Processo 02501.000982/2016) Foi realizada dois dias de treinamentos dos técnicos da empresa PROJECTE (Empresa contratada pela ANA para prestação de serviços técnicos de apoio em campo às ações de gestão e regulação de usos de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Piranhas Açú), com o objetivo de prepara-los para realizar a atividade de cadastramento de usuários de recursos hídricos na mencionada bacia hidrográfica. Além disso, foram entregues os seguintes produtos: i) Monitoramento de Vazões e de Nível d'água no rio Piranhas Açú e no Açude Mãe d'água (total de 20 medições), ii) realização de campanhas de cadastro de usuários de recursos hídricos a jusante de Armando Ribeiro Gonçalves (região do Baixo – Açú -TP2) - foram cadastrados 212 usuários, e iii) três campanhas de acompanhamento de manobras de operação (medidas de vazão e do nível d'água) dos açudes Mães D'água e /ou Armando Ribeiro Gonçalves. Sendo empenhado, para 2017, um valor de R\$ 388.905,58 mil reais. Foi empenhado um valor de R\$ 15.000,00 de diárias para colaborador eventual, que será utilizada nas etapas de apoio as atividades de cadastramento em campo Para apoio ao deslocamento das equipes, durante às atividades de campo, foi empenhado um valor de R\$ 45.000,00 referente a locação de veículos. Empenhou, ainda, para apoio as ações de cadastro em campo e viabilização de participação de servidores em reuniões e eventos externos, diárias no valor de R\$ 80.000,00 e Passagens e despesas de locomoção no valor de R\$ 50.000,00. 2º semestre 2017 Durante segundo semestre de 2017, foram inseridos, aproximadamente, 8.280 novos usuários estaduais e 560 novos usuários federais, no sistema CNARH. No âmbito do contrato 63/2016/ANA (Processo 02501.000982/2016) _ PROJECTE (Empresa contratada pela ANA para prestação de serviços técnicos de apoio em campo às ações de gestão e regulação de usos de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Piranhas Açú), foram entregues os seguintes produtos: i) Monitoramento de usos dos usuários ao longo do Rio Piranhas (100 usuários visitados); ii) campanhas de identificação de obstrução nos trechos região Alto Açú _entre o Açude Coremas/PB à Jucurutu/RN e região do Baixo açú; iii) identificação dos usuários e atualização cadastral, especificamente a campanha de cadastro na região Alto Açú _entre o Açude Coremas/PB à Jucurutu/RN - 224 usuários cadastrados, e iv) campanha de acompanhamento de manobras de operação (medidas de vazão e do nível d'água) dos açudes Mães D'água e /ou Armando Ribeiro Gonçalves (total de 80 medições). Sendo empenhado, para 2017, um valor de R\$ 388.905,58 mil reais. Foi empenhado um valor de R\$ 5.000,00 mil reais de diárias para colaborador eventual, para ser utilizadas no apoio as atividades de cadastramento em campo Para o deslocamento das equipes, durante às atividades de campo, foi empenhado um valor de R\$ 65.000,00 mil reais referentes a locação de veículos. Empenhou, ainda, para apoio as ações de cadastro em campo e viabilização de participação de servidores em reuniões e eventos externos, diárias no valor de R\$ 19.969,86 mil reais e Passagens e despesas de locomoção no valor de R\$ 29.928,06 mil reais.																				

Legenda:

EFLOA

- Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)

EFREP

- Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)

ECREP

- Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)

ECLOA

- Eficácia (Meta Física Realizada /Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.

" * " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

" ** " - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.



Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

Programa: 2084 - Recursos Hídricos

Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.					
	Localizador - Data da Apuração	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico		
												EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado		
0009 - Apoio aos Comitês, Agências de Bacia Hidrográfica e Órgãos Gestores Estaduais - Entidade beneficiada - 27/12/17		48.580.154	38.514.615	--	38.186.525	22.297.229	22.297.229	57,89	38	--	38	172,73	--	100	--	4.455.655	5.415.961	--		
Análise do Plano Orçamentário																			Ana Christina Ramos do Patrocínio	27/12/17 17:36
<p>Contempla as seguintes entidades beneficiadas:</p> <p>a)27 estados apoiados por meio do Progestão; estabelecimento de parceria com o Ipea para avaliação do Progestão;</p> <p>b)apoio à elaboração de 1 Plano de Bacia estadual (CBH Paraopeba/MG);</p> <p>c)7 CBHs interestaduais apoiados por meio de Termo de Parceria ou Contrato de Gestão, sendo 2 por meio de termo de parceria (CBH Grande/ABHA e CBH Piancó-Piranhas-Açu/ADESE), 5 por meio de contratos de gestão celebrados com as respectivas Entidades Delegatárias de funções de agência de água (Bacias PCJ/Agência PCJ; Paranaíba/ABHA; Doce/IBIO; Paraíba do Sul/AGEVAP; São Francisco/AGB Peixe Vivo);</p> <p>d)apoios à mobilização para a elaboração de 2 Planos de Bacia de rios de domínio da União (Bacia Hidrográfica do Paraguai e do Grande);</p> <p>e)1 estudo sobre Cobrança junto à OCDE. Em relação ao Progestão, todos os estados receberam em 2017 a parcela referente à certificação de 2016, com exceção do Rio de Janeiro, que se encontra com irregularidade fiscal.</p> <p>O Termo de Execução Descentralizada com o IPEA para avaliação do Progestão foi concluído em 31/05/2017 com a publicação de 9 relatórios de avaliação do programa para os estados do PI, RO, MT, AL, SE, PB, PR, GO e RJ, bem como do relatório do referencial básico de avaliação, além do relatório final da avaliação. Encontra-se em processo de assinatura outro TED com o IPEA com o objetivo de aprimorar ferramentas de gestão de recursos hídricos no âmbito do Progestão, com previsão de assinatura em dezembro/2017. Para o Plano do Paraopeba, a previsão de empenho e repasse é para o primeiro semestre/2018, estando o convênio em processo de aditamento de prazo. Em relação aos CBHs, já foram empenhados e repassados recursos para: Piancó-Piranhas-Açu/ADESE, Paranaíba/ABHA, Doce/IBIO e Grande/ABHA. Já foram empenhados recursos para o Parapanema (em fase de assinatura no SICONV), Verde Grande/AGB Peixe Vivo, Paraíba do Sul/AGEVAP, São Francisco/AGB Peixe Vivo e Bacias PCJ/Agência PCJ, com previsão de repasse em 2017 ou inscrição em restos pagar. Em relação ao apoio para os processos de mobilização para a elaboração de 2 planos de bacia, já foram empenhados recursos para contratação da mobilização para o Plano do Paraguai e do Grande, com previsão de pagamento para o segundo semestre. Com relação ao estudo sobre Cobrança, este foi</p>																				
000B - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos - Boletim emitido - 27/12/17		3.246.345	1.120.000	--	1.035.465	433.709	433.709	38,72	120	--	115	247,48	--	96	--	0	7.710	--		
Análise do Plano Orçamentário																			Ana Christina Ramos do Patrocínio	27/12/17 17:40
Foram emitidos 112 boletins de periodicidade mensal e quinzenal. Outros 3 boletins com a mesma periodicidade serão emitidos até o final do ano, alcançando valores muito próximos à meta física anual. Foram emitidos também cerca de 960 boletins diários																				
000D - Gestão da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais - PNQA - Meta concluída - 27/12/17		15.015.106	14.446.058	--	14.136.077	3.566.114	3.554.680	24,69	14	--	22	636,57	--	157	--	6.797.418	6.797.418	--		
Análise do Plano Orçamentário																			Ana Christina Ramos do Patrocínio	27/12/17 17:44
Além das 9 metas já concluídas de celebração de contrato com os seguintes Estados: Minas Gerais, Ceará (2 Metas), Rondônia, Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Pará e Tocantins, foram celebrados em 2017 contratos com os Estados de Roraima, Sergipe, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo, Alagoas, Paraná, Rondônia, Maranhão, Pernambuco, Paraíba. Ao total em 2017 foram celebrados 21 contratos no âmbito do Qualiágua.																				

- Legenda:
- EFLOA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
 - EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
 - ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)
 - ECLOA - Eficácia (Meta Física Realizada /Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.

" * " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

" ** " - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.



Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

Programa: 2084 - Recursos Hídricos

Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.				
	Localizador - Data da Apuração	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico	
												EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado	
000E - Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos - Cooperação realizada - 27/12/17		4.693.996	6.649.755	--	6.502.248	6.054.208	6.054.208	91,04	8	--	17	233,40	--	212	--	0	0	--	
Análise do Plano Orçamentário															Ana Christina Ramos do Patrocínio			27/12/17 17:56	
Além dos 5 contratos assinados no 1º semestre de 2017, foram assinados e dos seguintes contratos patrocínios: a) ASSOCIACAO BRASILEIRA DE AGENCIAS DE REGULACAO – ABAR; b) ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS; c) ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENG SANITARIA E AMBIENTAL ABES; d) ASSOCIACAO RASILEIRA DE LIMNOLOGIA; e) ASSOCIACAO BRASILEIRA DE RECURSOS HIDRICOS, para a realização do XXII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos; f) ASSOCIACAO DE PROTECAO AO MEIO AMBIENTE - APEMA; g) INSTITUTO DE PESQUISA E INOVACAO NA AGRICULTURA IRRIGADA; h) INSTITUTO TARA DHATU SUL AMERICA; i) INSTITUTO ULTIMOS REFUGIOS; j) REDE BRASIL DE ORGANISMOS DE BACIAS HIDROGRAFICAS;																			
ECOM - Emenda de Comissão	0	3.600.633	--	0	0	0	0,00	0	--	0	--	--	--	--	--	0	0	--	
EREL - Emenda de Relator	0	7.083.426	--	0	0	0	0,00	0	--	0	--	--	--	--	--	6.069.140	6.069.140	--	

Legenda:

- EFLOA** - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
- EFREP** - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
- ECREP** - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)
- ECLOA** - Eficácia (Meta Física Realizada /Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.

" * " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

" ** " - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.



Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

Programa: 2084 - Recursos Hídricos

Produto (Unidade)		Financeiro (R\$ 1,00)						Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.			
		Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico
												EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado
Localizador - Data da Apuração																		
Plano Oçamentario																		
Ação: 2378 - Operação da Rede Hidrometeorológica																		
Possui alertas; Não possui pendências;																		
Estação implantada - unidade		79.243.037	68.783.757	0	66.479.361	40.542.929	40.245.128	58,94	4.500	4.500	4.655	175,50	0,00	103,44	103,44	6.752.894	6.771.813	87
0001 - Nacional - 28/12/17		79.243.037	68.783.757	0	66.479.361	40.542.929	40.245.128	58,94	4.500	4.500	4.655	175,50	0,00	103,44	103,44	6.752.894	6.771.813	87
Análise do Localizador																		
Ana Christina Ramos do Patrocínio 31/01/18 14:16																		
Restos a Pagar - A Meta 2017 foi influenciada pelos Restos a Pagar 2016 em virtude das aquisições de equipamentos para a Rede Hidrometeorologica terem sido realizadas no exercício 2016, mas os equipamentos foram entregues à ANA ao longo de 2017 para implantação de equipamentos novos de monitoramento hidrológico em campo.																		
Análise do Localizador																		
Ana Christina Ramos do Patrocínio 28/12/17 15:16																		
Ao longo de 2017, a ANA reavaliou 54 estações implantadas e que foram constatadas duplicidades de monitoramento com outras Instituições e manteve a operação de 4.655 estações que realizam os levantamentos hidrológicos de chuva, nível, vazão, sedimento, qualidade da água, ampliando assim a meta inicialmente estabelecida. Dessas 4.655 estações, 1.888 monitoram os rios brasileiros, com levantamento de nível, vazão, sedimento e qualidade da agua e 2.767 a chuva distribuida no território nacional.																		
0000 - Operação da Rede Hidrometeorológica		79.243.037	68.783.757	--	66.479.361	40.542.929	40.245.128	58,94	0	--	--	--	--	--	--	6.752.894	6.771.813	--

Legenda:

- EFLOA** - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
- EFREP** - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
- ECREP** - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)
- ECLOA** - Eficácia (Meta Física Realizada /Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.

" * " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

" ** " - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

Programa: 2084 - Recursos Hídricos

Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.									
	Localizador - Data da Apuração	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico						
												EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado						
Ação: 4926 - Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens																			Não possui alertas; Não possui pendências;					
Usuário regularizado - unidade		8.528.053	12.933.561	0	10.202.417	2.484.108	2.405.008	19,21	3.000	3.000	2.547	442,03	0,00	84,90	84,90	2.033.198	3.478.981	0						
0001 - Nacional - 28/12/17		8.528.053	12.933.561	0	10.202.417	2.484.108	2.405.008	19,21	3.000	3.000	2.547	442,03	0,00	84,90	84,90	2.033.198	3.478.981	0						
Análise do Localizador																			Ana Christina Ramos do Patrocínio			31/01/18 11:41		
<p>No ano de 2017, foram regularizados 2.547 usuários de recursos hídricos em corpos hídricos no domínio da União, sendo: 2.142 usuários outorgados diretamente pela ANA; 379 usos ou interferências que independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, incluindo usos insignificantes, assim manifestadas pela ANA nos termos da Resolução ANA nº 1.175/2013, alterada pela Resolução ANA nº 1.403/2013 e, a partir de 30 de outubro de 2017, nos termos da Resolução ANA nº 1.940/2017; 26 usuários outorgados por órgãos delegatários, ressaltando-se que, em 2017, apenas o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo - DAEE/SP encaminhou relatório de outorgas emitidas para a ANA.</p> <p>Em 2017, foram emitidas 20 DRDH pela ANA, sendo 18 declarações de reserva para Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH e 2 para Usinas Hidrelétricas - UHE. A Tabela 3, a seguir, lista os aproveitamentos hidrelétricos com DRDH deferidas em 2017, com indicação das resoluções emitidas, os cursos d'água de localização dos empreendimentos, mostrados no mapa da Figura 8, e a potência instalada dos aproveitamentos, que somam um total de aproximadamente 262 MW disponíveis à ANEEL para licitar a concessão ou autorizar o uso de potencial de energia hidráulica.</p> <p>Em relação às outorgas de direito de uso de recursos hídricos para o setor elétrico, em 2017 foram emitidos 7 desses atos para aproveitamentos hidrelétricos, sendo 1 conversão de DRDH em outorga, referente à PCH Tamboril; 1 renovação de outorga, da PCH Pery; e, 5 outorgas de direito para Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGH.</p>																								
0000 - Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens - Despesas Diversas		170.919	170.919	--	0	0	0	0,00	0	--	--	--	--	--	--	0	0	--						
0001 - Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens - Usuário regularizado - 31/01/18		1.828.570	2.993.750	--	2.831.482	698.824	698.824	23,34	1.500	--	2.547	727,42	--	170	--	55.878	55.878	--						
Análise do Plano Orçamentário																			Ana Christina Ramos do Patrocínio			31/01/18 11:40		
<p>No ano de 2017, foram regularizados 2.547 usuários de recursos hídricos em corpos hídricos no domínio da União, sendo: 2.142 usuários outorgados diretamente pela ANA; 379 usos ou interferências que independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, incluindo usos insignificantes, assim manifestadas pela ANA nos termos da Resolução ANA nº 1.175/2013, alterada pela Resolução ANA nº 1.403/2013 e, a partir de 30 de outubro de 2017, nos termos da Resolução ANA nº 1.940/2017; 26 usuários outorgados por órgãos delegatários, ressaltando-se que, em 2017, apenas o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo - DAEE/SP encaminhou relatório de outorgas emitidas para a ANA.</p> <p>Em 2017, foram emitidas 20 DRDH pela ANA, sendo 18 declarações de reserva para Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH e 2 para Usinas Hidrelétricas - UHE. A Tabela 3, a seguir, lista os aproveitamentos hidrelétricos com DRDH deferidas em 2017, com indicação das resoluções emitidas, os cursos d'água de localização dos empreendimentos, mostrados no mapa da Figura 8, e a potência instalada dos aproveitamentos, que somam um total de aproximadamente 262 MW disponíveis à ANEEL para licitar a concessão ou autorizar o uso de potencial de energia hidráulica.</p> <p>Em relação às outorgas de direito de uso de recursos hídricos para o setor elétrico, em 2017 foram emitidos 7 desses atos para aproveitamentos hidrelétricos, sendo 1 conversão de DRDH em outorga, referente à PCH Tamboril; 1 renovação de outorga, da PCH Pery; e, 5 outorgas de direito para Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGH.</p>																								

Legenda:

EFLOA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)

EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)

ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)

ECLOA - Eficácia (Meta Física Realizada /Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.

" * " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

" ** " - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

Programa: 2084 - Recursos Hídricos

Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.			
	Localizador - Data da Apuração	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico
												EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado
0002 - Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens - Campanha realizada - 28/12/17		6.528.564	6.142.643	--	4.994.958	1.443.894	1.443.894	23,51	46	--	41	379,18	--	89	--	403.849	1.263.849	--

Análise do Plano Orçamentário

Ana Christina Ramos do Patrocínio28/12/17 10:25

Durante o segundo semestre de 2017, foram realizadas 19 campanhas de fiscalização de uso de recursos hídricos, nas Bacias hidrográficas dos Rios: Javaés, Pardo, entorno do DF, Piranhas-Açu (Alto e Baixo aquí), Verde Grande, São Francisco e Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão). Quanto a fiscalização de segurança de barragens, foram realizadas 02 campanhas de fiscalização nos estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia.

A COFIS realizou, também, 01 visita técnica às obras do eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF, em conjunto com a equipe da USGS/USBR, com o objetivo de conhecer o sistema de bombeamento, reservatórios canais e demais infraestrutura do PISF.

Com relação ao contrato nº005/2016/ANA (Processo 02501.00012/2016), este ano foi dado prosseguimento à aquisição de imagens de satélite para subsidiar as atividades de fiscalização. Para tanto, foi realizado o 1º termo aditivo ao contrato nº005/2016/ANA. No âmbito deste contrato em 2017 foi demanda a aquisição de imagens programada de uma área de 21.930,43 km², até o momento foi entregue 557,77 km² de imagens ópticas orbitais programada da região do Rio Paraíba (entre o município de Monteiro (PB) até o açude Epitácio Pessoa (Boqueirão), o restante das imagens está em processamento com previsão de entrega para janeiro de 2018. Para esta atividade foi empenhado o valor de R\$ 296.949,95 mil reais.

No âmbito do contrato com a empresa Engecorps Engenharia S.A. (Contrato nº 011/2017/ANA - processo 2501.001126/2016) para consultoria técnica em segurança de barragens. O Contrato tem vigência de 21 meses. Neste semestre foram entregues os seguintes produtos: i) Relatório de Avaliação de Segurança de Barragens do Grupo 01; e ii) Avaliação da Segurança e Termo de referência para implementação de ações de melhoria da segurança da barragem Jaburu I/CE. O valor empenhado para a realização deste serviço, em 2017, é de R\$ 528.629,47 mil reais.

Em dezembro foi firmada parceria com o IPT para prestação de serviços tecnológicos especializados em metrologia, avaliação de segurança de barragens e assuntos correlatos, visando auxiliar a ANA nas ações de fiscalização da prestação de serviços de adução de água bruta e de segurança de barragens (Contrato nº 073/2017/ANA _ processo 02501.002867/2017), sendo empenhado um valor de R\$ 166.593,67 mil reais.

Em setembro, a ANA aderiu a ATA de Registro de Preço nº 1.2/2017, Pregão Eletrônico nº SRP 2/2017, celebrada entre o Comando do 1º Grupamento de Engenharia/Exército Brasileiro/Ministério da Defesa e a empresa Two Táxi Aéreo. Assim, após autorização do Comando do 1º Grupamento do Exército, foi celebrado contrato de prestação de serviços entre a ANA e a empresa Two Táxi Aéreo (contrato nº 053/2017/ANA _ Processo nº 02501.002256/2017) para locação de aeronave para transporte aéreo com pernoite de aeronave para apoio as ações desenvolvidas pela ANA, sendo empenhado o valor de R\$ 61.500,00 mil reais.

Em dezembro, foi firmado parceria entre a ANA e Comando da Aeronáutica (COMAER), por meio de celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED 12/2017/ANA_Processo 02501.001392/2017) para realização de sobrevoos em apoio às atribuições de Fiscalização em campo e outras ações de interesse da ANA. Sendo descentralizado para a Aeronáutica um valor de R\$ 800.000,00 mil reais, referente ao exercício de 2017.

No âmbito do Memorando de Entendimento BR-20.000 celebrado entre a ANA, a CPRM e o USGS, foi celebrado contrato para capacitação técnica de profissionais envolvidos no planejamento e na operação da Rede Hidrometeorológica Nacional, No Planejamento de recursos hídricos, em Fiscalização, em Regulação e em Tecnologia da Informação da ANA, conforme processo 02501.003322/2017. Nas atividades afetas a área de Fiscalização estão previstos a realização de atividades relacionadas: a operação e fiscalização de sistemas de transposição de água com a realização de webinars, visita técnica ao Projeto do Vale Central (Central Valley Project), e Workshop; e atividades relacionadas a situação de emergência em segurança de barragens com realização de webinars, treinamento e Workshop. Estas atividades contarão com a colaboração de USGS, USBR, USACE e FEMA/EUA. Para tanto, foi empenhado um valor de R\$ 2.262.506,00 milhões de reais.

A SFI empenhou o valor de R\$ 220.000,00 mil reais, referente a diárias e o valor de R\$ 260.000,00 mil reais referentes a passagens e despesas de locomoção, para apoio as ações de fiscalização em campo e viabilização de participação de servidores em reuniões e eventos externos. Ainda em apoio a realização das campanhas em campo foi necessário a locação de veículos nas diversas regiões, sendo empenhado um valor R\$ 500.000,00 mil reais.

Foi empenhado um valor de R\$ 64.000,00 mil reais de diárias para militar, para serem utilizadas para apoio às campanhas de fiscalização em campo, bem como, empenhado um valor de R\$ 35.000,00 mil reais de diárias para Colaborador eventual, para o apoio de parceiros de órgãos gestor

Legenda:	EFLOA	- Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
	EFREP	- Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)
	ECREP	- Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)
	ECLOA	- Eficácia (Meta Física Realizada /Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.

" * " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

" ** " - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

Programa: 2084 - Recursos Hídricos

Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.			
	Localizador - Data da Apuração	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico
												EFLOA (b/g)/(e/i)*	EFREP (c/h)/(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado
0003 - Intervenções emergenciais para efetivação dos processos de alocação de água - Sistema atendido - 27/12/17		0	3.626.249	--	2.375.977	341.390	262.290	9,41	0	--	0	--	--	--	--	1.573.471	2.159.253	--

Análise do Plano Orçamentário

Ana Christina Ramos do Patrocínio

30/01/18 14:45

I)TED 14/2016/ANA - DNOCS: vigência encerrada. Prestação de contas deverá ser apresentada pelo DNOCS até o dia 09/01/2017. oAçude Itans (Caicó-RN): serviço concluído. oAçude Cruzeta (Cruzeta-RN): serviço concluído. oAçude Sabugi: previsão de conclusão dos serviços em janeiro de 2017. oAçude Truvisco (Bahia): recursos não empenhados e restituídos à ANA. II)Termo de Execução Descentralizada – TED nº 10/2017/ANA - DNOCS para recuperação emergencial de estruturas hidromecânicas e execução de serviços e obras civis essenciais à gestão dos reservatórios Cocorobó (Canudos-BA), Sabugi ou Santo Antônio (São João do Sabugi - RN) e Mendubim (Assu-RN). Recursos descentralizados: R\$ 2.005.095,42 (dois milhões, cinco mil, noventa e cinco reais e quarenta e dois centavos). oReservatório Cocorobó (Canudos): licitação em andamento. oReservatório Sabugi ou Santo Antônio (São João do Sabugi-RN): aditivo ao contrato em andamento (recursos empenhados) oReservatório Mendubim (Assu-RN): licitação em andamento. III)Termo de Execução Descentralizada - TED ANA - DNOCS para recuperação emergencial do Açude Truvisco (Caculé-BA) - aprovado na DIREC de 18/12/2017. Justificativa: recursos não utilizados no âmbito do TED 14/2016/ANA (vigência expirou antes da licitação dos serviços relativos ao Açude Truvisco). Recursos a serem descentralizados: R\$ 1.199.616,64 (um milhão, cento e noventa e nove mil, seiscentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos) IV)Segundo Termo Aditivo ao Termo de Execução Descentralizada - TED n.º 16/2016/ANA - CODEVASF - Aditivo de prazo (31/12/2018) e descentralização de R\$ 73.799,36. OsReservatórios Estreito e Cova da Mandioca: serviços concluídos. O Reservatório Bico da Pedra: licitado. Recursos a serem empenhados. oReservatório Mirorós: licitado. Recursos empenhados. Serviços em andamento. oReservatório Ceraíma: serviços já executados (84,1%), porém a empresa contratada desistiu em decorrência de fato superveniente. A contratação da empresa responsável pela conclusão dos serviços encontra-se em andamento.

Legenda:

EFLOA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)

EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)

ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)

ECLOA - Eficácia (Meta Física Realizada /Meta Física na LOA)

" - " - Indicador não calculável.

" * " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

" ** " - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.



Filtro selecionado

Período: Monitoramento PPA 2017

Listagem por: Programa

Programa: 2084 - Recursos Hídricos

Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Elementos a serem exibidos: Indicadores; Objetivos; Metas; Regionalização das Metas; Iniciativas;

PROGRAMA: 2084 - Recursos Hídricos

Informações Básicas

Tipo de programa: Temático

Informações do Monitoramento

Relatório de Avaliação do Programa: Programa_2084_Recursos_Hidricos_Relatorio_Avaliacao_2017_consolidado.docx

INDICADORES

Indicador: Capacidade de reservação de água per capita

Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2013 Unidade de medida: m3/hab

Índice: 3.607

Fonte: Bases de massas d'água/ reservatórios da ANA e IBGE

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo: F O N T E S : B a s e s d e m a s s a s d ' á g u a / r e s e r v a t ó r i o s d a A N A - d i s p o n í v e l e m <<http://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/main.home?uuid=7d054e5a-8cc9-403c-9f1a-085fd933610c>> - e dados oficiais de população do IBGE (Censos, Projeções do Censo, Levantamentos anuais etc).

FÓRMULA: Somatório da capacidade (volume máximo) dos reservatórios / Estimativa da população brasileira. Os reservatórios considerados para o cálculo abrangeram as seguintes bases de dados: (1) Reservatórios dos aproveitamentos do setor elétrico; (2) Açudes na região Nordeste com capacidade superior a 10 hm3 monitorados pela Sala de Situação da ANA; (3) Principais reservatórios que são utilizados como manancial para o abastecimento de regiões metropolitanas (RMs). A população é a mais recente informada pelo IBGE com base no Censo Demográfico 2010.

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 2.919,66

Data do índice: 31/12/2017

Observação: O Sistema de Acompanhamento de Reservatórios da ANA pode sofrer alterações na sua base de dados. Além disso, após extração dos dados do sistema, é feito processo de consolidação interna da equipe técnica da agência.

Sobre a data, o sistema apresenta a informação mais próxima disponível a partir da escolhida pelo usuário.

Indicador: Capacidade do reservatório equivalente - Brasil (inclui reservatórios do setor elétrico)

Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2014 Unidade de medida: milhão de m³

Índice: 567.445

Fonte: Bases de massas d'água/ reservatórios da ANA

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo: Somatório da capacidade (volume máximo) dos reservatórios de aproveitamento do setor elétrico, dos açudes na região Nordeste com capacidade superior a 10 hm3 monitorados pela Agência Nacional de Águas (ANA) e dos principais reservatórios utilizados como manancial para o abastecimento de regiões metropolitanas (RMs).

F o n t e : B a s e s d e m a s s a s d ' á g u a / r e s e r v a t ó r i o s d a A N A - d i s p o n í v e l e m <http://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/main.home?uuid=7d054e5a-8cc9-403c-9f1a-085fd933610c>.

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 520.720,65

Data do índice: 31/12/2017

Observação: O Sistema de Acompanhamento de Reservatórios da ANA pode sofrer alterações na sua base de dados. Além disso, após extração dos dados do sistema, é feito processo de consolidação interna da equipe técnica da agência.

Sobre a data, o sistema apresenta a informação mais próxima disponível a partir da escolhida pelo usuário.

Indicador: Capacidade do reservatório equivalente - Nordeste

Informações Básicas

Data de referência: 15/06/2015 Unidade de medida: milhão de m³

Índice: 38.010,08

Fonte: Bases de massas d'água/ reservatórios da ANA

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo: Somatório da capacidade (volume máximo) dos reservatórios do NE do Brasil com capacidade superior a 10 hm³ acompanhados pela Agência Nacional de Águas (ANA), excluindo os reservatórios do setor elétrico integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN).

F o n t e : B a s e s d e m a s s a s d ' á g u a / r e s e r v a t ó r i o s d a A N A - d i s p o n í v e l e m <http://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/main.home?uuid=7d054e5a-8cc9-403c-9f1a-085fd933610c>.

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 35.111,5

Data do índice: 31/12/2017



Observação: Os dados utilizados de reservatórios foram obtidos internamente na Agência, pois o portal SNIRH é atualizado periodicamente e seria mais interessante utilizar os dados mais atuais possíveis. Além disso, podem ocorrer correções de dados de capacidade de reservatórios já informados no portal. Por último, a metodologia apontada no indicador calculado mais recentemente não exclui os reservatórios cujas informações de volume não foram atualizadas nos três meses anteriores ao da apuração.

Indicador: Percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica

Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2011 Unidade de medida: percentual Índice: 24
Fonte: Relatório de Conjuntura / Agência Nacional de Águas
Periodicidade: Quadrienal Base geográfica: Nacional
Fórmula de cálculo: As faixas de classificação adotadas para este índice foram as mesmas utilizadas pela European Environment Agency e Nações Unidas, que utilizam o índice de retirada de água ou water exploitation index, que é igual ao quociente entre a retirada total anual e a vazão média de longo período. As classificações adotadas são as seguintes, consideradas adequadas para o caso brasileiro: < 5% - Excelente. Pouca ou nenhuma atividade de gerenciamento é necessária. A água é considerada um bem livre; 5 a 10% - A situação é confortável, podendo ocorrer necessidade de gerenciamento para solução de problemas locais de abastecimento; 10 a 20% - Preocupante. A atividade de gerenciamento é indispensável, exigindo a realização de investimentos médios; 20% a 40% - A situação é crítica, exigindo intensa atividade de gerenciamento e grandes investimentos; 40% - A situação é muito crítica.

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 10,76
Data do índice: 31/12/2016

Indicador: Percentual do território com comitês de bacias hidrográficas interestaduais instalados

Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2014 Unidade de medida: percentual Índice: 15,74
Fonte: Relatório de Conjuntura / Agência Nacional de Águas
Periodicidade: Anual Base geográfica: Nacional
Fórmula de cálculo: Área total das bacias interestaduais da Região Hidrográfica com comitê instalado / Área total da Região Hidrográfica x 100

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 15,74
Data do índice: 31/12/2017

Indicador: Percentual do território com planos de bacias hidrográficas interestaduais elaborados

Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2014 Unidade de medida: percentual Índice: 55
Fonte: Relatório de Conjuntura / Agência Nacional de Águas
Periodicidade: Anual Base geográfica: Nacional
Fórmula de cálculo: Área total das bacias interestaduais da Região Hidrográfica com plano elaborado / Área total da Região Hidrográfica x 100

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 62
Data do índice: 31/12/2017
Observação: Elaborados em 2017 os planos do Grande e da RH Paraguai.

Indicador: Proporção entre o volume armazenado no reservatório equivalente e sua capacidade - Brasil

Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2014 Unidade de medida: % Índice: 53,42
Fonte: Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR).
Periodicidade: Anual Base geográfica: Nacional
Fórmula de cálculo: Quociente do somatório dos volumes estimados dos reservatórios pelo somatório das capacidades (volumes máximos) desses reservatórios. Os reservatórios considerados no cálculo do indicador são os seguintes: (1) os reservatórios de aproveitamento do setor elétrico; (2) os açudes na região Nordeste com capacidade superior a 10 hm3 monitorados pela Agência Nacional de Águas (ANA); (3) os principais reservatórios utilizados como manancial para o abastecimento de regiões metropolitanas (RMs).

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 54,12
Data do índice: 31/12/2017
Observação: O Sistema de Acompanhamento de Reservatórios da ANA pode sofrer alterações na sua base de dados. Além disso, após extração dos dados do sistema, é feito processo de consolidação interna da equipe técnica da agência.
Sobre a data, o sistema apresenta a informação mais próxima disponível a partir da escolhida pelo usuário.

Indicador: Proporção entre o volume armazenado no reservatório equivalente e sua capacidade - Nordeste (incluindo reservatórios de qualquer capacidade)

Informações Básicas

Data de referência: 15/06/2015 Unidade de medida: % Índice: 24,9
Fonte: ANA



Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo: FONTE:

Bases de massas d'água / reservatórios da ANA - disponível em <http://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/main.home?uuid=7d054e5a-8cc9-403c-9f1a-085fd933610c> e Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR).

FÓRMULA DE CÁLCULO:

Quociente do somatório do volume estimado dos reservatórios da região Nordeste acompanhados pela Agência Nacional de Águas (ANA) pelo somatório das capacidades (volumes máximos) desses reservatórios. O cálculo desse indicador não considera os reservatórios do

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 13,89

Data do índice: 31/12/2017

Observação: O Sistema de Acompanhamento de Reservatórios da ANA pode sofrer alterações na sua base de dados. Além disso, após extração dos dados do sistema, é feito processo de consolidação interna da equipe técnica da agência. Considerar com capacidade superior a 10hm3.

Indicador: Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável

Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2012

Unidade de medida: percentual

Índice: 8

Fonte: Relatório de Conjuntura / Agência Nacional de Águas

Periodicidade: Quadrienal

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo: Para o cálculo desse indicador, leva-se em conta a carga de esgoto doméstico gerada (toneladas de DBO5,20/dia), considerando a população urbana de cada município, e desse valor são subtraídos os volumes tratados de esgoto doméstico, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, complementados com informações da PNSB (IBGE, 2008). Para esta edição do Relatório de Conjuntura, a carga de esgoto doméstico lançada nos corpos hídricos foi atualizada com base nos novos dados de população urbana do Censo Demográfico 2010, do IBGE. Quanto à carga orgânica assimilável pelos corpos d'água, a estimativa foi feita considerando-se que todos os rios estivessem enquadrados na classe 2, segundo a Resolução Conama nº 357/2005, que determina como limite máximo de DBO5,20 o valor de 5 mg/L. Para esse cálculo, multiplica-se a vazão disponível pelo valor de 5 mg/L e transformam-se os dados para toneladas de DBO5,20/dia. O decaimento da carga orgânica no trecho a jusante do lançamento foi estimado como exponencial. Valores superiores a um indicam que a carga orgânica lançada é superior à carga assimilável. Valores inferiores a um indicam que a carga orgânica lançada é inferior à carga assimilável. A escala de valores utilizada nos mapas é apresentada a seguir: Classes Condição 0 - 0,5 Ótima 0,5 - 1,0 Boa 1,0 - 5,0 Razoável 5,0 - 20,0 Ruim > 20 Péssima

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 7,6

Data do índice: 31/12/2016

Indicador: Relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total retirada para atendimento aos usos consuntivos em rios federais (demanda existente estimada)

Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2011

Unidade de medida: percentual

Índice: 64

Fonte: Relatório de Conjuntura / Agência Nacional de Águas

Periodicidade: Quadrienal

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo: Vazão total outorgada na região hidrográfica / Demanda total na região hidrográfica x 100

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 90

Data do índice: 31/07/2016

Observação: 31/07/2016 para outorgas e 31/12/2016 para retiradas estimadas (máxima mensal).

Indicador: Vazão outorgada acumulada em rios de domínio da União e dos Estados

Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2014

Unidade de medida: m³/s

Índice: 4.235,96

Fonte: Agência Nacional de Águas

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo: Este valor corresponde à vazão total outorgada em todos os rios do país segundo dados da ANA e dos órgãos gestores.

Fórmula de cálculo:

(vazão outorgada em rios de domínio da União) + (vazão outorgada em rios de domínio dos Estados)

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 5.239,75

Data do índice: 31/07/2016

Observação: Outorgas vigentes em julho de 2016.



Objetivo: 0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção

Informações Básicas

Órgão: Ministério da Integração Nacional

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: As atividades de recuperação e manutenção das infraestruturas hídricas existentes, sobretudo as barragens de domínio da União, são essenciais para garantir a funcionalidade, cumprindo sua importância em nível regional na manutenção da oferta de água à população.

As ações de recuperação propostas por este objetivo contemplam a reabilitação de estruturas danificadas, a conservação de suas capacidades funcionais, sua modernização e/ou ampliação, objetivando a segurança de seus usuários, bem como a segurança hídrica. Além disso, as barragens antigas necessitam de ações de regularização jurídica e administrativa, que se traduzem em adequação fundiária, obtenção de licenças ambientais e de outorga. A liberação de recursos orçamentários para cobrir essas ações foi insuficiente, o que impediu a contratação de estudos para a regularização legal, principalmente na área ambiental e fundiária que é recorrentemente exigida por órgãos ambientais e Ministério Público. Devido à falta de recursos, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) trabalha na execução própria de alguns estudos e atividades, como na digitalização de projetos existentes e na elaboração do 1º Volume do Plano de Segurança e do Plano de Contingência Simplificado para 12 barragens. No total, serão elaborados seis volumes que englobarão 35 barragens.

As ações de operação compreendem atividades contínuas para funcionalidade da barragem, como custeio administrativo e operacional, pagamento de taxas e impostos, serviços de vigilância e realização de monitoramento periódico. Já nas atividades de manutenção propostas, que visam reduzir as perdas e prolongar a vida útil das estruturas, estão contemplados serviços periódicos de inspeção, manutenção preventiva e corretiva de problemas capazes de gerar riscos para a população ao longo do tempo.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) possui sob sua responsabilidade mais de 320 barragens, sendo que 65% delas enquadram-se como barragens de média e grande capacidade, todas localizadas na Região Nordeste e no Norte de Minas Gerais. Existem ainda cerca de 95 barragens construídas pela Codevasf. Considerando-se o elevado potencial de acumulação apenas nesses reservatórios, em torno de 17 bilhões de metros cúbicos, percebe-se uma necessidade premente de manter constantes serviços de operação e manutenção. Atualmente, há projetos prontos para recuperação e manutenção de barragens, contudo, devido à indisponibilidade orçamentária, não houve execução física em 2017 para as barragens que constam na meta do PPA.

Desse modo, considerando as infraestruturas hídricas existentes, prevê-se neste Objetivo a realização de atividades de operação e manutenção contínua de estruturas e equipamentos hidráulicos, monitoramento da operação e da segurança dessas estruturas, reabilitação e otimização da infraestrutura e regularização jurídica e administrativa.

A Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010) explicitou aos proprietários das estruturas suas responsabilidades na garantia da segurança dos reservatórios, devendo manter informações e planos de segurança e contingências.

Nesse contexto, foi contemplado neste Objetivo o desenvolvimento e a implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB). Além das barragens e seus sistemas auxiliares existentes sob domínio da União, dentre as iniciativas está contemplada a operação e a manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco, realizada pela Codevasf, definida como operadora Nacional por meio do Decreto nº 8.207, de 17 de março de 2014. A construção do Modelo de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) está prevista para ser concluída no início de 2018, com vistas a atender aos requisitos previstos para o projeto.

METAS

Meta: 04FN - Desenvolver e implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB

Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas - ANA/MMA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O ano de 2017 foi marcado pela entrada em operação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB). Trata-se de um instrumento da Política Nacional de Segurança de Barragens - estabelecida pela Lei nº 12.334/2010.

O SNISB foi lançado em cerimônia no Congresso Nacional no Dia Mundial da Água - 22 de março de 2017, tendo sido apresentado a um grupo de cerca de 300 pessoas entre deputados, senadores, gestores de recursos hídricos de diversos órgãos além de servidores da ANA. Tratou-se do seu primeiro módulo - cadastro.

A partir daí o sistema passou a ser utilizado por um número crescente de entidades fiscalizadoras, que estão gradualmente inserindo os dados das barragens sob sua responsabilidade no SNISB. O sistema fechou o ano de 2017 com 1730 barragens cadastradas.

Paralelamente foi iniciado o desenvolvimento de outro módulo para o cadastramento das informações relativas aos Planos de Segurança de Barragens cujo término está previsto para maio de 2018. Este módulo permitirá o cadastramento dos documentos obrigatórios relativos à segurança barragens, tais como Relatórios de Inspeção, Plano de Ação de Emergência, dentre outros. Foi também iniciado o desenvolvimento de processos de importação de dados oriundos de outras entidades, as quais possuem grandes volumes de dados em seus cadastros, a exemplo da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema) do Estado do Rio Grande do Sul.

Iniciativa: 07EV - Apoio e parcerias para as atividades de fiscalização de Segurança de Barragens

Para apoio nas ações de fiscalização em segurança de barragens a ANA contratou empresa especializada para desenvolver os seguintes serviços: Levantamento e avaliação de informações técnicas das barragens; Inspeção Técnica de campo; Investigações Complementares; Análise da Estabilidade da Barragem; e Elaboração ou Análise de propostas de intervenção física para correção de anomalias e recuperação das barragens. Esta contratação permitirá que a totalidade de barragens fiscalizadas pela ANA seja vistoriada, em praticamente dois anos.

Ainda, em 2017 com o objetivo de subsidiar à área de fiscalização da ANA no cumprimento de suas atribuições referente à fiscalização da prestação de serviços de adução de água bruta e à fiscalização da segurança de barragens. Contratou o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT.

Por meio da parceria com o USGS e Bureau Reclamation, a ANA implementou em 2017, atividades referentes à segurança de barragens e operação de grandes sistemas hídricos, com foco no Projeto Transposição de Água do Rio São Francisco - PISF, como a realização de curso de introdução de Risco em Segurança de Barragens e visita técnica ao Eixo Leste do PISF, com o objetivo dos técnicos da USGS e Bureau Reclamation conhecerem o sistema de bombeamento, reservatórios canais e demais infraestrutura do Projeto, para posterior troca de experiência entre as equipes USGS/USBR, ANA e instituições brasileiras convidadas.

Na fiscalização de segurança de barragens, foram realizadas, em 2017, 07 campanhas de fiscalização em barragens localizadas nos estados de: Alagoas, Ceará, Piauí, Pernambuco, Bahia, Paraíba, São Paulo, Goiás e Distrito Federal, para vistorias na estrutura das barragens. A COFIS realizou, também, 02 vistorias às obras do eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF com vistas a avaliar as obras e definir procedimentos para fiscalização das barragens do PISF.



Classificação da meta: Meta prevista ao final do PPA já alcançada
Medidas a serem adotadas: Sem proposição de Novas Medidas;

INICIATIVAS

Iniciativa: 01LO - Operação e manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Responsável: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/Ministério da Integração Nacional - Codevasf/MI.

Administração, conservação e vigilância; cumprimento das condicionantes ambientais da fase de operação; despesas de seguros, garantias, impostos, taxas, contribuições associativas, contratos de conexão e transmissão de energia elétrica, assim como aquisição de energia elétrica; manutenção, conservação e aquisição de veículos e equipamentos; manutenção e conservação de imóveis próprios ou da União; aluguéis; despesas com diárias e viagens; aquisição, desenvolvimento e manutenção de sistemas tecnológicos, de informação e de comunicações; despesas com contratação de serviços técnicos especializados para gestão e apoio à operação e manutenção do empreendimento; capacitação técnica; aquisição de bens móveis e imóveis; execução de obras complementares; bem como demais despesas necessárias.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Em 24 de abril de 2014, a Codevasf assinou o contrato nº 0.033.00/2014 com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) cujo objeto é: "Prestação de serviços técnicos especializados para elaboração de estudos e mecanismos operacionais e de gerenciamento que subsidiem a construção do modelo para gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco e que atendam aos requisitos de uso racional dos recursos hídricos, sustentabilidade econômico-financeira e operacional e que assegure a disponibilização da água aduzida pelo PISF em toda região de integração". A construção do Modelo de Gestão do PISF está prevista para ser concluída no início de 2018, com vistas a atender aos requisitos previstos para o projeto. Para que possa desempenhar adequadamente as suas atribuições enquanto operadora federal do PISF, a Codevasf adotou uma série de iniciativas, com o objetivo de propiciar a readequação de sua estrutura orgânica, através da criação de unidades específicas para o desenvolvimento do projeto. Outros pontos de atenção abordados tratam da readequação de seu quadro de pessoal, do desenvolvimento e capacitação para novas competências e da recomposição de seus processos de trabalho.

Durante o ano de 2017, a Codevasf se preparou para iniciar os processos licitatórios para contratação de apoio logístico e operacional. Para tal programou duas contratações: (i) Equipe de apoio – contrato de 18 meses para auxiliar a Codevasf durante a fase de pré-operação do PISF nos preparativos prévios à assunção; e (ii) Serviços de operação e manutenção para adução de água bruta do PISF. Há previsão de início da fase externa dos processos nos meses de janeiro e fevereiro de 2018.

Encontra-se em andamento as seguintes iniciativas: Pré – operação do PISF, aquisição de energia elétrica, construção do modelo de gestão e estruturação da Codevasf.

Iniciativa: 01LP - Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco (CE/PB/PE/RN)

Informações Básicas

Individualizada: Sim

Outras Informações: Responsáveis: SIH/MI e DNOCS/MI.

Elaboração de estudos, projetos executivos e execução de obras e serviços de engenharia para conservação e melhoria dos níveis de atendimento, bem como a proteção de estruturas auxiliares, tais como tomada d'água, vertedores e diques de fechamento das barragens dos 23 Reservatórios Estratégicos que receberão águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco.



Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Diante da constatação da situação de deterioração e inadequação de muitos açudes existentes nos Estados atendidos pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) – Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte –, e frente ao reconhecimento da importância de que tais estruturas estejam em condições apropriadas para o recebimento das águas transpostas, conforme consta no termo de compromisso firmado entre a União e os Estados receptores, o Ministério da Integração Nacional firmou termos de execução descentralizada (TED) com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) a fim de que este promova a recuperação desses açudes estratégicos, garantindo a maior efetividade possível à distribuição e aproveitamento dos recursos hídricos na região beneficiada.

Em maio de 2013, foi celebrado contrato com a empresa KL-Serviços de Engenharia S/A com vistas à elaboração de estudos e projetos executivos para a recuperação de 24 açudes estratégicos que se interligarão ao PISF, listados a seguir: Quixabinha/CE, Lima Campos/CE, Orós/CE, Banabuiú/CE, Castanhão/CE, Prazeres/CE, Assu/RN, Santa Cruz/RN, Pau dos Ferros/RN, Angicos/RN, Acauã/PB, Boqueirão/PB, Mãe D'Água/PB, Curema/PB, Poções/PB, São Gonçalo/PB, Lagoa do Arroz/PB, Engenheiro Ávidos/PB, Camalaú/PB e São José/PB, Barra do Juá/PE, Poço da Cruz/PE, Chapéu/PE, Entremontes/PE.

Tendo em vista a conclusão e aprovação pelo DNOCS dos produtos contratados no âmbito do TED 003/2013, foi estabelecida uma ordem de prioridade de intervenção de acordo a cronologia de chegada da água do PISF nos reservatórios estratégicos e em 28 de abril de 2016 foram formalizados os TEDs para recuperação e modernização dos reservatórios das prioridades 1 e 2:

TED 002/2016 - Obras de Recuperação e Modernização dos Reservatórios da prioridade 1: Poções/PB, São Gonçalo/PB, Engenheiro Ávidos/PB, Curema/PB e Mãe D'Água/PB, Camalaú/PB

TED 003/2016 - Obras de Recuperação e Modernização dos Reservatórios da prioridade 2: Castanhão/CE, Barra do Juá/PB, Epitácio Pessoa/PE, Armando Ribeiro Gonçalves/RN, Poço da Cruz/PE

Os reservatórios Camalaú/PB, Epitácio Pessoa/PB e Castanhão/CE tiveram seus processos licitatórios concluídos em dezembro/2016, com início imediato das intervenções.

Os reservatórios Engenheiro Ávidos/PB, São José/PB e Poço da Cruz/PE estão em fase final de conclusão dos projetos executivos. E os demais reservatórios das prioridades 1 e 2 - Poções/PB, São Gonçalo/PB, Curema/PB e Mãe D'Água/PB, Barra do Juá/PB, Armando Ribeiro Gonçalves/RN - estão em fase de licitação das intervenções necessárias.

Banabuiú, Quixabinha, Prazeres, Lima Campos e Orós, no Ceará, Lagoa do Arroz, na Paraíba, Entremontes e Chapéu, em Pernambuco e Angicos, Pau dos Ferros e Santa Cruz do Apodi, no Rio Grande do Norte, identificados como de "Prioridade 3", encontram-se em fase de aprovação dos estudos e projetos elaborados, para então ser formalizado novo TED para as intervenções identificadas para estes reservatórios.

Durante o exercício 2017, no âmbito dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs 02/2016 e 03/2016 entre a SIH-MI e o DNOCS), foram iniciadas as obras de recuperação e modernização dos reservatórios das prioridades 1 e 2: Poções/PB, São Gonçalo/PB, Curema/PB, Mãe D'Água/PB, Epitácio Pessoa/PB, Castanhão/CE, Armando Ribeiro Gonçalves/RN, Poço da Cruz/PE; foi dada continuidade nas obras de Camalaú/PB e iniciada a 2ª fase das obras neste reservatório; e foi firmado contrato para as obras do reservatório Barra do Juá/PE, com previsão de emissão da ordem de serviço no início de 2018.

Os reservatórios Engenheiro Ávidos/PB e São José/PB estão em fase final de conclusão dos projetos executivos.

Banabuiú, Quixabinha, Prazeres, Lima Campos e Orós, no Ceará, Lagoa do Arroz, na Paraíba, Entremontes e Chapéu, em Pernambuco e Angicos, Pau dos Ferros e Santa Cruz do Apodi, no Rio Grande do Norte, identificados como de "Prioridade 3", encontram-se em fase de aprovação dos estudos e projetos elaborados, para então ser formalizado novo TED para as intervenções identificadas para estes reservatórios.

Iniciativa: 05OZ - Operação e manutenção de infraestruturas hídricas

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Responsáveis: CODEVASF/MI e DNOCS/MI.

A atividade contínua de operação e manutenção das infraestruturas hídricas é necessária a fim de garantir a acumulação de água para usos múltiplos, a manutenção da oferta hídrica projetada, a segurança e vida útil das estruturas, além de ser importante para assegurar o abastecimento em quantidade e qualidade de forma sustentável. Tal atividade consiste na execução de despesas com o pagamento de taxas, impostos e contribuições, custeio administrativo e operacional, realização de inspeções, prestação de assistência técnica, e serviços de manutenção e vigilância.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: A Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), instituída pela Lei 12.334/2010, objetiva garantir a observância de padrões de segurança das barragens por meio da fiscalização do poder público sobre o empreendedor, de maneira a reduzir a possibilidade de acidentes e suas consequências, em especial, junto à população potencialmente afetada. Basicamente a PNSB define as características das barragens que se enquadram na nova política, os instrumentos de controle e monitoramento, a competência dos fiscalizadores, e as responsabilidades do empreendedor da barragem.

No exercício 2017, os recursos foram utilizados para pagamento de Imposto sobre Propriedade Rural Territorial Rural e despesas cartoriais dos imóveis das barragens do Zabumbão, Poço Magro e Lagoa da Casca no estado da Bahia.

Iniciativa: 05P0 - Recuperação e regularização de infraestruturas hídricas

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Responsáveis: Codevasf/MI e Dnocs/MI.

Reabilitação de infraestruturas críticas, por meio da recuperação estrutural e da regularização jurídica relativa às políticas nacionais de meio ambiente, recursos hídricos e segurança de barragens. Abarca a elaboração dos projetos, planos e estudos, com foco na prevenção de desastres de inundações e secas.



Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: As ações consistem na execução de estudos, projetos e obras de revitalização ou recuperação e adequação de infraestruturas hídricas e de ações complementares para assegurar a continuidade do abastecimento de água, por meio da revitalização de infraestruturas hídricas, com vistas a garantir a sua segurança.

Atualmente há 15 projetos prontos, contudo, devido à indisponibilidade orçamentária, encontra-se em execução apenas o serviço de recuperação da Barragem Mirorós localizada no estado da Bahia. Esse serviço está com 95% de execução física.

Iniciativa: 07EV - Apoio e parcerias para as atividades de fiscalização de Segurança de Barragens

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Responsável: SFI / ANA.

Iniciativa custeada pela ação orçamentária 4926 - Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos serviços de Irrigação e Adução de Água e da Segurança de Barragens.

Objetivo: 1024 - Ampliar e difundir o conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações com as superficiais, por meio da realização de levantamentos, estudos e pesquisas

Informações Básicas

Órgão: Ministério de Minas e Energia

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: No Brasil, o desenvolvimento e a gestão dos recursos hídricos têm sido tradicionalmente focados nas águas de superfície, embora as águas subterrâneas sejam utilizadas diretamente pela população, nos mais diversos ramos de atividades e em quantidade cada vez maiores. O reflexo de uso direto, se por um lado materializa a importância deste bem para a sociedade, por outro mostra um cenário muitas vezes caótico, com aquíferos sobre-explotados e contaminados inviabilizando o uso adequado e sustentável deste recurso estratégico.

A progressiva redução dos mananciais de superfície e condições de aridez cada vez mais rigorosas, que vêm sendo atribuídas a mudanças climáticas, têm despertado no Poder Público a consciência da crescente importância das águas subterrâneas. Como consequência, está se consolidando o conceito de que, somente com o aproveitamento integrado das águas, nas suas principais formas de ocorrência (águas de chuvas, superficiais e subterrâneas), pode-se alcançar condições ideais de segurança hídrica e desenvolvimento sustentável.

Considerando essa perspectiva, a ampliação do conhecimento sobre os aquíferos brasileiros e suas interações com os recursos hídricos superficiais torna-se fundamental para uma gestão eficiente das águas, garantindo sua utilização dentro de um processo sustentável. Trilhando este caminho, o Serviço Geológico do Brasil-CPRM vem desenvolvendo sistematicamente levantamentos, estudos e pesquisas relacionados com esta temática, seja individualmente ou em parceria com outras instituições.

A alimentação da base de dados do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas – SIAGAS, que se consolidou como o banco de dados oficial sobre águas subterrâneas do Brasil, tem se destacado entre as ações da CPRM. Desenvolvido e mantido pela CPRM desde 1996, é alimentado continuamente a partir de programas de cadastramento de poços, com dados oriundos da realização de estudos e pesquisas hidrogeológicas e, principalmente, da transferência de informações dos órgãos gestores de recursos hídricos estaduais. Essas informações garantem subsídios para a gestão adequada da água subterrânea e ainda servem como base para a realização de estudos e mapas hidrogeológicos, locação e perfuração de poços e recuperação de sistemas de abastecimento que utilizam águas subterrâneas. Em 2016, malgrado as limitações orçamentárias e financeiras, a base de dados administrada pelo SIAGAS foi ampliada com 9.401 novos poços cadastrados, um quantitativo que representa 85 % da meta estabelecida para aquele exercício. Em 2017 foram cadastrados 16.629 novos poços, boa parte migrados do DAEE nos estados de São Paulo e Paraná, superando-se em 51% a meta anual prevista. Ao final de 2017, a base de dados do Sistema alcança o total de 299.398 poços cadastrados. Os números do primeiro biênio do PPA retratam o cumprimento de 59% da meta global formulada para o SIAGAS.

A CPRM elaborou um Plano de Ação Estratégico no Semiárido Brasileiro – Convivência com a Seca sentido de ampliar a oferta de água na região de escassez de água no nordeste, envolvendo ações de implantação e operação de rede estratégica de poços profundos em bacia sedimentar; revitalização de poços em rochas cristalinas, construção de barragens subterrâneas em depósitos aluvionares; estudos do sistema aquífero Urucua e aplicação de tecnologias alternativas para o aumento da oferta de águas;

Em face a limitação de recurso foi iniciado o projeto de revitalização de poços do Estado de Pernambuco com a implantação de 330 sistemas simplificados de abastecimento por águas subterrâneas que deverá ocorrer no 1º semestre de 2018. Em 2017 foram realizadas 794 visitas nos de lideranças comunitárias para possibilitar a elaboração de diagnóstico técnico, complementado com testes de bombeamento, para definição dos poços a serem revitalizados.

Diante da necessidade de ampliação do conhecimento hidrogeológico sobre os principais aquíferos brasileiros, desde 2009 a CPRM vem atuando no monitoramento das águas subterrâneas no país, com a implantação da Rede Integrada de Monitoramento de Águas Subterrâneas – RIMAS. Tendo como alicerce a imperiosa necessidade do conhecimento sobre os aquíferos nacionais, também se considerou imprescindível o estabelecimento de séries históricas das variações dos níveis das águas subterrâneas, única forma de se entender seu comportamento mediante explorações, estimar recargas com melhor precisão e avaliar suas interações com as águas superficiais. Tem caráter eminentemente integrado, pois além do nível da água também há medições sobre a precipitação, por meio de pluviômetros. Sempre que possível, esses valores são comparados com variações das vazões dos rios próximos que são registradas em fluviômetros. É uma rede de natureza fundamentalmente quantitativa, tendo como principal propósito o registro das variações do nível da água nos aquíferos, através da instalação de sensores automáticos associados a dataloggers.

Não obstante ao caráter quantitativo, foi concebido um sistema de alerta e controle de qualidade da água subterrânea, com medições semestrais da condutividade elétrica, pH, potencial de oxirredução, além de parâmetros mínimos fixados pela resolução 396 do CONAMA. No momento da instrumentalização do poço de observação é realizada uma análise físico-química completa, considerada de referência para a água do aquífero naquele local, que é repetida a cada cinco anos ou ainda em casos em que se verifiquem, a partir dos parâmetros indicadores, variações significativas nas características químicas da água. Neste Objetivo, propõe-se o incremento da rede através da perfuração e instalação de poços dedicados a esse monitoramento. Devido às restrições de ordem orçamentária e financeira, bem como ao cenário atualmente desfavorável à cessão de poços para monitoramento em detrimento de poços potencialmente produtivos, no primeiro biênio do PPA 2016-2019 foi possível ampliar a rede RIMAS em somente 5% do previsto para o período global do PPA. A despeito disso, considerando-se apenas 2017, foram realizadas 994 visitas de inspeção, consistidas 765 séries de dados e analisadas 138 amostras de água subterrânea, sobressaindo o porte das atividades de operação da Rede (30 aquíferos monitorados envolvendo 20 Estados da Federação), ainda que esses números retratem um ano de condições consideradas precárias no que diz respeito à frequência das visitas e quantidade de análises hidroquímicas.

A elaboração de mapas hidrogeológicos, outra meta prevista neste objetivo, está fortemente amparada pelo intenso trabalho de mapeamento geológico desenvolvido em todo o território nacional, aliado às ações de alimentação do SIAGAS e de implantação e operação da RIMAS. Assim, com a síntese cartográfica dessas informações, estão previstos mapas hidrogeológicos diversos, inclusive estaduais, consubstanciando uma ampla visão da ocorrência das águas subterrâneas no Brasil. Em 2016 foi concluído o Atlas Hidrogeológico do Brasil, na escala 1:1.000.000, elaborado em ambiente SIG. Também foram produzidos o mapa hidrogeológico da bacia transfronteiriça (Brasil-Uruguai) do Cuareim/Quaraí e o mapa hidrogeológico do estado do Paraná. Em 2017 foram finalizados mais 5 mapas: Mapa Hidrogeológico da Bacia do Rio da Prata, publicado efetivamente em 2017, embora tenha sido concluído em 2015;



Mapa Hidrogeológico do Norte de Minas, no âmbito dos estudos dedicados a “Bacias Hidrogeológicas Representativas”; e os mapas hidrogeológicos das regiões metropolitanas de São Luís (Ilha de São Luís), Goiânia e Recife.

As expectativas para 2018 incluem a elaboração dos mapas hidrogeológicos do Nordeste, de Manaus e do Distrito Federal, bem como a finalização do Atlas Digital Águas do Norte de Minas, prevista para o 1º semestre do ano, o qual reunirá todo o espectro de dados hidrogeológicos relativos a 14 bacias hidrogeológicas representativas, especialmente aplicados à definição das disponibilidades hídricas e efeitos de outorga. Vale ressaltar que, no curso desse Atlas, que tem o mapa hidrogeológico como produto de destaque, em 2017 também foram realizadas atividades de consistência de dados e elaborados modelos conceituais e hidrológicos, bem como relatórios.

Diversos fatores estão envolvidos na interação água superficial --- água subterrânea num dado contexto hidrográfico e climático, entre os quais relevo, características geológicas e pedológicas, cobertura vegetal, dinâmica de chuvas e de outros parâmetros climáticos. A compreensão dessas relações exige estudos amplos via de regra complexos, tendo em vista a temporalidade requerida para as informações (caracterização da dinâmica do ambiente) e a necessidade de integração entre diversas áreas de conhecimento. Nessas condições, é fundamental dominar ferramentas e técnicas que ajudem a formular modelos robustos baseados em simplificações, extrapolações e projeções.

Compreender a interação de águas subterrâneas e de superfície é algo essencial para avaliações mais precisas de disponibilidade hídrica, para avaliações de vulnerabilidade de mananciais, para modelagens da dinâmica de aquíferos e corpos d’água, entre outras questões, embora estejam envolvidas observações e medições mais complexas. Um bom exemplo de como é importante o controle dessas interações é ilustrado pela interdependência existente entre o aquífero Uruçua e os fluxos de base das bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Tocantins. Em função da importância da contribuição deste aquífero para a vazão de base do São Francisco e considerando o avanço descontrolado de sua exploração por meio de poços para irrigação, a CPRM resolveu aprofundar os estudos previamente executados pela ANA. Em 2016 foi realizado o monitoramento hidrológico na bacia, bem como produzidos 2 relatórios técnicos relacionados com levantamentos cartográficos da área de hidrologia e de informações existentes relacionadas com os temas climatologia, hidrologia, sedimentometria e qualidade da água. No entanto, os trabalhos foram praticamente suspensos em 2017 em vista de contingenciamentos orçamentários. Foram realizadas 4 campanhas de campo basicamente para operação e manutenção de estações hidroclimáticas já existentes, e as demais atividades restringiram-se a interpretações de dados secundários já disponibilizados. Resguardadas as limitações de recursos, até 2019 serão produzidas informações para a modelagem hidrogeológica e análise de cenários de exploração superficial e subterrâneas, que serão apresentadas em mapas e relatório.

Outros estudos integrados estão em curso: os estudos na Região Metropolitana de São Luís, já bastante evoluídos em parceria com a ANA, previsto para ser concluído em setembro de 2018; os estudos na Região Metropolitana de Manaus, iniciado em 2017 no mesmo modelo do São Luís, com 2 relatórios já finalizados no ano e previsão para ser concluído em 2019; os estudos integrados do Projeto Águas do Norte de Minas; e os estudos de caracterização hidrológica dos solos, o qual pretende ser um veículo para integração dos estudos de hidrologia e hidrogeologia. Em 2017 foram produzidos os sites de hidrologia de solos e do Hybras; publicado 1 trabalho científico e desenvolvidos outros 4 trabalhos de cunho científico, além de articuladas parcerias com entidades nacional e internacional. Entre outros resultados esperados para 2018, estão o desenvolvimento do banco de dados físico-hídricos para solos da América Latina e o desenvolvimento de funções de pedotransferência para retenção de água em solos brasileiros. Também estão previstos para 2018 estudos em bacias representativas do cerrado e semi-árido mineiro.

METAS

Meta: 040T - Realizar o diagnóstico de água subterrânea de duas Regiões Metropolitanas, nas quais essa fonte é componente relevante no abastecimento, incluindo plano de gestão, estratégias de ampliação da oferta e avaliação da vulnerabilidade natural à contaminação

Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

Instituição Responsável pela Apuração: Agência Nacional de Águas - ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Essa meta também tem relação com a Agenda de Ações para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos da Agência Nacional de Águas, que tem como um dos seus eixos principais prover os órgãos gestores de recursos hídricos estaduais de conhecimento hidrogeológicos, técnico-gerencial e de capacitação específica em águas subterrâneas, para que possam realizar adequadamente a gestão sistêmica e integrada de recursos hídricos. A elaboração de estudos de aquíferos em áreas urbanas, onde a água subterrânea é relevante para o abastecimento humano, é uma das prioridades da Agenda, concretizando a ampliação do conhecimento hidrogeológicos, previsto no Programa VIII do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Nesse sentido, foi celebrado em 2016 o Termo de Execução Descentralizada - TED nº 06/2016/ANA com o Serviço Geológico do Brasil-CPRM para avaliação hidrogeológica da Região Metropolitana de São Luís-MA - RMSL, cujo objetivo é o de gerar conhecimento para o órgão gestor de recursos hídricos estadual sobre os sistemas aquíferos da Ilha de São Luís, sobre as relações entre eles e com os corpos d’água superficiais e a avaliação de locais com restrições de uso, tanto em termos de quantidade, quanto de qualidade. Essas informações auxiliarão a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão na definição de estratégias de gestão das águas subterrâneas da RMSL, visando a sua preservação e seu uso sustentável. A previsão de conclusão desse estudo é 2018 com a entrega do relatório final.

Também estão sendo implementados os Estudos Hidrogeológicos para a Definição de Estratégias de Gestão das Águas Subterrâneas da Cidade de Belém/PA e municípios adjacentes, por meio do contrato nº 39/2016/ANA, celebrado com empresa privada. O contrato está em execução e a previsão da entrega do relatório final é 2018.

Já em 2017 foi celebrado em 2017 o Termo de Execução Descentralizada - TED nº 02/2017/ANA, também com o Serviço Geológico do Brasil-CPRM, para elaboração de “Estudos Hidrogeológicos das Regiões Urbana e Periurbana de Manaus-AM - Subsídios para o Uso Sustentável dos Recursos Hídricos”, com o objetivo de gerar conhecimento para a tomada de decisão do órgão gestor estadual de recursos hídricos. Tais informações auxiliarão a Secretaria do Meio Ambiente do Amazonas na definição de estratégias de gestão das águas subterrâneas nessa área, visando a sua preservação e seu uso sustentável. A previsão de conclusão desse estudo é 2018.

Iniciativa 04L1 – Realização de estudos hidrogeológicos integrados em aquíferos de bacias hidrográficas de rios de domínio da União.

Em andamento estudo hidrogeológico dos sistemas aquíferos cársticos e fissuro-cársticos na bacia do rio São Francisco, incluindo as estimativas de participação do escoamento de base na vazão de diversos afluentes desse rio federal. Finalização prevista para 2018.

Iniciativa 04L3 – Avaliação da disponibilidade hídrica subterrânea para áreas urbanas de municípios da Região Nordeste.

Atualmente está em implementação uma avaliação hidrogeológica que abarca tal Iniciativa, na região metropolitana de São Luís, com previsão de finalização em 2018.

Iniciativa 06UH – Estudos e pesquisas de viabilidade de perfuração de poços na Bacia Sedimentar do Parnaíba*

Emenda parlamentar sem execução até o momento.

Quantidade alcançada: 0 unidades

Data de Referência: 29/12/2017

Classificação da meta: Andamento adequado



Medidas a serem adotadas: Sem proposição de Novas Medidas;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1	unidade	0	29/12/2017
Região Norte	1	unidade	0	29/12/2017

INICIATIVAS

Iniciativa: 04KX - Articulação interinstitucional visando o planejamento, a ampliação e a operação da Rede Nacional Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas - RIMAS para a integração do monitoramento de águas superficiais e subterrâneas

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Iniciativa de responsabilidade do Serviço Geológico do Brasil - CPRM e da Agência Nacional de Águas - ANA.

Iniciativa: 04L0 - Implantação do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS em seis países ibero-americanos, por meio da formalização de acordos internacionais de cooperação

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Iniciativa de responsabilidade do Serviço Geológico do Brasil - CPRM

Iniciativa: 04KW - Celebração de termos de cooperação com secretarias estaduais de recursos hídricos ou com companhias de saneamento, visando a cessão de poços dedicados ao monitoramento

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Iniciativa de responsabilidade da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

Iniciativa: 04KY - Perfuração e instrumentalização de poços dedicados ao monitoramento

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Iniciativa de responsabilidade do Serviço Geológico do Brasil - CPRM.

Iniciativa: 04KZ - Ampliação dos instrumentos de cooperação com órgãos gestores Estaduais e Federal, além de intervenientes em recursos hídricos em geral, para obtenção de dados hidrogeológicos

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Iniciativa de responsabilidade do Serviço Geológico do Brasil - CPRM;
Exemplos de órgãos intervenientes em recursos hídricos: companhias de saneamento, empresas e órgãos de perfuração de poços.

Iniciativa: 04L1 - Realização de estudos hidrogeológicos integrados em aquíferos de bacias hidrográficas de rios de domínio da União

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Iniciativa de responsabilidade do Serviço Geológico do Brasil - CPRM e da Agência Nacional de Águas - ANA.

Iniciativa: 04L2 - Desenvolvimento de pesquisas para definição da potencialidade para produção de água em aquíferos localizados em zonas de escassez (semiárido)

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Iniciativa de responsabilidade do Serviço Geológico do Brasil - CPRM.

Iniciativa: 04L3 - Avaliação da disponibilidade hídrica subterrânea para áreas urbanas de municípios da Região Nordeste

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Iniciativa de responsabilidade da Agência Nacional de Águas - ANA

Iniciativa: 04L4 - Difusão da metodologia para a elaboração de mapas hidrogeológicos em países da Ibero-América

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Iniciativa de responsabilidade do Serviço Geológico do Brasil - CPRM.

Iniciativa: 04L5 - Realização de estudos hidrológicos integrados no Aquífero Urucuiá e em bacias hidrográficas associadas, visando a determinação da contribuição da água subterrânea para a vazão do Rio São Francisco

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Iniciativa de responsabilidade do Serviço Geológico do Brasil - CPRM.

Iniciativa: 04L6 - Realização de estudos em bacias hidrográficas para o desenvolvimento de modelos da dinâmica da água, que podem ser aplicados em áreas correlatas



Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Iniciativa de responsabilidade do Serviço Geológico do Brasil - CPRM.

Iniciativa: 04L7 - Melhoria da precisão da informação hidrológica por meio da implantação de um centro de aferição e calibração de equipamentos

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Iniciativa de responsabilidade do Serviço Geológico do Brasil - CPRM.

Iniciativa: 04L8 - Disseminação no Brasil e na América do Sul da aplicação de isótopos na hidrologia para avaliação do conhecimento sobre o comportamento do ciclo da água com apoio da International Atomic Energy Agency - IAEA

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Iniciativa de responsabilidade da Companhia do Serviço Geológico do Brasil - CPRM.

Iniciativa: 04L9 - Estruturação do Laboratório de Pesquisas Minerais - LAMIN para a realização de análises isotópicas

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Iniciativa de responsabilidade do Serviço Geológico do Brasil - CPRM.

Iniciativa: 04LB - Difusão de 36 relatórios e prognósticos para subsidiar a utilização de águas subterrâneas na mitigação de eventos hidrológicos críticos

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Iniciativa de responsabilidade do Serviço Geológico do Brasil - CPRM.

Iniciativa: 04LA - Ampliação de rede de monitoramento hidrogeológico para obtenção de dados relacionados a estiagens e secas

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Iniciativa de responsabilidade do Serviço Geológico do Brasil - CPRM.

Iniciativa: 06UH - Estudos e pesquisas de viabilidade de perfuração de poços na Bacia Sedimentar do Parnaíba

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações:

Objetivo: 1025 - Promover a disponibilidade de água para usos múltiplos, por meio da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de seus instrumentos

Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei Federal nº 9.433, de 7 de janeiro de 1997, propôs um novo modelo para a gestão das águas no Brasil, o qual está baseado em fundamentos como o reconhecimento da água como um bem público, limitado e dotado de valor econômico, a gestão descentralizada e integrada, adotando a bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e gestão; a promoção dos usos múltiplos e a participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos por meio dos espaços colegiados.

Para a consecução desses fundamentos, a Política Nacional de Recursos Hídricos previu ainda um conjunto de instrumentos para a gestão dos recursos hídricos: os planos de recursos hídricos, o enquadramento de corpos d'água segundo os usos preponderantes, a outorga de direito de uso, a cobrança pelo uso da água e o sistema de informações sobre os recursos hídricos. Tais instrumentos são complementares e devem ser implementados de forma integrada, buscando dotar o país de mecanismos de gestão para proporcionar os usos múltiplos da água, pressuposto importante para assegurar as bases de um desenvolvimento sustentável.

Os Planos de Recursos Hídricos, desenvolvidos em nível de bacia hidrográfica, dos Estados e Nacional, visam a orientar a implementação da Política e devem ser o resultado de uma visão compartilhada entre os diversos atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH sobre as medidas necessárias ao alcance da situação desejada para o recorte territorial a que se referem. Os planos de bacia elaborados até 2017 abrangem 62% do território nacional, tendo sido concluídos em 2017 os Plano Integrado de Recursos Hídricos da bacia do rio Grande e o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai. Em relação aos planos estaduais de recursos hídricos, sua cobertura atual corresponde a 62% do território. Um grande desafio que se coloca, além da preparação dos planos necessários ainda não elaborados, é a implementação dos programas, projetos e ações previstos nos planos existentes, especialmente no que diz respeito à atuação na gestão dos recursos hídricos. Avanços nesse sentido foram obtidos em 2017 nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piauhy-Piranhas-Açu e do Rio Paranapanema.

O novo portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH, lançado em 2016, é resultado das ações de unificação da base de informações do SNIRH e do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, publicado pela Agência Nacional de Águas - ANA em atendimento à Resolução nº 58/2006 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. Neste novo portal, que pode ser acessado por dispositivos móveis, os usuários têm livre acesso às informações georreferenciadas sobre aproximadamente 38 temas de recursos hídricos, organizados em 10 grupos: Divisão Hidrográfica, Quantidade de Água, Qualidade de Água, Usos da Água, Balanço Hídrico, Eventos Hidrológicos Críticos, Institucional, Planejamento, Regulação de Usos e Programas. Além dos mapas, também estão disponíveis acesso aos metadados (dados sobre as informações) de cada tema, acesso a vídeos educativos, tutoriais, livros digitais e publicações. Os usuários também têm acesso à lista de sistemas computacionais desenvolvidos pela ANA e que estão disponíveis para os usuários de recursos hídricos, como: Sistema HIDRO, Sistema HidroWeb, Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR), HidroSat, Sistema CNARH 1.0, CNARH40, Sistema do Atlas de Abastecimento.

A regulação e a fiscalização do uso da água, fundamentais para a implementação da PNRH, compreendem o estabelecimento de marcos regulatórios e regras para o uso da água, além do acompanhamento, controle e fiscalização dos usos de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da união, com apuração de irregularidades e infrações. A atuação nesse sentido se torna mais premente quanto mais avança a demanda pelo uso da água e reduz-se sua disponibilidade, seja pela ocorrência de secas e estiagens, seja pela perda da qualidade. Essas regiões, cujo balanço hídrico quali-quantitativo é considerado mais desfavorável, são consideradas de especial interesse para a gestão de recursos hídricos e têm recebido atenção prioritária e ações específicas para a prevenção e gestão de conflitos.



Para fazer frente aos conflitos identificados, foram firmados acordos com regras específicas de uso da água em 6 bacias ou sistemas hídricos interestaduais com criticidade quali-quantitativa: Bacias Hidrográficas do Rio Negro (RS), do Rio São Mateus (MG/ES), do Rio São Marcos (GO/MG/DF), do Rio São Francisco (AL/SE/PE/BA/MG/GO/DF), do Rio Verde Grande (BA/MG) e dos Rios Piancó-Piranhas Açú (PB/RN). Tais acordos são construídos a partir de estudos e simulações detalhados e definidos em negociações que envolvem os órgãos gestores, entidades colegiadas e usuários de recursos hídricos em amplo debate, e pretendem alcançar meios para a convivência dos diferentes interesses locais, de maneira sustentável.

Além das regras específicas de uso da água, cabe mencionar a definição de regras operacionais em reservatórios e sistemas hídricos estratégicos para a compatibilização dos usos múltiplos da água em situações de conflito de uso e escassez hídrica, como ocorre na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Com o objetivo de promover o acompanhamento sistemático dos impactos sobre os usos da água em estreita articulação com os diferentes usuários, órgãos gestores da bacia e outras instituições interessadas, a Agência Nacional de Águas instalou desde 2013 e opera semanalmente a Sala de Crise, que tem sido fundamental para subsidiar a elaboração das sucessivas resoluções que definem a vazão mínima liberada pelos reservatórios. Atualmente encontra-se em vigor a Resolução nº 1.943, de 6 de novembro de 2017, que autoriza, até 30 de abril de 2018, a redução da vazão mínima liberada dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos de Sobradinho e Xingó, no rio São Francisco, de 1.300 m³/s para média diária de 550 m³/s e instantânea de até 523 m³/s. Além da Sala de Crise do São Francisco, iniciativas semelhantes foram implementadas em 2017 para a Bacia do Rio Tocantins e para a Hidrovia Tietê-Paraná. As reuniões da Sala de Crise do Rio Tocantins ocorrem quinzenalmente e visam debater as condições de operação dos reservatórios da calha do rio, como Serra da Mesa e Estreito, com o intuito de preservar os estoques de água da bacia e garantir a continuidade do atendimento aos usos múltiplos do recurso. Dos encaminhamentos oriundos da Sala de Crise, destaca-se a garantia de atendimento de uma vazão mínima de 744 m³/s a jusante da UHE Estreito com vistas a manutenção da captação da cidade de Imperatriz/MA. Com relação à Hidrovia Tietê-Paraná, apesar dos baixos níveis de armazenamento observados nos reservatórios das bacias dos rios Grande e Paranaíba, foi possível garantir a cota mínima de 325,4 m nos reservatórios de Ilha Solteira e Três Irmãos, evitando-se assim a interrupção na navegação da hidrovia Tietê-Paraná a exemplo do que aconteceu em 2014.

Como suporte a regularização dos usos de recursos hídricos, foram realizadas 34 campanhas de fiscalização de uso dos recursos hídricos e vistoriados 510 usuários, nas bacias hidrográficas dos Rios São Marcos (estados MG e DF), Verde Grande (estados MG e BA), São Francisco (estados de MG, BA, PE, SE e AL), Piranhas Açú (estados da PB e RN), Pardo (estados de MG e BA), Javaés (estados de TO e GO), Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão/PB) e do entorno do DF. O principal uso fiscalizado nas mencionadas bacias foi a irrigação. Com exceção da Bacia do Rio Paraíba do Sul em que os principais usos são indústria e saneamento.

Além das campanhas em campo, foram realizados 03 (três) sobrevoos, dois na bacia hidrográfica do Rio Piranhas Açú (incluindo o reservatório Epitácio Pessoa- Boqueirão/PB), e um na região do Rio Descoberto/DF, para reconhecimento das regiões e dos usos da água e possibilitando o direcionamento de ações de fiscalização nas regiões.

Para dar suporte aos instrumentos de gestão e regulação e à tomada de decisões em recursos hídricos, o país dispõe de mecanismos de monitoramento hidrológico, que proporcionam o conhecimento sobre o comportamento hidrometeorológico, hidrogeológico e da qualidade das águas. Nesse contexto, destaca-se a Rede Hidrometeorológica Nacional – RHN, coordenada Agência Nacional de Águas – ANA. A RHN é composta por estações pluviométricas (chuva), evapimétricas (evaporação), fluviométricas (nível e vazão de água), sedimentométricas (sedimentos) e de qualidade da água, e conta com 4.655 estações - 29% delas dotadas de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, que auxiliam no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados. Os dados são obtidos por meios convencionais (observadores no campo) ou mediante utilização de equipamentos automatizados (sensores por telemetria, com transmissão via satélite ou por telefonia). Os dados coletados por essa rede de estações, em especial pelas estações automatizadas, que transmitem dados em curtos intervalos de tempo, são também utilizados para monitorar os eventos hidrológicos considerados críticos, como cheias e estiagens, apoiando a implementação de sistemas de alerta de cheias e a preparação para o enfrentamento de acontecimentos desse tipo.

Um desafio ainda presente é o conhecimento adequado sobre a qualidade das águas superficiais no Brasil, de forma a orientar a elaboração de políticas públicas para a recuperação da qualidade ambiental em corpos d'água interiores, como rios e reservatórios, contribuindo assim com a gestão sustentável dos recursos hídricos. A ANA opera uma rede básica de qualidade de água que conta com 1.340 pontos em todo o país, onde são feitas análises de 4 parâmetros básicos (pH, oxigênio dissolvido, condutividade e temperatura) durante as campanhas de medição de vazão por meio de sondas multiparamétricas, o que não é suficiente para que se avalie adequadamente a evolução da qualidade das águas brasileiras. É necessário ampliar o número de pontos e parâmetros monitorados, aumentar a confiabilidade das informações e torná-las disponíveis à sociedade.

Visando fazer frente a esse desafio foi criado o Programa Nacional de Avaliação da Qualidade da Água – PNQA, que visa a ampliar o conhecimento sobre a qualidade das águas superficiais no Brasil, de forma a orientar a elaboração de políticas públicas para a recuperação da qualidade ambiental em corpos d'água. A criação de uma rede nacional de monitoramento da qualidade de água está em andamento para ser operada pelos estados sob a coordenação da ANA, no âmbito do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água - QUALIÁGUA. O programa oferece treinamento, melhoria da qualidade de laboratórios, avaliação e divulgação periódica dos dados obtidos, com acompanhamento e padronização dos parâmetros e procedimentos. Até o momento 20 Estados aderiram ao Programa e os dados de 15 destes já estão disponíveis no SNIRH.

A execução dos programas e projetos necessários vem sendo possibilitada com recursos do orçamento geral da União e pela parcela da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para exploração de potencial hidráulico, paga pelos titulares das concessões, que se destina à União para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Para enfrentar esses desafios, e em busca do uso sustentável dos recursos hídricos, atuam conjuntamente o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, e a Agência Nacional de Águas. Além disso, estão envolvidos os órgãos colegiados, como Conselhos e Comitês, e as autoridades estaduais de gestão dos recursos hídricos.

METAS

Meta: 0410 - Ampliar de 21% para 30% a Rede Hidrometeorológica automatizada com transmissão de dados em tempo real

Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

Instituição Responsável pela Apuração: MMA/ANA/SGH

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O monitoramento hidrometeorológico no Brasil é fundamental para o conhecimento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos no país e é realizado por meio da Rede Hidrometeorológica Nacional - RHN. São levantadas, tratadas e disponibilizadas no portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH sobre a capacidade, potencial, disponibilidade e qualidade de água de nossas bacias hidrográficas, além do regime das chuvas em todo o território nacional.

A Agência Nacional de Águas - ANA é responsável pela coordenação da RHN com cerca de 21.500 estações hidrometeorológicas, sendo que coordena diretamente a operação de 4.655 estações, investindo na sua modernização tecnológica e na estrutura operacional. Estão sendo ampliados as estações de hidrometria dotadas de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, que auxiliam no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados. De 2012 a 2015 foram modernizadas 1096 estações. Em 2016 e 2017 foram modernizadas,



respectivamente, 160 e 88 e estações hidrometeorológicas, o que corresponde a 29% da rede operada pela ANA.

Quantidade alcançada: 29 %

Data de Referência: 31/12/2017

Classificação da meta: Andamento adequado

Medidas a serem adotadas: Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas: Meta com andamento adequado.

Meta: 041P - Ampliar de 58% para 100% a cobertura do território nacional com Planos Estaduais de Recursos Hídricos

Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

Instituição Responsável pela Apuração: MMA/SRHU/DRH

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Em 2017 os Estados do Amazonas e do Maranhão deram início ao processo de elaboração dos seus Planos Estaduais de Recursos Hídricos - PERHs. O Estado de Rondônia finalizou a elaboração de seu Plano Estadual, que deverá ser submetido à aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O Estado de Santa Catarina também finalizou o seu Plano Estadual, que contou com o apoio do MMA na fase da elaboração do Diagnóstico. Portanto, considerando esses dois últimos Estados, em 2017, houve uma progressão da meta de 58% para 62% do território coberto com PERHs.

Ainda em 2017, os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte realizaram seus processos licitatórios e estão em fase de contratação das consultorias especializadas para a revisão dos seus Planos Estaduais de Recursos Hídricos. Os recursos repassados são objeto de Termo de Execução Descentralizada entre SRHU/MMA e ANA.

Ao final de 2017, SRHQ/MMA e ANA firmaram Termo de Execução Descentralização para o apoio à elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Pará. O próximo passo será a assinatura do convênio entre SRHQ/MMA e o Estado, para o repasse dos recursos.

Para o alcance da meta de 100% de cobertura do território, restam ainda os Estados do Amapá e do Espírito Santo. A SRQH/MMA iniciou tratativas para o apoio à elaboração do PERH/AP, o que deverá se consolidar em 2018. Já o Estado do Espírito Santo, está elaborando seu Plano Estadual com recursos próprios, com previsão de finalização em 2018.

Quantidade alcançada: 62 %

Data de Referência: 19/01/2018

Classificação da meta: Andamento adequado

Medidas a serem adotadas: Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas: Continuidade na supervisão técnica dos convênios realizados com os Estados.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	3,8	%	0	20/12/2017
Região Norte	36,6	%	2,8	20/12/2017
Região Sudeste	0,5	%	0	20/12/2017
Região Sul	1,1	%	1,1	20/12/2017

Meta: 041N - Disponibilizar dados padronizados de qualidade de água no portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH, no âmbito do Programa Qualiágua, de 16 Unidades da Federação

Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

Instituição Responsável pela Apuração: MMA/ANA/SGH

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água - QUALIÁGUA é uma iniciativa da ANA com os seguintes objetivos:

- Contribuir para a gestão sistemática dos recursos hídricos, através da divulgação de dados sobre a qualidade das águas superficiais no Brasil a toda a sociedade;
- Estimular a padronização dos critérios e métodos de monitoramento de qualidade de água no País, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução ANA nº 903/2013, para tornar essas informações comparáveis em nível nacional;
- Contribuir para o fortalecimento e estruturação dos órgãos estaduais gestores de recursos hídricos e meio ambiente para que realizem o monitoramento sistemático da qualidade das águas e deem publicidade aos dados gerados;
- Promover a implementação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas - RNQA, no âmbito do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas - PNQA.

O QUALIÁGUA estabelece metas mínimas a serem cumpridas por três grupos de unidades da Federação, sendo que as mais estruturadas terão metas mais exigentes. O primeiro grupo é formado pelas unidades que já operam redes de qualidade de água e que podem expandi-las imediatamente: CE, DF, MG e SP. O segundo grupo tem 11 estados (BA, ES, GO, MT, MS, PB, PR, PE, RJ, RN e RS) e engloba aqueles que já operam redes, mas que precisam aumentar a capacidade de operação dos pontos da RNQA, especialmente no que se refere à capacitação dos seus técnicos e laboratórios. O terceiro grupo é formado por 12 estados em que o monitoramento é inexistente ou não está consolidado: AC, AL, AP, AM, MA, PA, PI, RO, RR, SC, SE e TO.

Na prática, a ANA premia os Estados por atingimentos de metas relacionadas ao monitoramento e à divulgação dos dados de acordo com as premissas previstas na Resolução ANA nº 643/2016. São estabelecidas também metas estruturantes que definem objetivos a serem alcançados em termos de padronização, capacitação e melhoria das práticas de laboratório, visando melhorar a qualidade do dado e da informação gerados. A certificação das metas é realizada duas vezes por ano para as metas de monitoramento e uma vez ao ano para as metas estruturantes. O prêmio é calculado considerando um valor



unitário por ponto da RNQA de R\$ 1.100,00 com reajuste anual pelo INPC. O não atingimento das metas estruturantes podem levar a descontos no prêmio pago pelas metas de monitoramento do semestre em questão.

A adesão ao Programa é voluntária. Para participar a UF deve enviar Ofício à ANA solicitando adesão ao QUALIÁGUA e indicando a Instituição Executora - IE que realizará o monitoramento. Essa IE deve fazer parte da Administração Pública Estadual e deter competências legais relacionadas à gestão de recursos hídricos e/ou meio ambiente. Em 2016 foram celebrados contratos com 15 estados: Minas Gerais (IGAM), São Paulo (CETESB), Mato Grosso do Sul (IMASUL), Sergipe (SEMARH), Rio Grande do Sul (FEPAM), Ceará (SEMACE e COGERH), Mato Grosso (SEMA), Tocantins (SEMARH), Bahia (INEMA), Paraná (IAP), Acre (SEMA), Rio Grande do Norte (IGARN), Rondônia (SEDAN), Pará (SEMAS) e Roraima (FEMARH). Em 2017 foram celebrados com outros 5 estados: Alagoas (SEMARH), Espírito Santo (AGERH), Maranhão (SEMA), Paraíba (AESA) e Pernambuco (APAC). A divulgação dos dados de qualidade da água desses 20 estados está disponível no portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH. Para maiores informações acessar <http://portalpnqa.ana.gov.br/Qualiagua.aspx> e <http://www.snirh.gov.br/>.

Quantidade alcançada: 20 Unidades da Federação

Data de Referência: 29/12/2017

Classificação da meta: Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas: Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas: Meta com andamento adequado.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	3	29/12/2017
Região Nordeste	6	unidade	4	29/12/2017
Região Sudeste	4	unidade	3	29/12/2017
Região Sul	2	unidade	2	29/12/2017

Meta: 041Q - Elaborar 3 planos de bacias interestaduais e respectivos estudos de enquadramento

Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

Instituição Responsável pela Apuração: MMA/ANA/SPR

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Em 2016 foi concluído o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paranapanema (Região Hidrográfica do Paraná).

Em 2017 a meta foi alcançada com a aprovação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da bacia do rio Grande (Região Hidrográfica do Paraná), pelo Comitê de Bacia na plenária realizada no dia 14/11/2017, em Jaboticabal/SP; e do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai, aprovado pelo GAP – Grupo de Acompanhamento do Plano na reunião realizada no dia 13/12/2017, em Cuiabá/MT. O plano será encaminhado ao CNRH para apreciação final. As publicações dos Resumos Executivos dos referidos planos está prevista para o primeiro semestre de 2018.

Quantidade alcançada: 3 planos de bacia interestaduais

Data de Referência: 29/12/2017

Classificação da meta: Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas: Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas: Meta com andamento adequado.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Paraguai	1	unidade	1	29/12/2017
Região Hidrográfica Paraná	2	unidade	2	29/12/2017

Meta: 041M - Implementar as ações de gestão previstas em planos de recursos hídricos de 2 bacias interestaduais

Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

Instituição Responsável pela Apuração: MMA/ANA/SPR

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Em 2017 a meta foi alcançada. Estão em andamento a implementação de ações de gestão previstas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu e no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paranapanema, a saber:

Bacia dos rios Piancó-Piranhas-Açu:

- Continuidade dos serviços técnicos de apoio em campo às ações de gestão e regulação de usos da água na bacia;
- Continuidade dos estudos de análise custo-benefício de medidas de adaptação às mudanças climáticas na bacia;
- Continuidade da implementação da alocação negociada de água em reservatórios estratégicos na bacia;
- Celebração de convênio para elaboração de estudo de viabilidade e projeto básico do Sistema Adutor Regional do Seridó;
- Continuidade dos trabalhos da secretaria executiva do Comitê da Bacia;
- Desobstrução de trechos críticos dos rios Aguiar, Piancó e Piranhas;
- Execução de batimetria em 12 reservatórios na bacia;
- Articulação com os municípios da bacia para elaboração de projetos de reuso de água;
- Recuperação de estruturas hidromecânicas nos açudes Itans, Cruzeta e Sabugi.



Bacia do rio Paranapanema:

Elaboração de Termos de Referência para contratação de estudos previstos no Plano de Recursos Hídricos da Bacia, nos seguintes temas: avaliação do impacto da variação do regime operacional dos reservatórios; elaboração de proposta de enquadramento de cursos d'água federais; apoio para estimar carga poluidora gerada pela indústria; apoio para caracterizar o perfil de uso da água na indústria; apoio para realizar inventário de reservatórios de água e identificar novas alternativas de reservação de água.

Quantidade alcançada: 2 bacias interestaduais

Data de Referência: 29/12/2017

Classificação da meta: Andamento adequado

Medidas a serem adotadas: Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas: Meta com bom andamento.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	1	unidade	1	29/12/2017
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	1	unidade	1	29/12/2017

Meta: 041L - Implementar regras de uso da água em 5 bacias ou sistemas hídricos interestaduais com criticidade quali-quantitativa

Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

Instituição Responsável pela Apuração: MMA/ANA/SRE

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A alocação de água é um processo de gestão empregado para disciplinar usos múltiplos em sistemas hídricos assolados por estiagens intensas, pela emergência ou por forte potencial de conflito pelo uso da água. Nesses sistemas, os critérios estatísticos utilizados para emissão de outorgas podem ser excessivamente otimistas em situações de escassez prolongada e, portanto, não seriam suficientes para minimizar o colapso dos mananciais, caso não seja efetivada a recarga prevista ao final dos meses mais chuvosos do ano.

Em síntese, a alocação compreende o diagnóstico do conflito, a promoção de regras de convivência entre usuários (marcos regulatórios), o levantamento de ações estruturais e não estruturais necessárias à sustentabilidade da gestão e a realização de reuniões públicas com a participação dos órgãos gestores federal e estaduais de recursos hídricos, dos usuários de água, dos operadores de reservatório e da sociedade em geral. Dentre as ações necessárias à gestão estão a implantação de comissões locais de água e de programas para operação, manutenção e monitoramento da infraestrutura hídrica. A seguir são apresentadas informações do andamento da alocação negociada de água em 6 bacias hidrográficas:

1. Bacia Hidrográfica do Rio Negro (RS): discussão e definição de regras de uso por meio da Resolução nº 1.310/2015.
2. Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus (MG/ES): discussão e definição de regras de restrição de uso por meio de Ofício Circular nº23/2016/SRE-ANA (Doc. nº 30334/2016).
3. Bacia Hidrográfica do Rio São Marcos (GO/MG/DF): (i) discussão de prioridades de uso junto ao comitê de bacia, (ii) preparação de termo de referência (minuta preliminar em andamento) para contratação de empresa para apoio técnico ao monitoramento de usos, monitoramento hidrológico e acompanhamento da situação de barragens, (iii) articulação com os órgãos gestores estaduais com vistas à coordenação das ações e definição de regras conjuntas.
4. Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (AL/SE/PE/BA/MG/GO/DF): instituição de grupo de trabalho e discussões sobre regras gerais de operação dos reservatórios da bacia.
5. Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (BA/MG): (i) Definição de regras de alocação de água e (ii) intensificação do monitoramento de usos durante a estiagem (SFI).
6. Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas Açú (PB/RN): (i) Definição de regras especiais para a atual situação extrema de escassez hídrica; (ii) discussão e aprovação no comitê de bacia de regras gerais no âmbito do plano de bacia; (iii) implantação de escritório técnico na bacia por meio de Contrato específico nº 63/2016/ANA, para apoio à implementação das regras.

Quantidade alcançada: 6 regras de uso

Data de Referência: 29/12/2017

Classificação da meta: Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas: Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas: Meta alcançada.

INICIATIVAS

Iniciativa: 04MM - Ampliação da quantidade de dados e informações disponíveis à sociedade no Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA



Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Esta iniciativa visa atender ao objetivo estratégico da ANA: 6 - Implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos e o objetivo derivado 6.2 - Implementar os instrumentos de gestão da Lei nº 9.433. No que se refere aos Resultados Esperados, no nível tático do planejamento estratégico da ANA esta iniciativa está contida no resultado 5 - Instrumentos de gestão dos recursos hídricos implementados de forma integrada nas bacias. Em 2016, esta iniciativa teve como ponto central o lançamento do novo portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH durante o Seminário sobre a Crise Hídrica e a Segurança de Barragens no Brasil, em celebração ao Dia Mundial da Água realizado no dia 22 de março de 2016. Esse novo portal é resultado das ações de unificação da base de informações do SNIRH e do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, publicado pela Agência Nacional de Águas em atendimento à Resolução nº 58/2006 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. Neste novo portal, que é responsivo aos dispositivos móveis (smartphones e tablets), os usuários tem acesso livre as informações georreferenciadas sobre aproximadamente 38 temas de recursos hídricos, organizados em 10 grupos: Divisão Hidrográfica, Quantidade de Água, Qualidade de Água, Usos da Água, Balanço Hídrico, Eventos Hidrológicos Críticos, Institucional, Planejamento, Regulação de Usos e Programas. Além dos mapas, também estão disponíveis acesso aos metadados (dados sobre as informações) de cada tema, acesso a vídeos educativos, tutoriais, livros digitais e publicações, todas relacionadas a cada um dos temas apresentados. Os usuários também têm acesso à lista de sistemas computacionais desenvolvidos pela ANA e que estão disponíveis para os usuários de recursos hídricos. Sistema HIDRO, Sistema HidroWeb, Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR), HidroSat, Sistema CNARH 1.0, CNARH40, Sistema do Atlas de Abastecimento, são alguns dos sistemas disponibilizados no Portal do SNIRH.

Em 2017 deu-se continuidade a ampliação de informações no Sistema, com base nos estudos realizados pela Agência que geraram novas bases de dados ou atualização das bases existentes. Como exemplo pode-se citar as informações sobre saneamento oriundas do Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas; informações sobre irrigação oriundas do Atlas de Irrigação e o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – 2017.

Iniciativa: 04MN - Aprimoramento e expansão de dados e informações de volume de água do Sistema de Acompanhamento de Reservatórios – SAR

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Em 2016 foram incorporadas no módulo dos reservatórios do Sistema Interligado Nacional as informações relativas às Restrições Operativas Hidráulicas contidas no inventário do Operador Nacional do Sistema Elétrico e às características físicas dos aproveitamentos. Essas informações estão na área de administração do SAR, com acesso restrito, por enquanto.

Foram instaladas réguas linimétricas em açudes selecionados na Região Nordeste. Os dados lidos são coletados e disponibilizados no banco de dados de estações fluviométricas da ANA pela Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica - SGH. O SAR incorporará esses dados, melhorando a frequência de atualização dos dados para esses açudes.

Em 2017 o SAR foi migrado para a plataforma de software utilizada no SNIRH e passou a contar com novas funcionalidades como a visualização de gráficos de dados históricos dos reservatórios. Além disso, houve a inclusão dos reservatórios do Sistema Cantareira e a incorporação de alguns dados provenientes de réguas linimétricas de açudes selecionados na Região Nordeste. Os demais dados que utilizam essa fonte estão em processo de validação pela SOE e poderão ser incorporados posteriormente. Futuramente serão implementadas melhorias, contemplando a possibilidade de seleção de layers nos mapas, mais opções no layout dos gráficos de dados históricos dos reservatórios, além da inclusão dos principais reservatórios do Distrito Federal.

Iniciativa: 04MO - Realização da batimetria dos principais reservatórios federais de usos múltiplos

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Por meio do Programa INTERÁGUAS, foi realizada licitação com o objetivo de se realizar contratação de empresa especializada na prestação de serviços de levantamentos aerofotogramétricos da parte seca e batimétricos da parte submersa, com o fim de atualização das curvas Cota x Área x Volume de 30 açudes da região do semiárido. A justificativa para a atualização das curvas Cota x Área x Volume é que atualmente não se sabe exatamente qual é o volume disponível de água nesses reservatórios, uma vez que o fenômeno do assoreamento acarreta a redução do volume disponível, comprometendo a confiabilidade das simulações matemáticas e projeções de deplecionamento, o que pode comprometer o processo de tomada de decisão, inerente à gestão dos recursos hídricos.

Desses 30 açudes, em 22 foram realizados os levantamentos aerofotogramétricos e batimétricos em 2017, assim como foram calculadas as curvas atualizadas, a saber: Coremas, Mãe d'Água, Engenheiro Ávidos, São Gonçalo, Epitácio Pessoa (Boqueirão), Lagoa do Arroz, Pilões, Santa Inês, Jatobá II, Armando Ribeiro Gonçalves, Mendubim, Itans, Sabugi, Estreito, Zabumbão, Champrão, Truvisco, Ceraíma, Engenheiro Severino Guerra (Bituri), Belo Jardim, Rosário e Bocaina. Restando ainda oito açudes, que são: Cocorobó, Cova da Mandioca, Anagé, Luís Vieira (Brumado), Bico da Pedra, Jucazinho, Poço da Cruz e Pedra Redonda.

Iniciativa: 04MQ - Ampliação da cooperação e do intercâmbio de informações hidrológicas e de recursos hídricos entre os Países da Bacia Amazônica

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA



Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: As ações de cooperação técnica e intercâmbio de informações hidrológicas entre os Países da Bacia Amazônica tiveram uma grande evolução em 2017, tanto no que se refere à implementação de projetos bilaterais com Bolívia, Equador, Guiana e Peru, como nas ações implementadas na iniciativa regional do Projeto Amazonas: Ação Regional na Área de Recursos Hídricos (ANA/ABC/OTCA).

Os principais resultados dos projetos bilaterais corroboram para o fortalecimento das instituições responsáveis pela gestão de recursos hídricos, em projetos que apoiam o intercâmbio de informações técnicas, a doação de equipamentos (Plataformas de Coleta de Dados - PCDs e Sala de Monitoramento) e a capacitação de técnicos especialmente em temas tais como o planejamento de recursos hídricos, o monitoramento hidrológico e a prevenção e mitigação de eventos hidrológicos críticos. Todos esses projetos terão atividades a serem realizadas em 2018.

No âmbito regional, em 2017, alguns problemas diplomáticos impediram a continuação do "Projeto GEF Amazonas" – que visa fortalecer o marco institucional para planejar e executar as atividades de proteção e gerenciamento sustentável dos recursos hídricos. Os referidos problemas foram sanados no final do ano e este projeto deverá ter atividades em 2018, devendo a contribuição in kind da ANA se restringir à participação em algumas missões técnicas. Com relação ao "Projeto Amazonas: Ação Regional na Área de Recursos Hídricos" – que visa uma maior articulação institucional traduzida na proposição e apoio à instalação de uma rede hidrometeorológica da Bacia Amazônica de interesse dos países envolvidos –, os bons resultados de 2017 ensejaram a negociação de uma nova fase de quatro anos, com recursos repassados pela ANA à ABC e OTCA da ordem de R\$ 6.000.000 (seis milhões de reais). Todos os projetos de cooperação técnica implementados pela ANA na região amazônica, discutidos e elaborados previamente com as instituições dos diferentes países e com as instituições coordenadoras da cooperação técnica oficial (Agência Brasileira de Cooperação e áreas técnicas e políticas do Ministério das Relações Exteriores), para os projetos bilaterais, e com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, no caso da iniciativa regional, contribuem para assegurar a implementação dos programas e o alcance dos objetivos e metas governamentais referentes à gestão de recursos hídricos. Os pontos mais relevantes a serem destacados em sua implementação são a constatação do fortalecimento institucional, notadamente em função das ações de capacitação, e o intercâmbio de conhecimentos e informações, o que tem contribuído para as ações da ANA nesta importante bacia hidrográfica.

Iniciativa: 04MR - Execução de campanhas de regularização de usos dos setores de hidroenergia, saneamento, irrigação e indústria, em bacias interestaduais com criticidade quali-quantitativa

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: A ANA iniciou a execução dessa ação pelo setor de saneamento e setor elétrico.

Para o setor de Saneamento foram realizadas em 2016 as seguintes atividades:

(i) diagnóstico dos municípios quanto ao uso dos recursos hídricos ou lançamento de esgotos, em águas de domínio da União:

O diagnóstico realizado para o setor possibilitou identificar que 152 municípios brasileiros usam águas em rios de domínio da União, mas possuem pendências quanto a regularização desse uso junto a ANA.

Assim sendo, com o objetivo de verificar a metodologia proposta para a realização das ações de regularização dos usos dos recursos hídricos, foram priorizados os municípios localizados em trechos de especial interesse para a gestão de recursos hídricos e população urbana superior a 10.000 habitantes, totalizando 31 municípios.

Está em fase de execução as ações de contato com estas prefeituras, para cadastramento do uso de recursos hídricos no Cadastro Nacional de Recursos Hídricos - CNARH e orientações sobre o passo a passo para solicitação da regularização do uso junto a ANA.

Exemplo bem-sucedido da execução desta ação é a Prefeitura Municipal de Patrocínio do Muriaé – MG que retificou seu cadastro no CNARH e deu entrada, na ANA, na solicitação da regularização do lançamento de efluentes do município no Rio Muriaé, rio de domínio da União.

(ii) aperfeiçoamento dos procedimentos para protocolos de compromisso vigentes na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Portaria ANA nº 283/2016):

A ANA, visando a regularização dos municípios da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, cujos lançamentos de efluentes comprometem as classes de uso estabelecida para o corpo hídrico, propôs pactuar prazos e meta com estes municípios para implantação e/ou melhoria nos sistemas de tratamento de efluentes dos municípios, por meio da celebração de Protocolos de Compromisso (PC).

O Processo de regularização do lançamento de esgoto sanitário pelos municípios é complexo, uma vez que a implantação deste tipo de empreendimento envolve ações de longo prazo, incluindo a elaboração de projetos e execução de obras para coleta, tratamento e lançamento do esgoto.

Desta forma, a ANA reavaliou em 2016 os 12 protocolos de compromissos vigentes e concluiu que: em 04 deles deveria ser realizada uma repactuação, e em outros 04 encaminhar ofício solicitando informação sobre o estágio de elaboração dos projetos.

Vale ressaltar que, os demais municípios já estão em fase final de conclusão das obras, e já deram entrada nos pedidos de outorga junto à ANA, a exemplo dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios de Guaratinguetá/SP e Tombos/MG.

A baixa capacidade institucional e operacional dos municípios, bem como as dificuldades de obtenção de financiamento para implantação das obras, são os principais entraves para o andamento destas ações (i e ii).

(iii) discussão e elaboração de regras e diretrizes para regularização desses usos;

A resolução ANA nº 1305/2015 determinou que os empreendimentos hidrelétricos em operação comercial em cursos d'água de domínio da União, que não tenham outorga de direito de uso de recursos hídricos emitida pela ANA, e cujas concessões ou autorizações tenham sido emitidas até a edição da Resolução ANA nº 131, de 11 de março de 2003, deverão solicitar outorga. Até o fim de novembro de 2016, foram encaminhadas à Agência os pedidos de outorga dos aproveitamentos localizados nas bacias dos rios Pardo e Grande; e, conforme o cronograma estabelecido, até o final de 2017, os pedidos de outorga dos aproveitamentos localizados nas bacias dos rios Paraíba do Sul, São Francisco e Parnaíba. A expectativa é de que, até o fim de 2018, sejam recebidos os pedidos da bacia do rio Paranapanema.

Com relação ao setor elétrico, em 2017 a Agência desenvolveu ações para acompanhar a implementação dos aproveitamentos hidroelétricos e a posterior operação com o objetivo de verificar o cumprimento das condicionantes de outorga. A exemplo das ações realizadas nos empreendimentos UHEs de Jirau, Santo Antonio e Tucuruí o acompanhamento das condicionantes de outorga gerou atuações para regularização. Quanto a UHE Belo Monte tem sido realizada acompanhamento sistemático do cumprimento das condicionantes da outorga e das condições de operação do empreendimento.

Iniciativa: 04MS - Automação e regulamentação de novos procedimentos e critérios de outorga em bacias críticas e setores usuários específicos



Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Em 06 de novembro/2017, entrou no ar o Sistema Federal de Regulação de Usos – Regla. Com a implementação desse sistema, os pedidos de regularização de usos de recursos hídricos de domínio da União, para todas as bacias e setores usuários, estão sendo realizados pela Internet e os procedimentos de análise, parcialmente automatizados. Paralelamente à operação desses sistemas, a SRE, SFI, SPR, CEDOC e STI estão promovendo os ajustes e os aprimoramentos necessários ao perfeito funcionamento desses sistemas. Para a implementação do sistema foi necessário compatibilizar os regulamentos pertinentes à área de regulação dos usos de recursos hídricos no âmbito da ANA. Dessa forma, foram identificadas dezoito normas que passaram por revisão e atualização, que resultaram em 6 resoluções normativas, as quais foram publicadas concomitantemente com a entrada dos sistemas no ar. Complementarmente, há uma proposta para alterar essa iniciativa para "04MS - Automação e regulamentação de novos procedimentos e critérios de outorga", pois automação e a regulamentação não são exclusivas de bacias críticas ou setores específicos.

Iniciativa: 04MT - Otimização da operação de reservatórios por meio da revisão de condições gerais e restrições operativas definidas em outorgas e do apoio a eventuais adaptações de usos da água

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: A Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 1305/2015 determinou que os empreendimentos hidrelétricos em operação comercial em cursos d'água de domínio da União que não tenham outorga de direito de uso de recursos hídricos emitida pela ANA e cujas concessões ou autorizações tenham sido emitidas até a edição da Resolução ANA nº 131, de 11 de março de 2003, deverão solicitar outorga à ANA. A expectativa é de que, até 2018, sejam recebidos os pedidos das hidrelétricas instaladas na bacia do rio Paranapanema.

Iniciativa: 04MU - Definição de regras operacionais em reservatórios e sistemas hídricos estratégicos para a compatibilização dos usos múltiplos da água, principalmente em situações de conflito de uso e escassez hídrica

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA



Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Sistema Hidráulico Paraíba do Sul

Os efeitos da crise hídrica que atingiu a bacia do rio São Paraíba do Sul entre 2014 e 2015 demonstraram a necessidade de se estabelecer novas condições de operação para o conjunto de reservatórios que compõem esse sistema hidráulico. Assim, com o objetivo de aumentar a segurança hídrica do sistema, a Resolução Conjunta ANA/DAEE/IGAM/INEA nº 1.382 foi publicada em 2015, mas somente passou a vigorar em dezembro de 2016, com os níveis de armazenamento dos reservatórios recuperados. Em 2017, o Sistema Hidráulico Paraíba do Sul foi operado em conformidade com as condições estabelecidas na Resolução Conjunta nº 1382/2015.

Desde junho de 2017, o Grupo de Assessoramento à Operação do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul – GAOPS, criado por exigência da Resolução Conjunta nº 1382/2015, passou a realizar reuniões mensais com o objetivo de promover o acompanhamento permanente da operação do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul a fim de possibilitar o cumprimento das condições de operação estabelecidas na Resolução Conjunta. O GAOPS é composto por representantes da ANA, que o coordena, do DAEE, IGAM, INEA, ONS e CEIVAP.

Bacia do rio São Francisco

A bacia do rio São Francisco vem enfrentando, desde 2012, condições hidrológicas adversas, com vazões e chuvas abaixo da média. A necessidade de preservar o estoque de água disponível nos reservatórios da bacia, face sua importância para o atendimento dos usos múltiplos, em particular ao abastecimento de várias cidades, tem levado à emissão de sucessivas resoluções que autorizam a redução das vazões mínimas defluentes dos reservatórios Sobradinho e Xingó.

Desde 2013, a ANA instalou a Sala de Crise com o objetivo de promover o acompanhamento sistemático dos impactos sobre os usos da água em estreita articulação com os diferentes usuários da bacia. Com reuniões semanais em 2017, a Sala de Crise reuniu representantes dos órgãos gestores de recursos hídricos dos Estados de Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco, de Alagoas e de Sergipe, do Setor Elétrico (Ministério das Minas e Energia - MME, ONS, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, CHESF e Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG), do Setor de Navegação (Ministério dos Transportes - MT, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e Marinha do Brasil), da Agricultura Irrigada (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF, Distrito de Irrigação Tourão, Distrito de Irrigação Jaíba e Distrito de Irrigação Nilo Coelho), do IBAMA, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – Cemaden, e com a participação franqueada ao Ministério Público.

Atualmente encontra-se em vigor a Resolução nº 1.943, de 6 de novembro de 2017, que autoriza, até 30 de abril de 2018, a redução da vazão mínima liberada dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos de Sobradinho e Xingó, no rio São Francisco, de 1.300 m³/s para média diária de 550 m³/s e instantânea de até 523 m³/s.

A necessidade de reformular as condições de operação dos reservatórios da bacia do rio São Francisco ficou latente durante o processo de gestão dos efeitos adversos da atual seca na bacia. Ficou claro que o aumento da resiliência da bacia para o enfrentamento de períodos críticos demandava uma revisão nas condições de operação então estabelecidas, com o objetivo de, no longo prazo, aumentar a segurança hídrica para toda a área de influência do rio São Francisco.

Isto posto, em 4 de dezembro de 2017, a ANA publicou a Resolução nº 2.081 estabelecendo novas condições para a operação do Sistema Hídrico do Rio São Francisco, que compreende os reservatórios de Três Marias, Sobradinho, Itaparica, Moxotó, Paulo Afonso I, II, III, IV e Xingó.

Entre as condições estabelecidas na Resolução, destacam-se a adoção de condições de operação distintas para os períodos úmido e seco, possibilitando que o rio tenha vazões mais aderentes à sazonalidade da estação, e o estabelecimento de condições de contorno para a realização de pulsos de vazão dos reservatórios de Três Marias e Xingó para alimentar as lagoas marginais, importantes para a manutenção da biodiversidade na bacia.

Para que essa Resolução passe a vigorar é necessário que a ANA emita um comunicado, o que, por sua vez, será feito assim que o Sistema recuperar níveis de armazenamento que permitam a aplicação das novas condições.

Sistema Cantareira

Formado por reservatórios, túneis e canais que captam e desviam água de cursos de água da bacia do rio Piracicaba para a bacia do rio Juqueri, realizando a transposição de águas para a bacia do Alto Tietê, o Sistema Cantareira constitui o maior sistema produtor de água da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Entre julho de 2014 e dezembro 2015, período caracterizado pelas baixas afluências ao Sistema, o reservatório equivalente do Sistema Cantareira, formado pela soma dos volumes dos reservatórios de Atibainha, Jaguari-Jacaré e Cachoerinha, operou com volumes bombeados abaixo dos níveis mínimos operacionais. No segundo semestre de 2016, houve a recuperação do armazenamento do Sistema Cantareira a níveis que deram maior segurança hídrica e que permitiram a volta da normalidade.

Em 2017, ANA e DAEE, reconhecendo a importância dos impactos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos, especialmente no agravamento de eventos hidrológicos críticos, e visando à segurança hídrica, emitiram a Resolução Conjunta ANA/DAEE N 925 que estabelece novas condições de operação para o Sistema Cantareira.

Sustentabilidade da Hidrovia Tietê-Paraná

Em consequência do atraso no início do período úmido 2017/2018, dos baixos níveis de armazenamento observados nos reservatórios do Sistema Interligado Nacional – SIN em outubro de 2017, com destaque para os reservatórios das bacias dos rios Grande e Paranaíba, assim como das expectativas de precipitações abaixo da média para o último trimestre de 2017, a ANA, com o objetivo de discutir a sustentabilidade da navegação comercial na hidrovia Tietê-Paraná, passou a coordenar reuniões com os atores envolvidos com a temática.

Com os entendimentos alcançados nessas reuniões e informações sobre previsões climáticas estendidas de até 15 ou 30 dias, foi possível garantir a cota mínima de 325,4 m nos reservatórios de Ilha Solteira e Três Irmãos, evitando-se assim a interrupção na navegação da hidrovia Tietê-Paraná a exemplo do que aconteceu em 2014.

Sala de Crise da Bacia do Rio Tocantins

Desde 2015, a bacia do rio Tocantins vem enfrentando condições hidrometeorológicas desfavoráveis, com vazões e precipitações abaixo da média. As baixas precipitações e vazões na bacia do rio Tocantins ao longo de 2016 e 2017 impossibilitaram a recuperação dos reservatórios de acumulação, em particular Serra da Mesa, concebido para regularizar a cascata de geração hidrelétrica na bacia.

Tendo como exemplo a gestão da crise hídrica que vem sendo enfrentada na bacia do rio São Francisco, a ANA instituiu, em agosto de 2017, a Sala de Crise da Bacia do Rio Tocantins para acompanhamento sistemático dos eventuais impactos acarretados pela escassez hídrica com estreita articulação com os diferentes usuários da bacia.

As reuniões da Sala de Crise ocorrem quinzenalmente e visam debater as condições de operação dos reservatórios da calha do rio Tocantins, como Serra da Mesa e Estreito, com o intuito de preservar os estoques de água da bacia e garantir a continuidade do atendimento aos usos múltiplos do recurso. Dos encaminhamentos oriundos da Sala de Crise, destaca-se a garantia de atendimento de uma vazão mínima de 744 m³/s a jusante da UHE Estreito com vistas a manutenção da captação da cidade de Imperatriz/MA.



Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Foram realizadas alocações de água em 34 sistemas hídricos do semiárido, sendo: 11 na Bahia; 2 interestaduais, na Bahia e em Minas Gerais; 2 em Minas Gerais; 3 na Paraíba, 8 em Pernambuco; 3 no Piauí e 5 no Rio Grande do Norte.

Foram editados 10 marcos regulatórios em sistemas hídricos dos estados da Bahia e de Minas Gerais, nos quais os processos de alocação de água já eram considerados consolidados. E encaminhadas propostas de outros 11 aos respectivos órgãos gestores de recursos hídricos dos estados das Minas Gerais, da Paraíba e de Pernambuco para discussão.

As informações relativas às alocações de água e aos marcos regulatórios estão disponíveis no site de ANA, no seguinte link: http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/gestao-da-agua/resolucoes-e-normativos/regras-especiais-de-uso-da-agua/copy_of_regras-especiais-de-uso-da-agua.

As maiores dificuldades enfrentadas, além da própria estiagem que assola o semiárido há 6 anos, são: i) o péssimo estado de conservação e manutenção dos dispositivos hidromecânicos dos reservatórios, que na maioria dos casos não permite a implementação das regras operacionais; ii) a falta de limpeza e conservação das calhas dos cursos d'água, que dificultam o fluxo da água a baixas vazões e provocam grandes perdas; iii) a insuficiência de dispositivos ou estações para monitoramento de vazões efluentes de reservatórios; iv) a indisponibilidade de recursos humanos e financeiros dos Estados para realização de ações de regulação e fiscalização; v) a insuficiência da infraestrutura hídrica (adutoras, poços, PISF, novos reservatórios, sistemas localizados de abastecimento de água para comunidades rurais) capaz de dotar os sistemas hídricos de flexibilidade operacional e prover os sistemas públicos de abastecimento de água de alguma segurança hídrica.

Apesar das dificuldades apontadas, as alocações de água têm permitido o estabelecimento de regras de convivência entre os usuários e a atenuação dos conflitos pelo uso da água, sobretudo a partir do nivelamento do conhecimento acerca do sistema hídrico (disponibilidade, demandas, condições operacionais, etc.), da participação dos usuários e interessados nas decisões acerca do uso da água e da atuação integrada da ANA e dos órgãos gestores de recursos hídricos dos Estados.

Foram firmados três Termos de Execução de Descentralizada – TED para ações emergenciais em sistemas hídricos do semiárido, justamente para contornar algumas daquelas dificuldades apontadas acima. Dois TEDs firmado com o DNOCS: um para melhoria das condições de escoamento da água em trechos dos rios Aguiar, Piancó e Piranhas, na bacia hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu; e um para recuperação emergencial de estruturas hidromecânicas dos reservatórios Truvisco (BA), Itans, Cruzeta e Santo Antônio (RN). E um TED firmado com a CODEVASF para recuperação emergencial de estruturas hidromecânicas dos reservatórios Estreito e Cova da Mandioca (BA-MG), Ceraíma (BA) e Bico da Pedra (MG).

Iniciativa: 04MW - Regulamentação e apoio técnico à operação e manutenção dos serviços de adução e reservação de água bruta, incluindo o Projeto de Integração do São Francisco - PISF, açudes, perímetros irrigados e sistemas adutores

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: No ano de 2017 as principais ações executadas foram:

(a) Diversas reuniões no âmbito do Grupo de Trabalho Interinstitucional (criado pela Portaria Interministerial nº 3, de 14 de agosto de 2015) sobre implementação da cobrança pelo serviço de adução de água bruta nos estados beneficiados, cessão de uso e operação e manutenção dos reservatórios aos estados, contratos entre a Codevasf (operadora federal do PISF) e estados, bem como sobre a elaboração do Plano de Gestão Anual (PGA);

(b) Elaboração de estudos para estabelecer as condições gerais de prestação do serviço de adução de água bruta pela Codevasf no âmbito do PISF; realização da audiência pública nº 001/2017; e, após análise das contribuições recebidas, foi publicada a Resolução ANA nº 2.333 de 27 de dezembro de 2017, regulamentando a matéria;

(c) Elaboração do Manual de Contabilidade e o Manual de Procedimentos para Gestão de Ativos Imobilizados, aplicados ao PISF, bem como a realização da audiência pública (nº 003/2017) com o objetivo de colher contribuições para a melhoria dos Manuais.

(d) Conclusão da Audiência Pública nº 002/2016 (período de contribuição de 26/12/2016 a 26/02/2017), cujo objeto foi a metodologia de cálculo das tarifas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, contida na Nota Técnica Conjunta nº 1/2016/COSER/SRE/SAS. Após a Audiência Pública, foi elaborada a Nota Técnica Conjunta nº 1/2017/COSER/SRE/SAS, de 02/06/17, que apresentou nova versão da metodologia de cálculo das tarifas do PISF, incorporando as contribuições recebidas durante a audiência pública.

Iniciativa: 04MX - Avaliação da contribuição das águas subterrâneas na vazão do rio em bacia de rio de domínio da União, de forma a orientar a tomada de decisão integrada na aplicação de instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídrico (PNRH).

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Em 2017 foi elaborado Projeto Básico com vistas à contratação de estudo para a avaliar o escoamento de base de rios federais e principais tributários em bacias pilotos. Tal estudo vai ao encontro dessa iniciativa, com previsão para contratação em 2018.

Iniciativa: 04MY - Avaliação do efeito da cobrança pelo uso da água nas bacias dos rios Piracicaba-Capivari-Jundiá (PCJ) e do São Francisco

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA



Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Ao final do ano de 2015, a ANA firmou um Acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) objetivando a realização de um “diálogo de políticas para reforçar a eficiência da governança e gestão de recursos hídricos no Brasil através de uma análise econômica robusta, avaliação com base em evidências, e recomendações de políticas, sobre como implementar e gerir os instrumentos econômicos de gestão de recursos hídricos de uma forma que contribua para os objetivos de políticas de recursos hídricos e amplie a abrangência de prioridades políticas, incluindo crescimento sustentável e adaptação a mudanças climáticas”. O Diálogo foi desenvolvido durante os anos de 2016 e 2017, focando a cobrança pelo uso de recursos hídricos no Brasil, resultando no Relatório “Cobranças pelo uso de recursos hídricos no Brasil - Caminhos a seguir”, disponível em http://www.oecd-ilibrary.org/environment/cobrancas-pelo-uso-de-recursos-hidricos-no-brasil_9789264288423-pt. O Relatório apresenta a avaliação da cobrança e recomendações que deverão ser observadas pela ANA e pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) na implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos no País a partir do exercício de 2018.

Iniciativa: 04MZ - Formação e capacitação de recursos humanos no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) para a participação da sociedade na gestão das águas superficiais e subterrâneas

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Ao longo de 2016, 14.100 pessoas foram capacitadas e receberam diploma. Essas capacitações envolveram 5.200 horas de carga horária, oferecida por meio de 407 turmas. Maiores informações poderão ser obtidas por meio do ‘Portal de Capacitação para o SINGREH’ (<http://capacitacao.ana.gov.br/Paginas/default.aspx>). Em 2017, foram capacitadas mais de 16 mil pessoas nos cursos à distância, semi-presenciais e presenciais. A parceria com a Universidade Estadual Paulista - UNESP na formulação da nova plataforma de cursos a distância permitiu um alcance muito maior de pessoas do que estava inicialmente previsto. Somente nesse projeto foram capacitadas mais de 15.500 pessoas, em mais de 260 turmas. Além disso, cerca de 500 pessoas concluíram cursos presenciais e semi-presenciais. Para a formação em nível de pós-graduação, foi lançado o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Regulação e Gestão de Recursos Hídricos – Pró-Recursos Hídricos (Chamada Capes-ANA no 16/2017). Em dezembro de 2017, foram selecionados 12 projetos que serão desenvolvidos em rede, dentre os 87 submetidos, para formação de mestres (24-60), doutores (24 a 26) e pós doutores (até 36) em oito áreas temáticas. Destaca-se também a ampliação da Rede Nacional do Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua), que passou de 6 para 14 universidades em 2017. Tanto o ProfÁgua como o Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Ambientais (ProfCiamb), com 11 Universidades, realizaram novos processos seletivos em 2017 para inclusão de alunos nos Programas. Foram produzidos, ou revisados diversos materiais didáticos (vídeos, apostilas, telas para ensino a distância, documentários, tutoriais) utilizados em cursos, palestras, seminários, etc. Todos os materiais produzidos em projetos apoiados pela ANA estão sendo organizados no ConheceRH – Acervo educacional sobre água, no Portal de Capacitação da ANA – capacitacao.ana.gov.br. Também nesse ano foram desenvolvidos os principais módulos do Sistema de Informações sobre Capacitação do SINGREH - SabeRH, que consolidará as informações sobre as pessoas e as atividades de capacitação coordenadas pela ANA. Em 2017, no âmbito dos programas PROGESTÃO e PROCIMITES, foi incorporada na metodologia para planejamento e monitoramento das metas de capacitação as competências mapeadas e descritas no DesenvolveRH. Além disso, encontra-se em fase final de desenvolvimento um aplicativo para interessados em se capacitar em temas relacionados à gestão de recursos hídricos. Esse aplicativo indicará as entregas (competências) esperadas por cada integrante do SINGREH, bem como a indicação de trilhas formativas customizadas para o alcance dos resultados institucionais. Foi ainda finalizada a avaliação de impacto da capacitação da ANA, projeto iniciado em 2016. Os produtos da consultoria demonstram estatisticamente que a Capacitação da ANA tem gerado impactos positivos na atuação de servidores, representantes de instâncias colegiadas, formadores de opinião, usuários e sociedade em geral. E adicionalmente foi intensificado o envolvimento da Coordenação de Capacitação do SINGREH - CCAPS no 8º Fórum Mundial da Água, iniciado no ano anterior, especialmente com relação ao Processo Cidadão. Foram realizadas todas as reuniões conhecidas como Pré-Forum, em todas as regiões do país e também em eventos internacionais, visando a mobilização para a participação no evento, que será realizado em Brasília em março de 2018. A proposta de criar a Universidade Aberta da Água – UNA Água foi apresentada e incorporada ao Projeto Legado em 2017. A proposta é que a UNA Água ofereça ensino gratuito, comprometido com a democratização do conhecimento e a redução da assimetria no acesso às informações. Considera-se viável essa proposta, a partir das bases para a atuação em rede já construídas pela área de capacitação ao longo dos anos: parcerias com diversas Instituições de Ensino e Pesquisa; ferramentas de gestão de conhecimento como o ConheceRH e o SabeRH; mapeamento de competências e elaboração de referenciais curriculares no Programa DesenvolveRH.

Iniciativa: 04N0 - Divulgação anual no Relatório de Conjuntura, da avaliação da rede de monitoramento e da situação quali-quantitativa dos recursos hídricos do país

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Em 2016 foi elaborado e publicado o Relatório de Conjuntura – Informe 2015 e assim como foi finalizada a impressão do Relatório de Conjuntura – Informe 2016, ambos contendo a situação quali-quantitativa dos recursos hídricos do país e a avaliação da rede de monitoramento. Em 2017, foi elaborado e publicado o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – 2017, em 06 de dezembro de 2017, com uma nova identidade gráfica e com linguagem mais acessível a toda a sociedade brasileira. Disponível em: <http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/relatorio-conjuntura-2017.pdf>

Iniciativa: 04N1 - Apoio e acompanhamento da elaboração e revisão dos planos estaduais de recursos hídricos, articulados ao Plano Nacional de Recursos Hídricos

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/SRHU



Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Em 2017 foi elaborado Termo de Referência e encaminhado, para a contratação no âmbito do Programa Interágua, de consultoria individual para a elaboração de um “Diagnóstico dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos apoiados pelo Ministério do Meio Ambiente e proposição de recomendações para os processos de fomento e acompanhamento junto aos Estados”.

A consultoria tem como objetivos específicos: i) Realizar um diagnóstico da situação dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos apoiados pelo MMA (elaborados, em elaboração ou revisão, em contratação ou em processo de convênio); ii) Propor recomendações para o aprimoramento dos processos de fomento e de acompanhamento da elaboração, revisão e implementação dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos; e iii) Propor mecanismos para o monitoramento integrado do Plano Nacional e dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos.

A contratação deverá ocorrer até abril de 2018 e o prazo para a sua execução é de seis meses.

Iniciativa: 04N2 - Revisão e acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, envolvendo os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e a sociedade

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/SRHU

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Considerando o processo de revisão do PNRH, conduzido pela SRHU/MMA, em articulação com esta CTPNRH/CNRH e com o apoio técnico da ANA, o CNRH deliberou na última reunião de 2016 (07 e 08 de dezembro) a Resolução que “Aprova as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020”, como resultado da segunda revisão do PNRH, recomendando seu encaminhamento em regime de urgência para a apreciação pelo Plenário do CNRH.

As prioridades, ações e metas do PNRH para 2016-2020 foram definidas por meio de consulta pública online aos membros de colegiados de recursos hídricos e à sociedade em geral e de Seminário Nacional, em setembro de 2016, para a consolidação dos resultados da revisão e proposição preliminar de ações e metas para a implementação das prioridades do PNRH, as quais foram objeto de consolidação e refinamento pela CTPNRH/CNRH e encaminhados à apreciação do Plenário via minuta de Resolução.

A partir da definição das Prioridades, Ações e Metas do PNRH para 2016-2020, como resultado da sua segunda revisão, o MMA, por meio da SRHQ, deu início ao acompanhamento das metas, a partir do conjunto de indicadores e marcos temporais definidos e pactuados com os executores. Ao final de 2017, foi apresentado o primeiro informe sobre a execução das metas à Câmara Técnica do PNRH e ao Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Além disso, foi aprovada pelo CNRH a Resolução nº 189, de 29 de junho de 2017, que estabelece que a aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos deverá priorizar para o exercício orçamentário de 2018 as Prioridades, Ações e Metas do PNRH.

Dentre as prioridades e metas do PNRH para 2016-2020, a Prioridade 9 “Compartilhar informações, em linguagem clara e acessível, a respeito da situação da qualidade e quantidade das águas e da sua gestão”, traz como metas “Elaborar estratégia de comunicação do PNRH” e “Disponibilizar a ferramenta Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos – SIGEOR/PNRH para as instituições do SINGREH”, ambas sob a responsabilidade do MMA, com prazo de dezembro de 2018.

Em relação à estratégia de comunicação, está em andamento a contratação de consultoria individual para a “Elaboração de Estratégia de Comunicação do Plano Nacional de Recursos Hídricos”, tendo em vista o processo para a elaboração do PNRH a vigorar em 2021. Além disso, os resultados da consultoria deverão contribuir para aprimorar e ampliar a comunicação sobre os resultados da implementação das Prioridades e Metas do PNRH para 2016-2020, aprovadas pela Resolução CNRH nº 181/2016, no âmbito do SINGREH e para a sociedade. Quanto à ferramenta do SIGEOR/PNRH, será desenvolvida internamente, a partir dos indicadores de monitoramento do PNRH, para a coleta das informações sobre o seu andamento junto aos executores e também para a divulgação dos resultados do PNRH.

Considerando seu papel de coordenar a elaboração e a atualização do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que se encontra no último ciclo de implementação, o MMA, por meio da SRQH, deu início a processo de contratação de consultoria especializada para elaboração de “Marco Lógico e Estratégia para a Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos a vigorar a partir de 2021”. Este marco lógico deverá ser aprovado pela CTPNRH e irá orientar os trabalhos e o envolvimento dos atores na construção do PNRH para 2021.

O Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, publicado anualmente, contém informações que contribuem para o acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Além disso, a ANA em 2017 contratou consultoria especializada para elaborar uma proposta sobre a inter-relação e escopo de planos de recursos hídricos (Nacional, Estaduais, Regiões Hidrográficas, Bacias interestaduais e afluentes), bem como da concepção do novo PNRH 2020, a ser discutida no âmbito do CNRH.

Iniciativa: 04N3 - Proposição de estratégias para promover o enquadramento dos corpos hídricos de domínio da União

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/SRHU

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: ANA

Foi elaborada a NT nº 78/2016/SPR (Doc. Próton nº 55938/2016) que apresenta estratégia para o aperfeiçoamento dos processos de elaboração e implementação de propostas de enquadramento.

E com base nos resultados divulgados em 2017 do Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas pretende-se propor a formulação e a adequação de propostas de enquadramento em bacias de rios de domínio da União.

Em 2017 não houve avanço em relação à contratação prevista pelo MMA, considerando que a ANA já vem conduzindo ações, envolvendo, inclusive, a Câmara Técnica do PNRH no CNRH, para o aperfeiçoamento dos processos de elaboração e implementação de propostas de enquadramento.

Iniciativa: 04N4 - Estruturação de um programa de monitoramento dos impactos da expansão urbana e da atividade (intensificação) agrícola sobre a disponibilidade (produção) de água a partir da integração de sistemas automáticos de coleta de dados, geotecnologias, dados de satélite e elaboração de cenários futuros para a gestão dos recursos hídricos

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MCTI/INPE

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Identificar responsável pela execução.



Iniciativa: 04N5 - Elaboração de estudos de gestão de riscos de eventos hidrológicos críticos em bacias prioritárias para o monitoramento hidrometeorológico

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Devido às condições climáticas atuais observadas no Brasil e às recorrentes crises de escassez hídrica, o foco de atuação da ANA tem se voltado principalmente para a ocorrência de estiagens severas e secas. Soma-se ainda o fato de que não se concretizou a contratação de modelos digitais de elevação para mapeamento de manchas de inundação.

No âmbito do inventário dos pontos críticos à inundação, continua o trabalho de estudos das estatísticas básicas das séries de dados em locais de interesse para alimentar sistemas de informações, além de orientar o tipo de modelo de previsão mais aplicável para cada localidade.

Quanto à consolidação dos dados de cotas de alerta à inundação, mudou-se a estratégia: ao invés de solicitar observações e definições dos estados, este tema passa a integrar o novo contrato do Progestão, de forma que os estados terão uma contrapartida financeira caso consigam desenvolver pesquisas de campo ou estudos das cotas de alerta a inundações em locais críticos a inundação. Desta forma, são mantidas iniciativas de auxílio à mitigação de efeitos adversos de secas e inundações em todo o Brasil.

Iniciativa: 04N6 - Elaboração de 3 estudos de balanço hídrico em bacias críticas para subsidiar a implementação de instrumentos de gestão

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Em 2016 foram concluídos:

1) Os estudos de balanço hídrico (Relatórios Parciais 07-A, 07-B e 07-C) no âmbito do “Estudo para refinamento do balanço hídrico e definição de diretrizes, metodologias e ferramenta para subsidiar o estabelecimento de regras operativas para 204 reservatórios localizados na região semiárida” (Processo nº 02501.000132/2014).

2) A Nota Técnica nº 70/2016/SPR (Documento Próton nº 55724/2016), que apresenta a metodologia utilizada e os resultados da análise para atualização dos trechos considerados críticos na Portaria 062/2013, com base em resultados do estudo de “Modelagem quantitativa e qualitativa de trechos de rio em bacias hidrográficas consideradas críticas” (Processo Próton nº 02501.000123/2013) e em informações atualizadas da base de dados do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos.

3) Produto da Meta 2 – Fase 4 – Avaliação dos Impactos das Mudanças de Clima no Processo de Alocação de Água sem a Transposição do Rio São Francisco (Documento Próton nº 54785/2016), que apresenta avaliação dos impactos das mudanças de clima na alocação de água em bacias receptoras do PISF, elaborado no âmbito do Termo de Cooperação - TC 003/ANA/2013, firmado com a Universidade Federal do Ceará (Processo Próton nº 02501.000349/2013), com participação da equipe da FUNCEME.

Em 2017 ocorreu a publicação “Reservatórios do Semiárido Brasileiro: Hidrologia, Balanço Hídrico e Operação” que apresentou o refinamento do balanço hídrico do semiárido e o estabelecimento de propostas de regras operativas para 204 reservatórios da região.

Iniciativa: 04N7 - Fomento à elaboração de Planos de Contingência para escassez hídrica

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Estão sendo elaborados, desde meados de 2016, novos Acordos de Cooperação entre a ANA e os estados do Nordeste para apoio ao planejamento e à promoção de ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de secas e inundações em rios e reservatórios, por meio da cooperação mútua na implementação de ações de integração e modernização das redes hidrometeorológicas situadas em cada estado, visando à inclusão de novos projetos destinados à gestão de secas na região: Monitor de Secas do Nordeste e Monitoramento de Açudes do Nordeste. A partir desses novos Acordos e projetos, poderão ser elaborados, após as etapas iniciais de cada um, como medidas de gestão associadas, planos de contingência para a gestão de secas e escassez hídrica.

Encontra-se em andamento um Convênio com a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) no qual estão previstos a elaboração de planos de contingência às secas para o abastecimento de água das cidades de Caicó/RN e Campina Grande/PB e para os sistemas hídricos formados pelos reservatórios de Curemas e Mãe D'água e Engenheiro Ávidos e São Gonçalo, todos eles no Estado da Paraíba.

Iniciativa: 07EX - Apoio e parcerias para as atividades de fiscalização de usos de recursos hídricos

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Responsabilidade: SFI/ANA



Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: No âmbito da realização de parcerias com os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos para fortalecimento e harmonização das ações de fiscalização de uso, foi realizado de 24 e 25 de maio de 2017, em Brasília/DF, oficina de fiscalização de uso das águas, com o objetivo de discutir e avaliar as ações desenvolvidas pelos estados e pela ANA com relação a fiscalização de uso de recursos hídricos, bem como proporcionar a integração de procedimentos e metodologias de fiscalização, e definição de estratégias conjuntas que orientem e otimizem as ações de fiscalização. Essa atividade proporcionou maior integração entre a ANA e os órgãos fiscalizadores dos Estados. Participaram 30 representantes de 26 Estados, 8 representantes de instituições federais convidadas e 13 representantes da ANA, totalizando 51 participantes.

Em apoio as atividades monitoramento do uso das águas e as ações de fiscalização a ANA vem testando novas tecnologias. Para tanto, a ANA:

i) Firmou parceria com o CDT/UNB, para repasse de conhecimentos relacionados à geração de Modelo Digital de Elevação a partir de imagens adquiridas com Veículos Aéreos Não Tripulados – VANT, para apoio as ações de monitoramento e fiscalização de recursos hídricos;

ii) Realizou a contratação de empresas especializadas, para aquisição de imagens de satélites de alta resolução de regiões ou bacias hidrográficas de interesse;

iii) Realizou a contratação de empresas especializadas para realização de transporte aéreo em apoio as ações de fiscalização desenvolvidas pela ANA, utilizando avião de asa alta.

iv) Firmou parceria com Comando da Aeronáutica/COMAER para realização de sobrevoos em apoio às atribuições de Fiscalização em campo;

Assim, em 2017, foram realizadas 34 campanhas de fiscalização de uso dos recursos hídricos e vistoriados 510 usuários, nas bacias hidrográficas dos Rios São Marcos (estados MG e DF), Verde Grande (estados MG e BA), São Francisco (estados de MG, BA, PE, SE e AL), Piranhas Açú (estados da PB e RN), Pardo (estados de MG e BA), Javaés (estados de TO e GO), Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão/PB) e do entorno do DF. O principal uso fiscalizado nas mencionadas bacias foi a irrigação. Com exceção, da Bacia do Rio Paraíba do Sul em que os principais usos são indústria e saneamento.

Além das campanhas em campo, foram realizados 03 (três) sobrevoos, dois na bacia hidrográfica do Rio Piranhas açú (incluindo o reservatório Epitácio Pessoa- Boqueirão/PB), e um na região do Rio Descoberto/DF, para reconhecimento das regiões e dos usos da água e possibilitando o direcionamento de ações de fiscalização nas regiões.

Iniciativa: 07EY - Intervenções emergenciais para efetivação dos processos de alocação de água

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Responsabilidade: S.R.E/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Foram celebrados Termos de Execução Descentralizada com DNOCS e CODEVASF para a execução das atividades, como segue:

•TED 14/2016/ANA - DNOCS: vigência encerrada.

Açude Itans (Caicó-RN): serviço concluído.

Açude Cruzeta (Cruzeta-RN): serviço concluído.

Açude Sabugi: previsão de conclusão dos serviços em janeiro de 2018.

Açude Truvisco (Caculé-BA): recursos não empenhados e restituídos à ANA.

Apresentação da prestação de contas prevista para janeiro de 2018.

•Termo de Execução Descentralizada – TED nº 10/2017/ANA - DNOCS para recuperação emergencial de estruturas hidromecânicas e execução de serviços e obras civis essenciais à gestão dos reservatórios Cocorobó (Canudos-BA), Sabugi ou Santo Antônio (São João do Sabugi - RN) e Mendubim (Assu-RN). Recursos descentralizados: R\$ 2.005.095,42 (dois milhões, cinco mil, noventa e cinco reais e quarenta e dois centavos).

Reservatório Cocorobó (Canudos): licitação em andamento. Abertura será dia 22/12/2017.

Reservatório Sabugi ou Santo Antônio (São João do Sabugi-RN): aditivo ao contrato em andamento (recursos empenhados)

Reservatório Mendubim (Assu-RN): licitação em andamento. Abertura será dia 20/12/2017.

•Termo de Execução Descentralizada - TED ANA x DNOCS para recuperação emergencial do açude Truvisco (Caculé-BA) - aprovado na DIREC de 18/12/2017. Justificativa: recursos não utilizados no âmbito do TED 14/2016/ANA (vigência expirou antes da licitação dos serviços relativos ao reservatório Truvisco). Recursos descentralizados: R\$ 1.199.616,64 (um milhão, cento e noventa e nove mil, seiscentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos)

Reservatório Truvisco (Caculé): licitação concluída em 2017 e obras em fase de mobilização.

•II Termo Aditivo ao Termo de Execução Descentralizada - TED nº 16/2016/ANA – CODEVASF - aprovado na DIREC de 18/12/2017: aditivo de prazo (31/12/2018) e descentralização de R\$ 73.799,36 (setenta e três mil, setecentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos).

Reservatórios Estreito e Cova da Mandioca (Urandi-BA e Espinosa-MG) : serviços concluídos.

Reservatório Bico da Pedra (Janaúba-MG e Nova Porteira-MG): licitado. Recursos empenhados. Serviços em andamento.

Reservatório Mirorós (Gentio do Ouro-BA e Ibipê-BA): licitado. Recursos empenhados. Serviços em andamento.

Reservatório Ceraíma (Guanambi-BA): serviços iniciados (84,1% de execução), porém a empresa contratada desistiu em decorrência de fato superveniente. Foi contratada nova empresa, que será responsável pela conclusão dos serviços.

Iniciativa: 07EZ - Apoio à realização do 8º Fórum Mundial da Água

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: Responsabilidade: ANA



Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: O Fórum Mundial da Água é o principal evento sobre recursos hídricos na agenda internacional e reúne chefes de estado e representantes de governos, representantes de empresas privadas, organizações não governamentais, academia, bem como instituições internacionais e sociedade civil para debates em sessões estruturadas, de forma a contribuir para o diálogo global sobre o uso racional e sustentável desse recurso. O evento é organizado a cada três anos pelo Conselho Mundial da Água e por um país/cidade anfitriã, e contribui para o diálogo do processo decisório sobre água em nível global, visando o uso racional e sustentável desse recurso. Sua primeira edição aconteceu em 1997, na cidade de Marrakesh, no Marrocos. Em 2012, o Brasil, por meio do Governo Federal, do Governo do Distrito Federal, da Seção Brasil do Conselho Mundial da Água e da Agência Nacional de Águas (ANA), apresentou sua candidatura para sediar o 8º Fórum Mundial da Água em 2018, apontando Brasília como a cidade mais preparada para hospedar o evento. A proposta, apresentada durante o 6º Fórum Mundial da Água, na cidade de Marselha, França, foi aprovada em fevereiro de 2014, dando início ao planejamento do evento. O 8º Fórum será a primeira edição na história a realizar-se no hemisfério sul. O país anfitrião do Fórum define e coordena, em articulação com o Conselho Mundial da Água, um amplo debate global sobre a água e, nessa condição, exerce um papel estratégico nas discussões sobre soluções e políticas para a gestão dos recursos hídricos no planeta. O evento reúne as mais altas autoridades governamentais, técnicos, empresas, setor privado, setor acadêmico, usuários e a sociedade civil em um amplo processo de troca de experiências sobre o tema, subsidiando o aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos e sua inserção no desenvolvimento econômico e social em bases ambientalmente sustentáveis. O Brasil assinou Memorando de Entendimentos (MoU) em abril de 2015 e esse documento definiu o modo pelo qual o Conselho Mundial da Água e o Brasil devem cooperar na preparação, organização e acompanhamento dos resultados desta edição. Posteriormente, em 2016, com a assinatura de uma nova versão do Memorando (processo Próton ANA 02501.001794/2016), a ANA assumiu, juntamente com o Conselho Mundial da Água, o Governo do Distrito Federal e a ADASA, a corresponsabilidade pela organização e realização do evento, arcando com compromissos relevantes, inclusive financeiros. Uma das três fases do Fórum é a semana de diálogos e debates que acontecerá na cidade de Brasília entre os dias 18 e 23 de março de 2018 e que tem público estimado de 40.000 pessoas de todas as partes do mundo, dentre altas autoridades governamentais, técnicos, empresas, setor privado, setor acadêmico e a sociedade civil. As atividades da oitava edição terão lugar no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, que abrigará as sessões técnicas, políticas e ministeriais, e no Estádio Nacional Mané Garrincha, onde serão montadas a Feira e a Expo, bem como a Vila Cidadã. A Agência Nacional de Águas está diretamente envolvida no processo preparatório e de organização do 8º Fórum Mundial da Água, tanto no âmbito técnico quanto no operacional. Atualmente, o papel de Secretariado do 8º Fórum Mundial da Água está sob a incumbência da ANA, o que dá Agência uma série de atribuições e responsabilidades no que se refere à realização do evento. Neste sentido, foram realizados vários eventos preparatórios, total de 23, contratação de empresas e convênios com repasses de recursos via TED para as instituições: Universidade de Brasília – UnB; Ministérios da Relações Exteriores- MRE e Empresa Brasil de Comunicação – EBC, o que representou um dispêndio de R\$ 4,4 milhões em 2017. Ademais, para o exercício 2018, estamos atualmente preparando várias contratações para organização, execução, divulgação e realização do 8º Fórum Mundial da Água. Assim, licitando tendas, pisos, climatização, gradil e fechamento, banheiros, detectores de metal e aparelhos.

Objetivo: 1026 - Fortalecer os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio de promoção da integração federativa, da articulação intersetorial e do apoio às estruturas colegiadas

Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Entre seus fundamentos, a Política Nacional de Recursos Hídricos preconiza que “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, usuários e das comunidades”, possibilitando que as decisões considerem as necessidades e pontos de vista dos diferentes atores envolvidos e estejam mais próximas da realidade local em discussão. Para tanto, a mesma lei criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, com o objetivo, entre outros, de coordenar a gestão integrada das águas no Brasil. Integram o SINGREH: o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, a Agência Nacional de Águas – ANA, os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e do Distrito Federal – CERH, os Comitês de Bacias Hidrográficas, os órgãos dos poderes público federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos, e as Agências de Água. A União, por meio do Ministério do Meio Ambiente e da Agência Nacional de Águas – ANA, vem contribuindo para o fortalecimento do SINGREH. A lei de criação da ANA (Lei nº 9984, de 17 de julho de 2000) determinou que sua atuação se dê em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do SINGREH, com as atribuições relacionadas de “estimular e apoiar as iniciativas voltadas para a criação de comitês de bacias hidrográficas” e “prestar apoio aos estados na criação de órgãos gestores de recursos hídricos”. Além disso, cabe à ANA “estimular a pesquisa e a capacitação de recursos humanos para a gestão de recursos hídricos”, o que contribui para a qualificação técnica e o aprendizado profissional dos entes do sistema, mas também para a capacitação de setores da sociedade. Nesse sentido, em 2017 foram capacitadas mais de 16 mil pessoas nos cursos à distância, semi-presenciais e presenciais tradicionalmente disponibilizados, e para a formação em nível de pós-graduação, foi lançado o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Regulação e Gestão de Recursos Hídricos – Pró-Recursos Hídricos (Chamada Capes-ANA no 16/2017). Em dezembro de 2017, foram selecionados 12 projetos que serão desenvolvidos em rede, dentre os 87 submetidos, para formação de mestres (24-60), doutores (24 a 26) e pós doutores (até 36) em oito áreas temáticas. Destaca-se também a ampliação da Rede Nacional do Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua), que passou de 6 para 14 universidades em 2017. Tanto o ProfÁgua como o Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Ambientais (ProfCiamb), com 11 Universidades, realizaram novos processos seletivos em 2017 para inclusão de alunos nos Programas. Um dos desafios para a gestão de recursos hídricos é a dupla dominialidade das águas, as quais, por determinação constitucional, são compartilhadas pela União e Estados, o que impõe a necessidade da forte articulação vertical, entre os níveis federativos, para assegurar a gestão integrada no âmbito das bacias hidrográficas. A Lei nº 9.433, de 1997, estabelece que a “União articular-se-á com os estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum”. As dificuldades nesse sentido concentram-se nas assimetrias encontradas entre os diversos órgãos gestores dos recursos hídricos em relação a suas capacidades financeiras, de estrutura e de pessoal. Uma iniciativa nesse sentido é o “Pacto Nacional pela Gestão das Águas”, um acordo de cooperação voluntário, conduzido pela ANA, que tem por objetivos a construção de compromissos entre os entes federados e o fortalecimento da gestão integrada dos recursos hídricos no País, visando à superação de desafios comuns e à promoção do uso múltiplo e sustentável das águas, sobretudo em bacias compartilhadas. Para tanto, o Pacto se vale da construção de arranjos e formalização de compromissos com os entes federados e entre esses. O Programa de Fortalecimento da Gestão – PROGESTÃO, constitui a ferramenta de consolidação do Pacto, e visa fornecer estímulo financeiro aos estados para o alcance de metas e avanços na gestão estadual de recursos hídricos, acordados em contratos com vigência de cinco anos. Os desembolsos estão vinculados a essas metas, caracterizando uma abordagem de pagamento por resultados, sendo que a primeira parcela é repassada após a definição da tipologia de gestão pelo estado e aprovação do quadro de metas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e mediante a assinatura do contrato pelo órgão gestor estadual. Os demais repasses ocorrem anualmente, proporcionalmente ao cumprimento das metas no ano anterior. De 2013 a 2017 foram repassadas aos estados cerca de R\$ 73,8 milhões, conforme dados apresentados em anexo. Todos os 26 estados da federação mais o Distrito Federal já aderiram ao Progestão e pactuaram metas. Em 2017, foram transferidos R\$ 17,6 milhões para 25 estados e DF, entre novas adesões e pagamento pelo alcance de metas. Para os próximos, prevê-se o encerramento do primeiro ciclo do programa, por meio do qual se pretende avançar na avaliação de metas de gerenciamento no âmbito estadual em vinte unidades da federação, bem como a implementação



do Progestão II, que em 2018 atenderá aos nove estados que encerram seus contratos em 2016/2017.

A diferença desse segundo ciclo em relação ao anterior é o acréscimo das metas de investimentos. Assim, se o estado comprovar a aplicação de recursos com orçamento próprio de até R\$ 250 mil, a ANA pagará igual valor ao estado. Essa meta financeira está relacionada à aplicação de recursos estaduais em alguma das variáveis consideradas críticas para a gestão da água, como organização institucional do modelo de gestão; comunicação; planejamento estratégico; plano estadual de recursos hídricos; sistema de informações; outorga; e fiscalização.

Outra iniciativa realizada em conjunto com os órgãos federais e estaduais é a operacionalização do Monitor de Secas do Nordeste - MSNE, que visa ao acompanhamento de secas e de medidas de prevenção e mitigação associadas. Trata-se de um processo de acompanhamento regular e periódico da situação da seca na região, cujos resultados consolidados são divulgados por meio do Mapa do Monitor de Secas. O projeto promove a integração dos conhecimentos disponíveis em diversas instituições de governo e acadêmicas, que elaboram informações, estudos e produtos para a evolução constante e aumento do impacto do MSNE em políticas públicas. O site do MSNE (<http://monitordesecas.ana.gov.br/>) permite o acesso da população às informações e mapas gerados, além de consultas comparativas e outras funcionalidades. Em 2017, foi lançado o aplicativo do MSNE para smartphones, disponível gratuitamente para os sistemas Android e iOS. O trabalho responde a uma necessidade histórica de melhoria no monitoramento e gerenciamento das secas no Brasil e representa o primeiro de muitos passos necessários para uma mudança de abordagem – da gestão emergencial e reativa à preparação e gerenciamento proativos – que permita lidar com a seca desde os seus primeiros sinais, definindo ‘gatilhos’ para lidar com estágios de severidade crescente da seca e reconhecendo tratar-se de um evento progressivo que se instala lentamente.

Outro desafio ainda presente é a implementação e consolidação dos Comitês, Agências de Bacia ou entidades delegatárias com essas funções. Essas estruturas constituem o espaço de participação das diferentes partes interessadas no tema e permitem a manifestação dos interesses locais, aproximando a gestão dos recursos hídricos do fundamento legal de participação e descentralização. A ANA vem atuando desde sua criação no sentido de apoiar a implementação e o funcionamento de Comitês de Bacia, buscando dotá-los de capacidades para o exercício de suas atribuições. Dessa forma, além do apoio técnico e financeiro fornecido há 9 comitês interestaduais instalados no Brasil, em 2016 a ANA lançou o Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS. O Programa prevê o repasse de recursos financeiros aos estados, para aplicação no fortalecimento dos comitês estaduais de bacias hidrográficas, sendo o repasse condicionado ao cumprimento de um conjunto de metas negociadas e cujo alcance será aferido pelos respectivos CERH. Até o momento, 14 estados firmaram contrato (somando 111 comitês estaduais), havendo a previsão de desembolsos de até R\$ 24,9 milhões até o final do Programa, cujo ciclo é de cinco anos.

Pela natureza transversal da água, há uma diversidade de instituições governamentais cuja atuação é impactada ou impacta os recursos hídricos. É necessário promover a articulação intersetorial relacionada, ou seja, dos planos e políticas de recursos hídricos com os planos e políticas de outros setores e órgãos do governo afetos ao tema. A intenção é evitar redundância ou lacunas de atuação e obter melhores resultados para a qualidade de vida da população a partir dos recursos financeiros investidos.

A realização de estudos e planos intersetoriais ou voltados a setores usuários específicos permitem, para além do diagnóstico oferecido, subsidiar e orientar a tomada de decisão e o investimento público, nas diferentes esferas de atuação. Um grande desafio no Brasil ainda reside na melhoria dos serviços de abastecimento público de água e tratamento de esgotos, intimamente relacionados com a gestão dos recursos hídricos. Nesse sentido, foi lançado em 2017 o “Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas”, que traz a análise da situação do esgotamento sanitário nas 5.570 cidades brasileiras e dos impactos do lançamento dos esgotos nos rios, lagos e reservatórios do País. A ANA, em parceria com a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, elaborou a publicação com embasamento técnico e estratégico, para que os setores de recursos hídricos e de saneamento tenham à disposição um documento de referência para subsidiar a tomada de decisão na gestão de recursos hídricos e na orientação dos investimentos em tratamento dos esgotos urbanos. O Atlas conta com um banco de dados com informações e indicadores de saneamento com abrangência nacional.

Ainda com relação à melhoria da articulação entre órgãos governamentais e sistemas, tem se buscado aprimorar a articulação do SINGREH com os entes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC. Por meio dos Acordos de Cooperação entre a ANA e os estados e o Distrito Federal para a implantação de salas de situação, com respectivas redes de alerta, foi criada uma nova forma de articulação entre as instituições dos dois sistemas, uma vez que, inicialmente, essa articulação se mostrava mais efetiva no nível federal. Com as salas estaduais, os gestores de recursos hídricos têm se articulado mais com as defesas civis estaduais, sendo que, em algumas das salas existem representantes dessas entidades. Adicionalmente, têm sido promovidos encontros nacionais, contemplando a ANA, as salas de situação estaduais e demais órgãos envolvidos na gestão de desastres no País, como é o caso do I Seminário das Salas de Situação Estaduais, ocorrido em novembro de 2015, e do Workshop de Acompanhamento e Fortalecimento das Salas de Situação Estaduais, realizado em março de 2017. Esse último evento promoveu uma melhor articulação entre os entes do SINGREH e do SINPDEC, além de envolvimento de atores da Universidade e órgãos de meteorologia, ao trazer para discussão temas como a importância do estabelecimento de cotas de referência, como base para a emissão e compreensão dos alertas, e o Monitor de Secas do Nordeste, ferramenta de apoio ao monitoramento e enfrentamento da seca na região Nordeste.

A execução dos programas e projetos necessários vem sendo possibilitada pela parcela da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para exploração de potencial hidráulico, paga pelos titulares das concessões, que se destina à União para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Anexo: Progestao_obj.docx

METAS

Meta: 041V - Atualizar o Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água, como subsídio para os investimentos em sistemas de abastecimento das cidades

Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

Instituição Responsável pela Apuração: MMA/ANA/SPR

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O ATLAS, coordenado pela Agência Nacional de Águas – ANA, consolida um amplo trabalho de diagnóstico e planejamento nas áreas de recursos hídricos e saneamento no Brasil, com foco na garantia da oferta de água para o abastecimento das sedes urbanas em todo o País. Em um processo participativo e consensual, a elaboração da primeira versão do ATLAS, lançada em 2010, contou com a mobilização de uma equipe multidisciplinar e a parceria de diversas instituições, assegurando a convergência de decisões entre as instâncias de planejamento federal, estadual e municipal e, ao mesmo tempo, a integração desejada entre a gestão do uso da água e o abastecimento urbano.

Ao abordar também os custos das soluções propostas e os arranjos institucionais mais indicados para viabilizá-las, o ATLAS se insere em um contexto mais amplo de planejamento e formulação de políticas públicas, oferecendo um portfólio de projetos e obras abrangente e disponibilizando ferramenta adequada para a tomada de decisões e a racionalização de investimentos.

A partir dos resultados de diagnóstico detalhado, em que foram avaliados todos os mananciais e sistemas de produção de água de cada sede urbana, foram indicadas as principais obras e ações de gestão para o atendimento das demandas até 2025. Adicionalmente, foram indicadas ações de coleta e tratamento de esgotos necessárias para a proteção da qualidade das águas dos mananciais. Para mais detalhes consultar: <http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Objetivos.aspx>. Em 2017 foi lançado o procedimento licitatório para apoio ao refinamento e à atualização das informações do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água. O início da atividade está previsto para março de 2018.



Classificação da meta: Andamento adequado

Medidas a serem adotadas: Articulação de atores para implementação da meta;

Meta: 041W - Avançar nas metas estaduais referentes à Capacitação setorial, Cadastro de usuários, Monitoramento hidrometeorológico, Monitoramento da qualidade da água e Outorga em 20 unidades da federação, no âmbito do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão

Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

Instituição Responsável pela Apuração: MMA/ANA/SAS

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O Progestão, regulamentado por meio da Resolução ANA nº 379/2013, baseia-se no princípio do pagamento por alcance de metas, a partir da adesão voluntária das unidades da federação. É desenvolvido pela Agência Nacional de Águas - ANA em apoio aos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGREGs que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREG, tendo como objetivos:

- Promover a efetiva articulação entre os processos de gestão das águas e de regulação dos seus usos, conduzidos nas esferas nacional e estadual; e
- Fortalecer o modelo brasileiro de governança das águas, integrado, descentralizado e participativo.

Para o cumprimento de seus objetivos, o Programa aporta recursos orçamentários da ANA, na forma de transferência pelo alcance de metas acordadas entre a Agência e as entidades estaduais, sendo interveniente o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH. As metas, concebidas em ciclos quinquenais de proposição e de avaliação, incluem:

- Metas de cooperação federativa, definidas pela ANA com base em normativos legais ou de compartilhamento de informações, comuns a todas as unidades da federação; e
- Metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual, selecionadas pelos órgãos gestores e aprovadas pelos respectivos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, a partir da tipologia de gestão escolhida, apresentada no mapa em anexo.

Todos os estados e o Distrito Federal aderiram ao Progestão, conforme as informações do quadro em anexo, tendo sido editados Decretos específicos de cada Governador, indicando a entidade estadual responsável pela coordenação da implementação do Programa.

De acordo com a autoavaliação dos estados, aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o avanço ocorrido nas 5 metas mencionadas do Progestão é apresentado abaixo:

- Capacitação setorial: avanços em 9 estados (AC, AM, CE, ES, MG, MS, RO, RR e RS) sendo que no AC, ES e MS foi ultrapassada a meta contratual;
 - Cadastro de usuários: avanços em 12 estados (AC, AM, BA, CE, ES, MA, MT, PR, PI, RO, RS e SC) sendo que no AC, BA, CE, MT, PI, RO, RS e SC foi ultrapassada a meta contratual;
 - Monitoramento hidrometeorológico: avanços em 5 estados (AM, CE, MA, RR e RS) sendo que no CE, MA, RR e RS foi ultrapassada a meta contratual;
 - Monitoramento da qualidade da água: avanços em 8 estados (AC, CE, MS, PA, PI, PR, RO e RR) sendo que no AC, CE, MS, PR e RO foi ultrapassada a meta contratual;
 - Outorga: avanços em 9 estados (AC, AM, MG, MS, PE, PR, RR, RS e SE) sendo que no AC, PR, RR e RS foi ultrapassada a meta contratual.
- Desse modo, até o momento houve avanço das metas selecionadas do Programa em 17 unidades da federação: AC, AM, BA, CE, ES, MA, MG, MS, MT, PA, PI, PR, RO, RR, RS, SC e SE.

As informações detalhadas do Progestão estão disponíveis em <http://progestao.ana.gov.br/>.

No final de 2017 teve início o Progestão II, instituído pela Resolução ANA nº 1.506 que define que os prêmios pagos aos Estados podem chegar até o valor total de R\$ 1 milhão, conforme o cumprimento das metas alcançadas por cada unidade federativa.

A diferença desse segundo ciclo em relação ao anterior é o acréscimo das metas de investimentos. Assim, se o estado comprovar a aplicação de recursos com orçamento próprio de até R\$ 250 mil, a ANA pagará igual valor ao estado. Essa meta financeira está relacionada à aplicação de recursos estaduais em alguma das variáveis consideradas críticas para a gestão da água, como organização institucional do modelo de gestão; comunicação; planejamento estratégico; plano estadual de recursos hídricos; sistema de informações; outorga; e fiscalização.

Outra novidade nessa segunda fase é a inclusão da meta de cooperação federativa referente à capacitação, que tem como objetivo incentivar o planejamento e a implementação de momentos de formação dos entes integrantes dos sistemas estaduais de recursos hídricos.

Nos últimos anos, o Progestão vem promovendo melhorias na gestão estadual de recursos hídricos, além de otimizar a atuação e articulação da ANA junto aos estados. Ao longo do acompanhamento dos contratos também foi verificado avanço na organização das instituições para o cumprimento das metas pactuadas e a sistematização dos dados gerados pelos diversos órgãos estaduais. Outro êxito identificado foi em relação aos esforços de mobilização e os ganhos nas pautas e no quórum das reuniões plenárias, com consequente fortalecimento do papel dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERHs) na gestão estadual.

O Progestão é um exitoso programa da ANA que fortalece os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos e proporciona maior aproximação da Agência com os estados, o que cria condições ainda mais favoráveis para a gestão integrada de águas no Brasil.

Quantidade alcançada: 17 Unidades da Federação

Data de Referência: 29/12/2017

Classificação da meta: Andamento adequado

Medidas a serem adotadas: Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas: Meta com bom andamento.

Anexo: Mapa_Progest_o.docx

Anexo: Quadro_Progest_o.docx

Meta: 041U - Publicar o Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas: Tratamento de Esgotos Urbanos, como subsídio para os investimentos em coleta e tratamento de esgotos



Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

Instituição Responsável pela Apuração: MMA/ANA/SPR

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Lançado em 26 de setembro de 2017, o “Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas” traz análise da situação do esgotamento sanitário nas 5.570 cidades brasileiras e dos impactos do lançamento dos esgotos nos rios, lagos e reservatórios do País. Como muitos municípios não possuem tratamento de esgotos adequado ou sequer disponibilizam o serviço para sua população, o lançamento desses efluentes nos corpos hídricos comprometem a qualidade e os usos das águas, causando implicações danosas à saúde pública e ao equilíbrio do meio ambiente.

A ANA, em parceria com a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, elaborou a publicação com embasamento técnico e estratégico, para que os setores de recursos hídricos e de saneamento tenham à disposição um documento de referência para subsidiar a tomada de decisão na gestão de recursos hídricos e na orientação dos investimentos em tratamento dos esgotos urbanos. O Atlas conta com um banco de dados com informações e indicadores de saneamento com abrangência nacional.

Os principais objetivos do Atlas Esgoto são:

- Caracterizar a situação do esgotamento sanitário em todos os municípios brasileiros;
- Avaliar o impacto do lançamento dos esgotos nos rios, lagos e reservatórios do País;
- Propor soluções de coleta e tratamento de esgotos com foco na universalização dos serviços e no atendimento aos usos múltiplos da água;
- Propor estratégia de caráter técnico e institucional para orientar os processos de planejamento, regulação e financiamento no âmbito dos setores de recursos hídricos e saneamento;
- Disponibilizar à sociedade e aos tomadores de decisão informações de todas as cidades brasileiras, de forma a fortalecer os processos de planejamento e gestão de recursos hídricos e de saneamento.

A situação atual apresentada pelo Atlas indica que no Brasil 43% da população possui esgoto coletado e tratado e 12% utilizam-se de fossa séptica (solução individual), ou seja, 55% possuem tratamento considerado adequado; 18% têm seu esgoto coletado e não tratado, o que pode ser considerado como um atendimento precário; e 27% não possuem coleta nem tratamento, isto é, sem atendimento por serviço de coleta sanitário.

Dispor o esgoto sem o adequado tratamento compromete a qualidade da água nas áreas urbanas, causando impacto na saúde da população, além de dificultar o atendimento de usos a jusante, como abastecimento humano, balneabilidade, irrigação, dentre outros. Para medir o impacto do lançamento de esgotos nos corpos d'água, os rios identificados na base geográfica da ANA foram avaliados com auxílio de modelagem e identificadas as concentrações resultantes de DBO. Os resultados foram organizados em faixas compatíveis com os limites definidos na legislação ambiental, variando daquele aplicado a usos que requerem melhor qualidade de água, como recreação de contato primário, até o limite que só permite a prática de usos menos exigentes, como navegação. Os dados consolidados apontam que mais de 110 mil km de trechos de rio estão com a qualidade comprometida devido ao excesso de carga orgânica, sendo que em 83.450 km não é mais permitida a captação para abastecimento público devido à poluição e em 27.040 km a captação pode ser feita, mas requer tratamento avançado.

O que diz respeito às soluções, o histórico do saneamento no País tem evidenciado que as ações de coleta e tratamento de esgotos podem não surtir o efeito almejado caso o aporte financeiro em infraestrutura seja realizado sem a devida competência institucional instalada no município e sem considerar as particularidades das soluções requeridas em função da capacidade de diluição dos corpos receptores. Como o Brasil possui grande diversidade populacional e hidrológica, as soluções propostas pelo Atlas Esgotos consideram diferentes alternativas técnicas em função da complexidade associada à concentração populacional em cada cidade e à vazão disponível nos rios.

Por fim, a implementação das soluções de esgotamento e os investimentos deverão ser feitos de forma gradual. No horizonte de 2035 foi estimado um investimento necessário de R\$ 149,5 bilhões em obras de coleta e tratamento dos esgotos com foco na universalização do esgotamento sanitário e na proteção dos recursos hídricos e no seu uso sustentável.

Para mais detalhes, acesso aos dados completos e aos mapas interativos, acessar: <http://atlasesgotos.ana.gov.br/>.

Classificação da meta: Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas: Sem proposição de Novas Medidas;

INICIATIVAS

Iniciativa: 04NF - Apoio técnico e financeiro ao funcionamento de Comitês em bacias interestaduais.

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Atualmente todos os nove CBHs interestaduais em funcionamento no Brasil contam com apoio estruturado, técnico e financeiro. Os instrumentos jurídicos variam de Contratos de Gestão, Termos de Parceria e Termo de Colaboração.

Os contratos de gestão derivam da implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos, sendo o instrumento celebrado entre a ANA e as entidades delegatárias de funções de agência de água, com a anuência dos respectivos CBHs. Estão vigentes seis contratos de gestão celebrados com as seguintes entidades: AGEVAP/CEIVAP; Agência PCJ/CBH PCJ; AGB Peixe Vivo/CBH São Francisco; Instituto Bioatlântica/ CBH Doce; ABHA/CBH Paranaíba; AGB Peixe Vivo/CBH Verde Grande. Esses contratos tratam de repasse dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos, Fonte 116, bem como de repasses adicionais de recursos da ANA, Fonte 183. Essas entidades de apoio desenvolvem atividades de Secretaria Executiva dos CBHs e também atividades de caráter técnico para a implementação dos planos de bacia.

Estão vigentes dois Termos de Parceria celebrados com as seguintes entidades: ADESE, para apoiar o CBH Piancó Piranhas Açu; e ABHA, para apoiar o CBH Grande. Esses instrumentos incluem repasse de recursos da Fonte 183 para a execução de atividades de secretaria executiva dos CBHs.

Em 2017 foi celebrado o primeiro Termo de Colaboração para apoiar o CBH Paranaíba. De forma semelhante aos Termos de Parceria, trata-se de repasse de recursos da ANA para a realização de atividades de secretaria executiva do CBH.

Iniciativa: 04NG - Elaboração de diagnóstico sobre o uso da água na irrigação e na indústria para subsidiar a oferta de água e a gestão da demanda.

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA



Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Em 2017 foram lançados e publicados o “Atlas Irrigação: Uso da Água na Agricultura Irrigada”, disponível em <http://atlasirrigacao.ana.gov.br/> e “Água na Indústria: Uso e Coeficientes Técnicos”, disponível em <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/aguas-no-brasil/usos-da-agua/industria>

Iniciativa: 04NH - Apoio técnico aos Estados para gestão das águas subterrâneas com foco na gestão integrada de águas subterrâneas e superficiais.

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Por meio de estudos de aquíferos específicos, o apoio técnico aos estados vem sendo realizado. Apesar desses estudos serem conduzidos/contratados pela ANA, é constituída uma Comissão Técnica de Apoio e Fiscalização Técnico formada por técnicos dos órgãos gestores e da ANA, com vistas a apropriação e utilização efetiva dos estudos produzidos pelos Estados. Outra ação importante no escopo dessa iniciativa trata da implementação de meta federativa no âmbito do programa PROGESTÃO, onde os entes federativos estaduais alimentam uma base de dados nacionais no Cadastro Nacional dos Usuários de Recursos Hídricos -CNARH, pertencente ao Sistema Nacional de Recursos Hídricos-SNIRH, relativamente às águas subterrâneas, com entrada de informações de poços tubulares, essenciais para a tomada de decisão quanto à emissão da outorga de águas subterrâneas e à implementação da gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos para os Estados.

Iniciativa: 04NI - Promoção da Integração federativa para a gestão das águas subterrâneas e dos recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços.

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/SRHU

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Cabe à SRHQ/MMA a representação técnica do governo brasileiro no Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), também fazendo parte do Programa Marco para Gestão Sustentável da Bacia do Prata (PMARCO), do qual exerceu a Coordenação Nacional e que conta com financiamento do GEF/Banco Mundial (recursos financeiros não internalizados no país) e apoio técnico e administrativo da OEA. O PMARCO teve como objetivos apoiar os governos e outros atores envolvidos na gestão dos recursos hídricos da Bacia do Prata, com ferramentas institucionais e analíticas, e formular a Plano de Ação Estratégica (PAE) da Bacia, para implementar ações de gerenciamento integrado de recursos hídricos. Em 2017, finalizaram-se os textos dos documentos referentes ao Programa, entrando em fase de publicação. Neste mesmo ano, iniciaram-se as negociações junto ao GEF para prosseguimento da implementação das ações previstas no PAE por meio de um Medium Sized Project (MSP).

Em relação às águas subterrâneas, a proposta de resolução que “Estabelece diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos e a articulação entre a União, os Estados e o Distrito Federal com vistas ao fortalecimento dessa gestão” foi finalizada, e deverá ser deliberada pelo plenário do CNRH, em junho de 2018.

A Lei nº. 9433/97 completou vinte anos em janeiro de 2017. Durante esse período ocorreram avanços na gestão dos recursos hídricos no país, que se fizeram sentir, sobretudo, nas águas superficiais. Em 2016, foi aprovada as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020, (Resolução CNRH Nº 181/2016), com reatamento no Programa Nacional de Águas Subterrâneas. Neste contexto, realizou-se o Seminário 20 anos da Política Nacional de Recursos Hídricos: avanços e desafios na gestão das águas subterrâneas, de 21 a 23/11/17, em Salvador – BA. O seminário visou difundir noções sobre as águas subterrâneas, apresentar alguns estudos desenvolvidos na esfera da União, divulgar iniciativas em âmbito local e regional e discutir a participação dos estados, comitês de bacia, sociedade civil e usuários na gestão desse recurso, especialmente no que diz respeito aos instrumentos de outorga e planos de bacia.

Iniciativa: 04NJ - Melhoria da articulação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH com os entes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e com os demais órgãos responsáveis pela gestão de desastres nos níveis federal e estadual.

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Por meio dos Acordos de Cooperação entre a ANA e os estados e o Distrito Federal para a implantação de salas de situação, com respectivas redes de alerta, foi criada uma nova forma de articulação dos órgãos do SINGREH com entes do SINPDEC, uma vez que, inicialmente, essa articulação se mostrava mais efetiva no nível federal (ANA, CEMADEN, CENAD e CPRM). Com as salas estaduais, os gestores de recursos hídricos têm se articulado mais com as defesas civis estaduais, sendo que, em algumas das salas, inclusive, existem representantes dessas entidades. Adicionalmente, têm sido promovidos pela Agência encontros nacionais, contemplando a ANA, as salas de situação estaduais e demais órgãos envolvidos na gestão de desastres no País, como é o caso do I Seminário das Salas de Situação Estaduais, ocorrido em novembro de 2015.

Em março de 2017, ocorreu o Workshop de Acompanhamento e Fortalecimento das Salas de Situação Estaduais. O evento promoveu uma melhor articulação entre os entes do SINGREH e do SINPDEC, além de envolvimento de atores da Universidade e órgãos de meteorologia, ao trazer para discussão temas como a importância do estabelecimento de cotas de referência, como base para a emissão e compreensão dos alertas, e o Monitor de Secas do Nordeste, ferramenta de apoio ao monitoramento e enfrentamento da seca na região Nordeste (que poderá ser estendido a todo o País).

Adicionalmente, com o término de vigência de alguns Acordos de Cooperação com os estados e a inclusão de novos projetos e atividades no seu escopo de trabalho, novos Acordos foram celebrados, iniciando-se pela região Nordeste.

Iniciativa: 04NK - Aprimoramento da metodologia de avaliação dos sistemas estaduais de gestão de recursos hídricos.

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA



Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Foi realizada e concluída a pesquisa Delphi envolvendo mais de 300 atores diversos do SINGREH entre servidores da ANA e dos órgãos estaduais, membros dos Conselhos Estaduais e de Comitês e pesquisadores de instituições de ensino, com objetivo de avaliar as variáveis estaduais do Progestão. A pesquisa, realizada em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com foco nos 9 estados que encerram o Programa em dezembro de 2016, foi concluída e os resultados foram consolidados nos relatórios que encontram-se disponíveis na página do Progestão (<http://progestao.ana.gov.br/portal/progestao/destaque-superior/monitoramento>) e na página do IPEA (<http://repositorio.ipea.gov.br>), bem como o Relatório do Referencial Básico de Avaliação. Além destes resultados, foi apresentado pelo IPEA um relatório final consolidado com todas as informações utilizadas e obtidas em pesquisa de campo.

Iniciativa: 04NL - Elaboração de novo programa de fortalecimento dos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos – PROGESTÃO II.

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Com base no estudo de avaliação do Progestão realizado pelo IPEA e na pesquisa DELPHI com diversos atores do SINGREH, além de diversas reuniões realizadas com um Grupo de Trabalho interno e com as Superintendências da ANA, foi construída a proposta para o 2º Ciclo do Progestão, resultando na Resolução ANA nº 1.506, de 7 de agosto de 2017, que define os valores dos novos contratos e dá outras providências relacionadas à forma de adesão à continuidade do programa. Nesta nova edição do Progestão, os estados devem comprovar a utilização dos recursos repassados, bem como cumprir com metas de investimentos com recursos próprios em âmbito estadual.

Iniciativa: 04NM - Coordenação da operacionalização do Monitor de Secas do Nordeste, em conjunto com os órgãos federais e estaduais responsáveis pelo monitoramento hidrometeorológico e pela gestão de recursos hídricos, visando ao acompanhamento de secas e de medidas de prevenção e mitigação associadas.

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: O Monitor de Secas do Nordeste (MSNE) é um processo de acompanhamento regular e periódico da situação da seca na região, cujos resultados consolidados são divulgados por meio do Mapa do Monitor de Secas. O MSNE promove a integração dos conhecimentos disponíveis em diversas instituições de governo e acadêmicas, que elaboram informações, estudos e produtos para a evolução constante e aumento do impacto do MSNE em políticas públicas.

O trabalho melhora o monitoramento e gerenciamento das secas no Brasil e permite iniciar uma mudança de abordagem, da gestão emergencial e reativa à preparação e gerenciamento proativos, que permita lidar com a seca desde os seus primeiros sinais e identificar seus estágios de severidade crescente.

Mensalmente, os resultados consolidados são divulgados por meio do Mapa do Monitor de Secas, com indicadores que classificam a severidade da seca (de fraca a excepcional, em cinco níveis) de curto e longo prazo, apontando sua evolução na região.

O projeto obedece a um calendário mensal de atividades operacionais que compreendem o envio de informações e a realização de videoconferências para a elaboração e validação dos mapas. O site do MSNE (<http://monitordesecas.ana.gov.br/>) permite o acesso da população às informações e mapas gerados, além de consultas comparativas e outras funcionalidades. Em 2017, foi lançado o aplicativo do MSNE para smartphones, disponível gratuitamente para os sistemas Android e iOS.

Desde o início de 2017, encontra-se em vigor uma parceria da ANA com a Universidade Federal do Ceará (UFC) para apoio técnico, científico e operacional à implementação do MSNE, de forma a garantir sua continuidade e a integração entre as entidades estaduais e federais relevantes. Os próximos passos compreendem, principalmente, o fortalecimento das redes de validação dos mapas de seca.

Iniciativa: 04NN - Integração das bases de dados estaduais, visando à inserção no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH, de usuários regularizados pelos Estados.

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: A ANA tem envidado esforços para reunir dados de usuários regularizados por todos os órgãos gestores de recursos hídricos do País. Assim sendo foi adequado o Sistema CNARH para garantir uma base única de dados de usuários de recursos hídricos no País, em atendimento à competência de organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH. Um avanço significativo alcançado em 2017 foi a disponibilização pela Agência de uma nova plataforma de cadastro, que objetiva facilitar o cadastramento do uso de recursos hídricos pelo usuário e propiciar mecanismos mais eficazes de gestão dos dados pelos os órgãos gestores, visando a melhoria na consistência dados e informação a serem geradas.

O atual sistema é alimentado pelos órgãos gestores estaduais e permite o acompanhamento das demandas de água autorizadas em todo o País por meio de um conjunto de dados técnicos.

Em 2017 a ANA atuou em estreita articulação com órgãos estaduais para incorporação e migração de bases de dados estaduais ao sistema CNARH atual. Todas as unidades da federação iniciaram de forma gradativa a disponibilização dos dados por esta interface.

Um avanço significativo em relação aos outros anos é que os usuários estaduais que estão sendo inseridos no CNARH são os já regularizados pelos estados. Em 2017, foram inseridos no sistema CNARH aproximadamente 12.420 novos usuários. Destes, cerca de 11.170 novos usuários estaduais e 1.250 novos usuários federais.

A ausência, nos Estados, de capacidade institucional, de corpo técnico específico para atuar na área, bem como de uma rotina de inserção de dados no sistema CNARH, são os principais entraves para o andamento desta ação.

Iniciativa: 04NO - Elaboração do Programa de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – Pró-Comitês.

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA



Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: A ANA lançou o Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, em 03 de outubro de 2016. O referido Programa prevê o repasse de recursos financeiros aos estados, para aplicação no fortalecimento dos comitês estaduais de bacias hidrográficas, sendo o repasse condicionado ao cumprimento de um conjunto de metas negociadas com os referidos comitês e cujo alcance será aferido pelos respectivos conselhos estaduais de recursos hídricos.

Em 2016 foram firmados 3 contratos com os estados do Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte (somando 39 CBHs), com vencimento em 2022 e previsão de até R\$1.150.000,00 em transferências anuais e um total de até R\$6.900.000,00 nos seis desembolsos previstos.

Em 2017 mais 11 estados – AM, BA, GO, MS, MT, PB, PI, PE, RS, SE e TO (somando 72 CBHs) – firmaram contratos com vencimento em 2023 e previsão de transferências anuais de até R\$3.000.000,00, e um total de até R\$18.000.000,00 nos seis desembolsos previstos.

Os contratos firmados no âmbito do Procomitês em 2016 e 2017 totalizam, assim, uma previsão anual de desembolsos da ordem de R\$4.150.000,00, totalizando R\$24.900.000,00 até o final do programa.

Iniciativa: 04NP - Realização de estudo visando à integração do planejamento de recursos hídricos com o de setores usuários, com foco nas regiões metropolitanas de RJ, SP, MG e PR.

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: O atendimento/cumprimento dessa iniciativa se dará mediante a atualização do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água e a conclusão do Plano Nacional de Segurança Hídrica – PNSH.

Objetivo: 1027 - Promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, por meio da indução de boas práticas de uso de água e solo e da revitalização de bacias hidrográficas

Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Frente à degradação da qualidade do ambiente, em geral, e da água, em particular, a recuperação, conservação e preservação das bacias hidrográficas surgem como necessidade na busca do uso sustentável dos recursos naturais para garantia da qualidade de vida das presentes e futuras gerações. Diretamente relacionado com a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos especialmente com o seu Programa VI: Programa de Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos, o processo de revitalização apresenta dimensões ligadas à gestão ambiental da bacia, voltadas ao seu desenvolvimento sustentável, buscando estabelecer a vinculação tanto com as diretrizes gerais da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, expressas na Lei nº 9.433/97, como com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA, Lei nº 6.938/1981 e da Política Nacional de Mudança do Clima – PNMC, Lei nº 12.187/2009, além de buscar resguardar coerência com outras Políticas Nacionais.

Nesse contexto, o Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério da Integração Nacional foi criado em 2004, com prazo de execução de 20 anos. O Governo busca, desde então, promover a revitalização de bacias hidrográficas consideradas críticas, como a do São Francisco, Parnaíba, Paraíba do Sul, Tocantins – Araguaia e Alto Paraguai, por intermédio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais, o aumento da quantidade e a melhoria da qualidade das suas águas para usos múltiplos.

Dada a grave crise hídrica e estado de degradação ambiental da Bacia do Rio São Francisco, em 9 de agosto de 2016, o Governo Federal promulgou o Decreto nº 8.834 reformulando o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). Visando a organização das ações do Governo Federal, o Decreto instituiu um Comitê Gestor de caráter estratégico e uma Câmara Técnica assessora, ambos permanentes e com atividades centradas em planejamento, coordenação, monitoramento e relatoria anuais. Por meio dessa estrutura institucional foi realizado cotejamento de metas de várias políticas públicas com diferentes planos setoriais e com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Houve alinhamento de entendimentos, de metas e de valores, com a eliminação de sobreposições e o preenchimento de lacunas na programação de investimentos. No mesmo alinhamento, as necessidades de investimento foram escalonadas em acordo com o as disponibilidades orçamentárias.

Os resultados desses entendimentos foram consignados no documento Plano Novo Chico, que no seu planejamento anual estruturou-se em 4 grupos de atividades: atividades de gestão, atividades de monitoramento, atividades de planejamento e atividades finalísticas. As ações programáticas de diversos órgãos, que contribuíam para a revitalização, passaram a ser monitoradas pela Câmara Técnica do Programa

Entre os maiores desafios da revitalização de bacias hidrográficas no Brasil está a redução das cargas poluidoras nos corpos d'água. Neste contexto, destaca-se o Projeto de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, que utiliza uma estratégia inovadora de estímulo financeiro, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, a prestadores de serviços públicos de saneamento que investirem na implantação e operação de estações de tratamento de esgotos – ETE. O PRODES busca criar incentivos financeiros para a realização de novos investimentos, expansão e operação, e está estruturado sob a lógica de pagamento por resultados, uma vez que paga pelo esgoto efetivamente tratado, com o objetivo de reduzir os níveis de poluição hídrica nas bacias hidrográficas do país. Desse modo, até o momento foi possível reduzir os níveis de poluição hídrica pela remoção de 40.000 toneladas de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) lançadas nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado, no âmbito do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) Outra importante linha de atuação se dá por intermédio da promoção de iniciativas de recuperação e controle de processos erosivos, conservação e uso racional de água e solo, com o objetivo de propiciar a infiltração da água da chuva e promover a preservação e melhoria da qualidade e quantidade da água, bem como incentivar a redução das perdas físicas no sistema e o desperdício no uso da água. Para esse fim tem sido adotada a metodologia do Programa Produtor de Água, que se baseia no pagamento por serviços ambientais. Destaca-se ainda o estímulo à adoção de fontes alternativas de utilização e reaproveitamento da água. O Programa Produtor de Água apoia, orienta e certifica projetos que visem à redução da erosão e do assoreamento de mananciais no meio rural, propiciando a melhoria da qualidade, a ampliação e a regularização da oferta de água, tendo sido alcançados os seguintes marcos: 1.150,50 ha de recuperação florestal, 4.251 ha de conservação de solo e 276,9 km de readequação de estradas.

A execução dos programas e projetos da Agência Nacional de Águas vem sendo possibilitada com recursos do orçamento geral da União e pela parcela da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para exploração de potencial hidráulico, paga pelos titulares das concessões, que se destina à União para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Levando em consideração o leque de intervenções compreendidas em toda a amplitude e complexidade que essa questão envolve, a revitalização de bacias hidrográficas representa efetivamente um esforço permanente de transversalidade e amplo processo de articulação e integração institucional entre vários órgãos públicos do Governo Federal, em especial do Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas, Ministério da Integração Nacional e Companhia de Desenvolvimento dos vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, em conjunto com os poderes estaduais, municipais e entidades da sociedade civil organizada.



METAS

Meta: 0423 - Conservar e recuperar 8.000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes no âmbito do Programa Produtor de Água

Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente
Instituição Responsável pela Apuração: MMA/ANA/SIP

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O Programa Produtor de Água é um instrumento pelo qual a União apoia e incentiva, mediante orientação técnica ou apoio financeiro, projetos executados no meio rural voltados à redução da erosão e do assoreamento de mananciais, de forma a proporcionar melhoria da qualidade e a regularização da oferta de água em bacias hidrográficas.

O Programa apoia financeiramente, ou por meio de assistência técnica, a implantação de projetos como um todo ou em partes. De modo geral, os projetos são implantados em trechos de bacias hidrográficas, normalmente microbacias com representatividade municipal, mas conforme suas possibilidades, podem alcançar regiões maiores ou avançar para a dimensão política estadual. Trata-se da organização de um arranjo de instituições de atuação local voltadas para realização de ações em áreas de produtores rurais que se proponham, voluntariamente, a permitir e adotar práticas e manejos conservacionistas em suas propriedades com vistas à conservação de solo e água.

O Programa prevê que os projetos contemplem o pagamento por serviço ambiental – PSA aos produtores rurais em função das suas ações que favoreçam os serviços ecossistêmicos e que gerem externalidades positivas à sociedade. Resulta na melhoria do manejo da propriedade e conservação dos recursos hídricos consequentes à adoção de boas práticas pelos produtores rurais, tais como: práticas mecânicas, recomposição da vegetação natural e agropecuária sustentável que, deste modo, contribuem para o abatimento efetivo da erosão e da sedimentação e aumento da infiltração de água na bacia hidrográfica.

Os projetos podem ser desenvolvidos por arranjos organizacionais compostos por estados, municípios, comitês de bacia, companhias de abastecimento e geração de energia, dentre outras instituições públicas ou privadas. Os pagamentos são feitos por entidades que compõe o arranjo organizacional, durante ou após a implantação de cada projeto individual da propriedade. Os valores são definidos com base em estudos econômicos desenvolvidos para a região onde ele se insere e na sua eficácia no abatimento da erosão. Para tanto, contratos são celebrados entre a entidade responsável por repassar os recursos dos agentes financiadores e os produtores participantes. Para mais detalhes, consultar a Portaria ANA nº 196, de 30 de agosto de 2013, que aprova o Manual Operativo do Programa Produtor de Água.

O apoio da ANA na forma de aporte de recursos financeiros visa, prioritariamente, a implantação de práticas conservacionistas de recursos hídricos. Os mecanismos de transferência são convênios ou contratos de repasse para execução de práticas mecânicas, proteção e recuperação florestal, atividades de capacitação e saneamento de habitações rurais.

Em 2016 foram celebrados 4 convênios, a saber: Estado de Santa Catarina; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF-EMATER; Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Estado de Goiás - SECIMA; e Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA. Foram firmados ainda 4 contratos de repasse, a saber: Prefeitura Municipal de Doresópolis/MG; Prefeitura Municipal de Delfim Moreira/MG; Prefeitura Municipal de Itanhandu/MG; e Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul/RJ.

Em 2017 foram celebrados 14 repasses, a saber: Brasil Novo - PA; Lajeado - SP; Santa Teresa - ES; Resende - RJ; São José dos Campos - SP; Piracicaia - SP; São Joaquim de Bicas - MG; Consórcio Intermunicipal Rio Guandu - ES; Passos - MG; Serviço de Água e Esgoto de Piumhi - MG; Capitólio - MG; Nova Serrana - MG; Formiga - MG; Frei Gaspar - MG. Até o momento os seguintes marcos foram alcançados: 1.150,50 ha de recuperação florestal, 4.251 ha de conservação de solo e 276,9 km de readequação de estradas.

Quantidade alcançada: 5.401,5 hectares

Data de Referência: 29/12/2017

Classificação da meta: Andamento adequado

Medidas a serem adotadas: Articulação de atores para implementação da meta;

Meta: 041X - Reduzir os níveis de poluição hídrica pela remoção de 72.000 toneladas de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) lançadas nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado, no âmbito do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES)

Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente
Instituição Responsável pela Apuração: MMA/ANA/SIP

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES consiste na concessão de estímulo financeiro, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, desde que cumpridas as condições previstas em contrato, aos Prestadores de Serviço de Saneamento que investirem na implantação, ampliação e operação de Estações de Tratamento de Esgotos - ETEs. São elegíveis no âmbito do PRODES aquelas ETEs ainda não iniciadas; em fase de construção com, no máximo, 70% do orçamento executado e ampliações ou melhorias que signifiquem aumento da capacidade de tratamento e/ou da eficiência de tratamento. No ano de 2017 não houve novas contratações no PRODES.

Desde 2001 até 2017, ano em que não houve contratações, foram efetivados 82 contratos no PRODES, com investimento total no período de R\$ 403,66 milhões. O balanço da situação dos contratos em 31 de dezembro de 2017 é apresentado no quadro 1 abaixo:

Situação dos contratos	Quantidade
Contratos com Certificações encerradas	34
Contratos cancelados	05
Contratos com certificações em andamento	15
Contratos com certificações ainda não iniciadas	28
TOTAL	82

No ano de 2017 foram encerrados quatro contratos, referentes às ETE Betim (Proc. 954/2007), Capim Fino (Proc. 874/2011), Cachoeira Paulista (Proc. 2122/2004) e Bragança Paulista (Proc. 1019/2011). Quatro ETEs iniciaram suas certificações em 2017: Campos do Boituva (proc.1007/2011), Pau d'Alho (Proc. 1018/2011), Serraria (Proc. 1145/2012) e Barreiras (Proc. 1165/2012). A certificação da ETE Ibirité, autorizada para se iniciar em janeiro de 2017 foi suspensa devido a problemas de ruptura de vários interceptores e de parte unidade da ETE e deverá ser retomada somente em maio/2018.

Em relação à carga abatida e certificada em 2017, foi de 27.531,77 ton. de DBO. Ressalta-se que este é um valor estimado, visto que foram utilizados os valores reais certificados até o mês de outubro e os valores referentes aos meses de novembro e dezembro e, em alguns casos, setembro, foram estimados



pela média mensal dos meses já certificados, tendo em visto que somente serão enviados à ANA a partir de janeiro, fevereiro e março, a depender do vencimento dos trimestres.
Observa-se que em 2017 a meta foi atingida e superada. Em 2016 a meta não foi atingida, tendo-se obtido a certificação de cerca de 13.000 toneladas. A soma dos dois anos, entretanto, já atinge cerca de 40.000 toneladas, valor superior à metade da meta de 72.000 toneladas do quadriênio

Quantidade alcançada: 40.000 toneladas

Data de Referência: 29/12/2017

Classificação da meta: Andamento adequado

Medidas a serem adotadas: Sem proposição de Novas Medidas;

INICIATIVAS

Iniciativa: 04NQ - Estruturação de programa de recuperação de áreas de preservação permanente em sub-bacias hidrográficas cujos trechos de rios sejam considerados prioritários para a conservação dos recursos hídricos

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: A estruturação deste programa encontra-se em fase de desenvolvimento na ANA, destina-se à recuperação de áreas de preservação permanente em larga escala e em âmbito nacional: o Programa APP LEGAL. Esta proposta baseia-se no fortalecimento de parcerias com os proprietários rurais, por meio de pagamentos por serviços ambientais aos mesmos e uma robusta rede de Assistência Técnica que os alcance e fundamentará a implementação das ações.

O Programa traz em sua essência uma nova forma de atuação, na qual qualquer instituição privada ou pública poderá investir em projetos de recuperação e conservação da vegetação nativa. Inclusive, possibilitará que áreas de preservação permanente, as APPs, de produtores rurais se tornem endereços para aporte de recursos de terceiros sob a ótica ambiental, seja por compensações ou regularização de passivos.

O foco principal do Programa é atuar junto aos pequenos e médios produtores rurais que, por sua vez, têm baixa capacidade de investimento nestes tipos de ações. Sua operacionalização terá como base uma grande Rede de Assistência Técnica capacitada e certificada para elaboração e acompanhamento dos projetos. O Programa prevê uma gestão totalmente segura e transparente, de forma a ser atrativo aos investidores e a garantir retornos concretos ao meio ambiente e melhorias dos recursos hídricos.

A fim de aprimorar a metodologia do Programa e formatar seu manual operativo, foi contratado serviço de consultoria técnica, por meio do Programa de Desenvolvimento do setor Água – INTERAGUAS (Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria nº. 117192), está em andamento com entrega de produto realizada e previsão de término em junho de 2018.

Iniciativa: 04NR - Promoção da implementação de projetos-piloto de reuso e de uso racional da água

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/ANA

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: As rotinas referentes aos projetos de reuso e uso racional mantiveram-se por intermédio dos instrumentos já formalizados entre ANA e instituições parceiras na forma de convênios, contratos de repasse, termos de parceria e termo de execução descentralizada, não havendo nova chamada pública em 2017.

O cenário do andamento dos convênios consistiu no encerramento da Convênio entre ANA e Departamento Municipal de Água e Esgotos de Porto Alegre visando uso racional, está em fase de análise da prestação de contas. O convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba manteve-se em execução, está aguardando assinatura de Termo Aditivo visando extensão de prazo até dezembro de 2018.

Referente aos contratos de repasse, também se manteve o andamento desses instrumentos já formalizados, especificamente com: Prefeitura de Gramado -RS que visa “Depuração de Águas do Arroio Celulose para reuso em irrigação, sofreu ajustes em 2017 e está em fase de análise do Projeto Básico pela CAIXA. O repasse com a Prefeitura de Picuí – PB objetiva “Implantação de Sistema de Tratamento de Esgotos Integrado com Reuso de Efluentes Tratados para fins agrícolas, está em execução e elaboração de Termo Aditivo. No mesmo sentido, o repasse com Secretaria das Cidades do Estado do Ceará que visa implementação de centro de treinamento, demonstração de desenvolvimento em reuso agrícola de água em Aquiraz – CE, está em execução.

Na forma de Termo de Parceria, manteve-se em andamento a parceria entre ANA e a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó – ADESE, onde o apoio por recurso da ANA visa elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos de quatro sistemas de reuso para fins agrícolas nos municípios de Serra Negra do Norte-RN, São Fernando-RN, Jucurutu-RN e Itaporanga-PB. Encontra-se em fase de licitação para contratação de empresa para execução mediante apoio da SAS para fundamentação dos aspectos técnicos recomendáveis.

Foi ainda firmado o Termo de Execução Descentralizada, firmado entre ANA e a Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do MMA, cujo objetivo é o “Apoio à Implantação de Sistemas de Dessalinização do Programa Água Doce em localidades do Estado do Maranhão. Está em execução, assinado Termo Aditivo estendendo o prazo até dezembro de 2018.

Complementando, outra forma de atuação é por intermédio de Acordos de Cooperação Técnica onde técnicos da Superintendência de Implementação de Programas e Projetos - SIP são demandados a participar de discussões, trabalhos e câmaras técnicas relacionadas ao tema reuso e uso racional. Estão em andamento ACTs: com Confederação Nacional da Indústria e Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços visando aumento da eficiência do uso da água pelo setor industrial; MAPA, MI e MMA, atuando no Grupo de Trabalho GT2 – Programas Conjuntos de Incentivo ao Uso Eficiente da Água no Meio Rural; com Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil e WWF-Brasil, visando implementar Programa Água Brasil, atuando no GT Ganho de Eficiência Hídrica para Consumidores e Concessionárias de Água; com GT Projeto Reuso entre IICA e Ministério das Cidades; e finalizando, com Grupo WP4 – Reuso Agrícola do Projeto Brasil-Alemanha de Pesquisa e Tecnologia – BRAMAR visando elaboração de livro contendo artigos relacionados, minuta em análise.

Iniciativa: 04NY - Recuperação e conservação de água, solo e recursos florestais para revitalização das bacias dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim



Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MI/CODEVASF

Iniciativa: 04NZ - Acompanhamento, avaliação e regionalização de ações prioritárias em bacias hidrográficas intensamente degradadas

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/SRHU

Iniciativa: 05G9 - Implementação de plano de ação de formação e capacitação de educadores ambientais, gestores e demais públicos envolvidos com a agenda Recursos Hídricos

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/SAIC/DEA

Iniciativa: 06LC - Reestruturação do Comitê Gestor para articulação das ações do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações: MMA/SRHU

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: A revitalização implementada pelo Governo Federal consiste em promover e fortalecer um conjunto de ações integradas de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, concebidas e executadas de forma articulada e participativa. Ao Ministério do Meio Ambiente cabe a coordenação da Iniciativa 06LC - Reestruturação do Comitê Gestor para articulação das ações do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco.

Essa iniciativa foi cumprida em 2016, com a edição do Decreto nº 8.834, de 9 de agosto de 2016, que reestabelece o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - PRSF, com o objetivo de promover a revitalização da Bacia Hidrográfica por meio de ações permanentes e integradas de preservação, conservação e recuperação ambiental que visem ao uso sustentável dos recursos naturais e à melhoria das condições socioambientais e da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para os usos múltiplos.

Ademais, o Decreto nº 8.834/16 atualiza a estrutura de governança do Programa e procede a reestruturação do Comitê Gestor do Programa, presidido pela Casa Civil da Presidência da República e formado por Ministros, Governadores e pelo Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, explicitando a transversalidade do assunto e a prioridade do Governo Federal.

Na ocasião do ato de assinatura do referido Decreto no Palácio do Planalto foi lançado o Plano de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco - Plano Novo Chico, como uma carteira de investimento do Governo Federal contendo ações estruturantes para revitalização da bacia do Rio São Francisco num horizonte de 10 (dez) anos.

No escopo do Ministério do Meio Ambiente, destacam-se as seguintes atividades executadas nesse último período para implementação do Plano Novo:

i) Fiscalização Ambiental, em parceria com o IBAMA e Ministérios Públicos Estaduais da Bacia, a fim de estimular práticas que previnam e reparem danos ambientais.

ii) Finalização do diagnóstico e início da fase de proposição de cenários e diretrizes para implementação do MacroZoneamento Ecológico Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

iii) Programa de Capacitação de Gestores Municipais (PNC) na BHSF. Foram realizados 05 (cinco) cursos de capacitação na Bacia do Rio São Francisco no estado da Bahia (municípios de Paulo Afonso, Xique-Xique e Barreiras), Sergipe (Propriá) e Pernambuco (Petrolina). O conteúdo dos cursos incluiu discussões sobre as Políticas Nacionais de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e de Saneamento Básico; Gestão, Planejamento e Ordenamento Ambientais; Participação, Mediação e Controle Social;

Ademais, cabe ressaltar a publicação do Decreto nº 9.179/17, de 23 de outubro de 2017, que institui o Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama. O Plano Novo Chico deve ser o primeiro destino dos recursos oriundos do Programa de Conversão de Multas Ambientais, reforçando o compromisso social, político e institucional do Governo Federal na revitalização do Rio São Francisco.

Nesse sentido, acena como perspectiva para o próximo ano, a elaboração e execução de edital direcionado para apoiar projetos de recuperação florestal na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, contribuindo para melhoria da quantidade e qualidade de água na Bacia.

Iniciativa: 06U2 - Despoluição da Laguna de Araruama com Dragagem do Canal de Cabo Frio (RJ)

Informações Básicas

Individualizada: Sim

Outras Informações:

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Essa iniciativa foi inserida pelo Congresso Nacional, no entanto, não foram destinados recursos na lei orçamentária anual para a execução desse projeto e não houve a implementação da ação até o momento.

Iniciativa: 06UX - Recuperação e conservação de água, solo e recursos florestais para revitalização das bacias dos Rios Munim, Pindaré, Tocantis, Preguiça e Maracazumé (MA)

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações:

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Emenda parlamentar sem execução.

Iniciativa: 06V7 - Recuperação e conservação de água, solo e recursos florestais para revitalização da Bacia do Rio Itaúnas (ES)



Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações:

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Emenda parlamentar sem execução.

Iniciativa: 06V8 - Recuperação e preservação da Bacia do Rio Paraíba do Sul (RJ)

Informações Básicas

Individualizada: Sim

Outras Informações:

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Foi celebrado o Contrato de Repasse, no valor de R\$ 699.111,80, com a Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul com o objetivo de promover a conservação do solo nas propriedades rurais, através de técnicas de plantio direto/mínimo, a readequação de estradas rurais, a proteção de taludes do Arroio Andréas e a capacitação da equipe técnica.

Iniciativa: 06VA - Revitalização da Bacia do Rio Itapecerica (MG)

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações:

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Emenda parlamentar sem execução.

Iniciativa: 06VC - Revitalização e drenagem da Bacia Hidrográfica do Tucunduba (PA)

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações:

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Emenda parlamentar sem execução.

Iniciativa: 06VK - Elaboração e implementação do plano de recuperação da bacia hidrográfica do Rio Doce

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações:



Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: A atuação da ANA na recuperação da bacia do rio Doce se desenvolveu em várias frentes de trabalho. Uma delas se deu por meio de repasse, ainda no exercício de 2015, de recursos para que a Agência de Bacia promovesse a contratação de consultoria visando à atualização das informações da base de dados do Atlas de Abastecimento Urbano de Água para todos os municípios dessa bacia. Esse estudo, com previsão de conclusão até março de 2018, teve a maior parte de suas atividades desenvolvidas no exercício de 2017 e, além de ser um piloto para a atualização do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água, disponibilizará aos tomadores de decisão das diferentes esferas de governo informações refinadas e atualizadas sobre os sistemas produtores de água de todas as sedes urbanas dos municípios da bacia do rio Doce, incluindo estimativas dos investimentos necessários para garantir a segurança hídrica da população dessas cidades.

Outra importante ação da ANA na recuperação da bacia do rio Doce foi sua atuação, desde 2016, na coordenação da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade de Água (CT-SHQA) criada para dar subsídios técnicos ao Comitê Interfederativo (CIF), ente responsável pela orientação, acompanhamento e fiscalização da execução de todas as medidas impostas no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta - TTAC celebrado entre órgãos e entidades da União, dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, e as empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A., e BHP Billiton Brasil Ltda.

No âmbito da CT-SHQA, a ANA tem coordenado os seguintes programas definidos no TTAC do rio Doce: Programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos; Programa de melhoria dos sistemas de abastecimento de água; e Programa de investigação e monitoramento da Bacia do Rio Doce, áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas. Ao longo dos trabalhos da CT-SHQA foram produzidas 23 Notas Técnicas, sendo 6 delas específicas do Programa de monitoramento da qualidade de água. Essas NTs subsidiaram a elaboração de pelo menos 21 Deliberações do CIF.

Dentre os principais resultados obtidos no âmbito da CT-SHQA, pode citar:

- Implementação do Programa de Monitoramento Quali-quantitativo Sistemático de Água e Sedimentos – PMQQS, que resultou na instalação e operação de 56 estações de monitoramento da qualidade da água bruta na bacia do rio Doce (em rios e lagoas) e de 36 pontos alocados na zona costeira, assim como a implantação de um sistema de informações para organização e disponibilização, para as instituições envolvidas, dos dados brutos associados a esse monitoramento;
- Elaboração de planos de ações emergenciais para períodos chuvosos, contemplando as providências necessárias para prover o abastecimento de água para consumo humano nos núcleos urbanos afetados, em situações em que a qualidade da água bruta do rio Doce não permita aos sistemas atuais produzir água tratada dentro dos padrões de potabilidade exigidos pelo Ministério da Saúde;
- Elaboração de estudo de capacidade de mananciais superficiais e subterrâneos, contemplando avaliações sobre disponibilidade hídrica, a seleção de mananciais e estimativas de investimento para a implantação de sistemas alternativos de abastecimento de água para dar segurança hídrica à população urbana em situações onde a qualidade de água do rio Doce não permita o tratamento nos sistemas convencionais;
- Vistorias em todos os sistemas de abastecimento afetados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana;
- Definições de critérios e proposta para priorização e hierarquização de ações e alocação dos recursos (valores limite por município definidos com participação dos 39 municípios impactados) previstos no Programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos;
- Definição de diretrizes para repasse de recursos, apoio técnico e capacitação aos municípios, para direcionar a implementação do Programa de coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos.

Iniciativa: 06Z6 - Recuperação e Conservação de água, solo e recursos florestais para revitalização das Bacias dos rios Bacanga e Anil

Informações Básicas

Individualizada: Não

Outras Informações:

Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Emenda parlamentar sem execução.